



Índice

Conselho de Administração	3
Organigrama	4
Dados Característicos	5
Esquema da rede de transporte	6
Síntese	9
Informação Técnica	11
I. Produção	13
II. Transporte	21
III. Distribuição	26
IV. Comercialização	29
V. Qualidade de Serviço	34
VI. Investimento não Específico	35
VII. Recursos Humanos	38
Informação Económica e Financeira	39
Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais	75
Relatório e Parecer do Fiscal Único	137
Certificação Legal das Contas Consolidadas	141
Extracto das Actas da Assembleia Geral	147

Conselho de Administração



Da esquerda para a direita:

João Heliodoro da Silva Dantas (Vice-Presidente)

Rui Alberto Faria Rebelo (Presidente)

Mário Eugénio Jardim Fernandes (Vogal)

Organigrama



Map of the Madeira Islands showing the electrical grid. The map includes the main island of Madeira and the smaller island of Porto Santo. Various substations and power plants are marked with codes like SE STA, CE LDF, SE CNL, etc. The map shows a complex network of high-voltage (60 kV, 30 kV) and low-voltage (6.6 kV) lines connecting these points. A legend at the bottom explains the symbols: 1 for Thermal Centrales, 2 for Hydroelectric Centrales, 3 for Wind Parks, 4 for Solar Parks, a triangle for Transformation Posts, a circle with a dot for Sectioning Posts, PC for Sectioning Post, PS for Central Post, CE for Central Substation, SE for Substation, (2) for two terms, and (3) for three terms.


Origem da produção de energia eléctrica na RAM - (Sistema da EEM)

GWh	2006	2007	2008	2009	2010
Madeira	642,66	645,71	694,07	673,52	616,70
Hidroeléctrica	108,67	62,76	79,60	135,49	126,70
Termoeléctrica (Vitória)	533,99	582,95	614,47	538,03	490,00
Porto Santo	37,47	37,42	39,35	37,58	32,82
Termoeléctrica	36,77	36,76	38,47	36,93	32,18
Eólica	0,70	0,66	0,88	0,65	0,63
Total RAM	680,13	683,13	733,42	711,09	649,52

Aquisição de energia eléctrica - Outras entidades

GWh	2006	2007	2008	2009	2010
Madeira	251,31	255,21	247,21	266,96	308,24
Hidroeléctrica	4,19	3,55	4,10	4,65	5,00
Eólica	15,44	12,07	13,09	36,90	67,33
Termoeléctrica (Caniçal)	192,35	201,49	192,81	188,60	194,85
Resíduos	39,33	38,11	37,22	36,51	39,41
Fotovoltaica*	-	-	-	0,29	1,65
Porto Santo	1,04	1,19	1,29	1,18	3,80
Eólica	1,04	1,19	1,29	1,17	1,31
Fotovoltaica*	-	-	-	0,01	2,49
Total RAM	252,35	256,40	248,51	268,13	312,05

*Inclui microprodução (DL 363/2007 de 2 de Nov.) e PRE ("Produção em Regime Especial", DL 312/2001, de 10 de Dez.)

Balanco de energia eléctrica na RAM - 2010

GWh	Emissão para a rede	Fornecimento a Clientes
Madeira	911,32	830,80
Porto Santo	34,25	32,71
Total RAM	945,56	863,51

Subestações

	2006	2007	2008	2009	2010
Madeira					
Nº	27	28	28	28	28
Potência Instalada (MVA)	445	485	528	528	533
Porto Santo					
Nº	3	3	3	3	3
Potência Instalada (MVA)	16	16	16	18	18
Total RAM					
Nº	30	31	31	31	31
Potência Instalada (MVA)	461	501	544	546	551

Postos de Transformação					
	2006	2007	2008	2009	2010
Madeira					
Nº	1.535	1.583	1.644	1.656	1.667
Potência Instalada (MVA)	630	666	696	716	723
Porto Santo					
Nº	83	91	93	93	92
Potência Instalada (MVA)	30	35	35	35	34
Total RAM					
Nº	1.618	1.674	1.737	1.749	1.759
Potência Instalada (MVA)	660	701	731	751	757

Rede de Transporte e Distribuição na RAM					
Km	2006	2007	2008	2009	2010
Baixa Tensão	3.799	3.853	3.885	3.914	3.924
Aérea	2.997	3.013	3.017	3.007	2.999
Subterrânea	802	839	868	906	925
6,6 kV	1.131	1.196	1.241	1.287	1.316
Aérea	539	546	541	539	532
Subterrânea	592	650	699	748	784
30 kV	357	373	387	392	400
Aérea	236	237	243	245	250
Subterrânea	121	136	144	147	150
60 kV	68	79	79	79	74
Aérea	68	69	69	69	64
Subterrânea	0	10	10	10	10
Total RAM	5.355	5.499	5.591	5.672	5.714

Dados Comerciais					
	2006	2007	2008	2009	2010
Madeira					
Nº Consumidores	126.504	128.488	129.636	130.786	131.962
Consumo (GWh)	798,42	805,36	839,32	842,00	830,80
Doméstico e Agrícola	263,51	255,54	259,76	265,25	265,64
Comércio e Serviços	334,65	337,49	358,50	364,32	349,46
Serviços Públicos	57,24	59,11	60,02	60,81	61,29
Indústria	75,26	75,74	74,57	70,80	69,63
Iluminação Pública	67,76	77,48	86,47	80,82	84,78
Porto Santo					
Nº Consumidores	4.275	4.414	4.477	4.560	4.621
Consumo (GWh)	34,98	34,39	36,67	34,92	32,71
Doméstico e Agrícola	7,21	7,10	7,43	7,51	7,31
Comércio e Serviços	12,77	12,37	14,23	13,55	12,00
Serviços Públicos	3,31	3,53	3,65	3,52	3,19
Indústria	9,77	9,43	8,96	7,93	7,87
Iluminação Pública	1,92	1,96	2,40	2,41	2,34
Total RAM					
Nº Consumidores	130.779	132.902	134.113	135.347	136.584
Consumo (GWh)	833,40	839,75	876,00	876,92	863,51

Recursos Humanos					
	2006	2007	2008	2009	2010
Nº de Trabalhadores	869	868	865	859	851

Dados Financeiros Consolidados					
€'000	2006	2007	2008	2009*	2010*
Volume de negócios	137.436	145.107	171.441	153.259	174.497
Resultado operacional	10.579	10.866	12.847	17.021	18.513
Resultado líquido	4.510	4.558	3.760	6.050	4.823
Activo líquido	567.034	558.697	635.143	628.937	667.191
Imobilizado líquido	322.226	334.054	390.602	399.295	417.084
Capitais próprios	153.820	153.768	154.166	129.738	130.519
Investimento	40.548	39.926	66.823	57.455	46.537

*Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

Síntese

O ano de 2010, na ilha da Madeira, fica tragicamente marcado pela catástrofe de 20 de Fevereiro “Temporal”, da qual resultou a lamentável perda de vidas humanas e avultados prejuízos materiais, globalmente estimados em cerca de 1.000 milhões de Euros. As consequências do “Temporal” afectaram o normal funcionamento da EEM e, de forma significativa importantes infra-estruturas do sistemas eléctrico da Madeira, sendo que a estimativa dos danos no que respeita o sector eléctrico de serviço público, ascendeu a 10,4 milhões de Euros.

Globalmente, os investimentos da EEM ascenderam a 46.537 milhares de Euros, apresentando a seguinte distribuição relativa por área de actividade: 57,5% na produção, 24,4% na distribuição/comercialização, 12,1% no transporte e 5,8% em investimento não específico. De salientar ainda o investimento de 75 milhares de Euros em empresas participadas da EEM, a que corresponde a 0,2% do total investido.

Produção

Os investimentos realizados no sector da produção ascenderam a 26.762 milhares de Euros, sendo de destacar as seguintes intervenções:

- Conclusão da construção da nova Central Térmica - Vitória III;
- Grandes intervenções nos Grupos n.ºs 2, 4, 7 e 15 (CTV I e II);
- Conclusão dos trabalhos de acesso à conduta forçada da Central Hidroeléctrica dos Socorridos;
- Recuperação/reconstrução de canais afectos aos sistemas hidroeléctricos, essencialmente, nos sistemas da Serra de Água, Calheta e Fajã da Nogueira, devido ao “Temporal”.

Transporte

Os investimentos realizados no sector do transporte ascenderam a 5.640 milhares de Euros, incidindo, particularmente, no reforço da rede de transmissão, remodelações de subestações/ postos de corte e aumentos de potência.

Nas subestações, são de referir os seguintes investimentos:

- Conclusão da transferência de serviço dos antigos equipamentos de corte para os novos, instalados na nova Subestação da Vitória (60 kV);
- Montagem de protecções diferenciais nas seguintes subestações: Caniçal, Viveiros, Lombo do Doutor, Serra de Água e Vila Baleira;

- Aumento de potência de 5 MVA na Subestação da Ponte Vermelha;
- Trabalhos importantes de reparação na Subestação da Central Hidroeléctrica da Serra de Água devido ao “Temporal”.

Na rede de transmissão, assinalam-se as seguintes realizações:

- Conclusão da construção da ligação dupla entre o Paúl da Serra e o sítio da Pedra Mole;
- Remodelação parcial da ligação subterrânea a 30 kV entre a Subestação de São Vicente e a Central Hidroeléctrica da Ribeira da Janela;
- Conclusão da ligação subterrânea entre a Subestação da Ponte Vermelha e a Central Hidroeléctrica da Serra de Água.

Distribuição/Comercialização

Os investimentos realizados no sector da distribuição/comercialização ascenderam a 11.367 milhares de Euros, dos quais 3.210 milhares de Euros foram devidos a reparações provocados pelo “Temporal”, sendo de destacar os seguintes factos:

- Ligação de 22 novos postos de transformação de serviço público;
- Ligação à rede de 4 novos postos de transformação de serviço particular;
- Lançamento de 28,58 km de rede de média tensão;
- Remodelação de 17,85 km de rede de média tensão;
- Lançamento de 3,13 km de rede de baixa tensão;
- Remodelação de 55,97 km de rede de baixa tensão;
- Instalação de 181 novos focos de iluminação pública;
- Substituição de 1.009 focos de iluminação pública;
- As vendas de energia eléctrica ascenderam a 830,80 GWh na ilha da Madeira e a 32,71 GWh na ilha do Porto Santo, perfazendo um total de 863,51 GWh na RAM;
- O número total de clientes ligados à rede em 31 de Dezembro de 2010 ascendeu a 131.962 e 4.621 na ilha da Madeira e na ilha do Porto Santo, respectivamente.

Outras realizações

Os investimentos realizados em áreas não específicas, de carácter transversal à Empresa nomeadamente: instalações de uso geral, equipamentos, ferramentas e sistemas de informação, ascenderam a 2.692 milhares de Euros. Neste domínio, destacam-se as instalações e sistemas de informação, com particular relevo nos seguintes projectos:

- Início da instalação do grupo de emergência no edifício Sede;
- Início do processo de alterações ao sistema BI - Business Intelligence (Ferramentas de Reporting);
- Foram implementadas diversas melhorias no sistema SAP;
- Melhorias no sistema de informação;
- Início do processo de renovação do Data Center;
- Implementação do SNC;
- Início ao processo de instalação do WFM – Work Force Management (SGE - Sistema de Gestão de Equipas);
- Trabalhos de recuperação de instalações afectadas pelo “Temporal”.

I. Produção

No exercício de 2010, os investimentos promovidos no sector da produção ascenderam a 26.762 milhares de Euros, contemplando o plano base de investimentos e as intervenções decorrentes do “Temporal” sendo de assinalar: finalização da construção da nova central termoelétrica da ilha da Madeira, designada por CTV III, localizada junto à actual Central Térmica da Vitória (CTV I e II) e que disporá de 3 grupos termoelétricos dual-fuel e uma turbina a vapor, com uma potência total instalada de 54,4 MW, grandes intervenções em alguns grupos da Central Térmica da Vitória (CTV I e II), prolongando-se assim, a vida útil dos respectivos grupos e intervenções nas infra-estruturas hidráulicas com particular incidência nos sistemas afectos às centrais hidroelétricas da Serra de Água, Calheta e Fajã da Nogueira, decorrentes do “Temporal”.

A. Ilha da Madeira

Aproveitamentos Hidroelétricos

Dos trabalhos realizados durante o exercício de 2010 nas várias centrais hidroelétricas, destacam-se os seguintes:

- Conclusão dos trabalhos de acesso à conduta forçada da Central Hidroelétrica dos Socorridos;
- Início dos trabalhos de recuperação do edifício da Central Hidroelétrica da Fajã da Nogueira;
- Foi realizado o primeiro concurso referente à barragem do Alecrim, estando em fase final de preparação a realização dos dois concursos restantes da obra, no que diz respeito ao projecto de ampliação/remodelação do Sistema Hidroelétrico da Calheta;
- Deu-se também início aos trabalhos preliminares do Sistema Hidroelétrico do Chão da Ribeira;
- Foram realizados trabalhos preliminares no âmbito do futuro aproveitamento mini-hídrico da Fonte do Juncal. Trata-se da instalação de um sistema reversível de pequena dimensão, com vários escalões de potência, sendo a água turbinada entregue no Canal da Encumeada, beneficiando os sistemas electroprodutores da Serra de Água e dos Socorridos;
- Recuperação/reconstrução de canais afectos aos sistemas hidroelétricos, essencialmente, nos sistemas da Serra de Água, Calheta e Fajã da Nogueira decorrentes do “Temporal”.

Centrais Termoelétricas

Central Térmica da Vitória

Na Central Térmica da Vitória procederam-se aos seguintes trabalhos:

- Conclusão da construção da CTV III, sendo de salientar:
 - a ligação do segundo e do terceiro grupos designados como Grupo nº 18 e nº 19;
 - a instalação da turbina a vapor, finalizando o sistema de ciclo combinado, designado como Grupo nº 20.
- Grandes intervenções nos Grupos nºs 2, 4, 7, 15 (CTV I e II);
- Upgrade do sistema de tratamento de óleo do Grupo 12 – Centrifugadora.

A 31 de Dezembro de 2010, o sistema electroprodutor da EEM na ilha da Madeira compreendia uma central termoelétrica e nove centrais hidroelétricas com uma potência instalada de 263,33 MW, dos quais, 212,94 MW (80,9%) estão instalados na Central Térmica da Vitória e os restantes 50,39 MW (19,1%) nas centrais hidroelétricas.

Sistema electroprodutor da EEM na ilha da Madeira - 2010			
	Térmica	Hídrica	Total
Nº de Centrais	1	9	10
Potência Instalada (MW)	212,94	50,39	263,33
Produção (GWh)	490,00	126,70	616,70

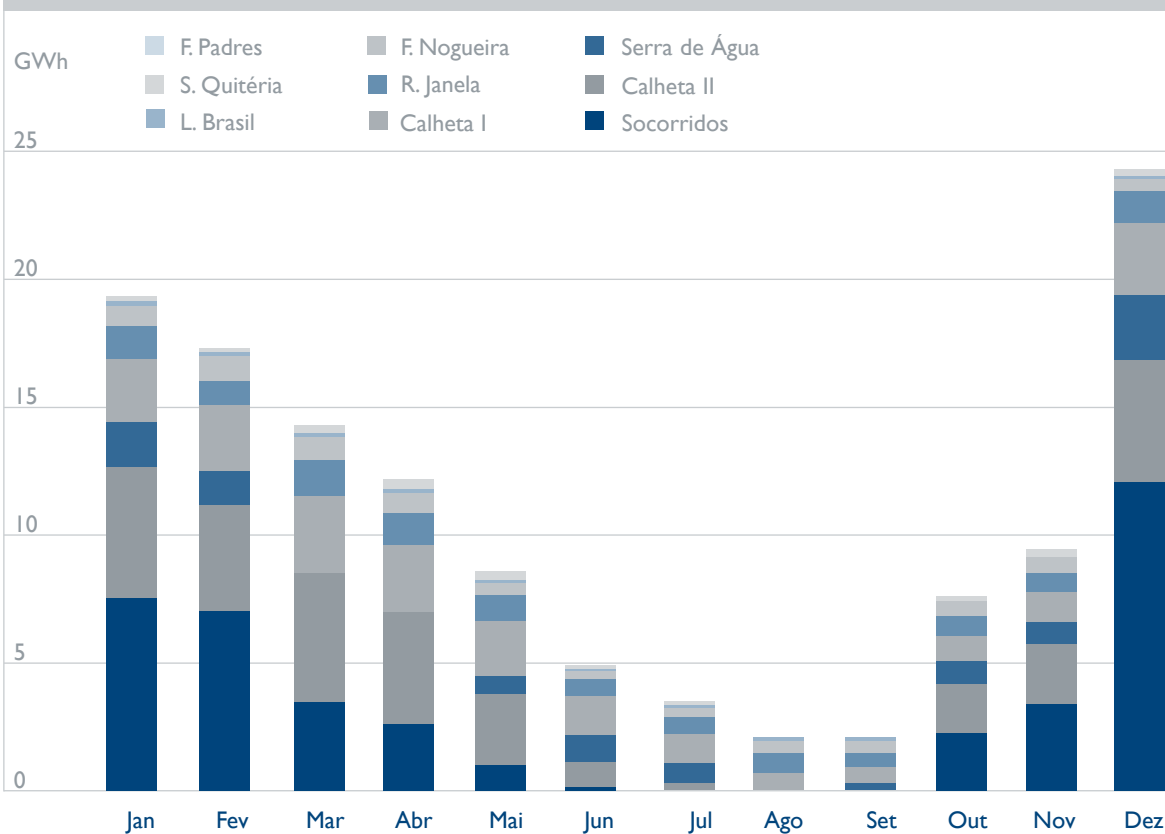
Central termoelétrica da EEM na ilha da Madeira - 2010						
	Grupo nº	Pot. Instalada (MW)	Pot. Máx. Cont. (MVA)	Pot. Máx. Cont. (MW)	Produção (GWh)	Emissão (GWh) Combustível
Vitória	1, 2	15,00	19,50	10,40	9,98	Fuelóleo
	3	7,50	9,75	5,00	8,86	Fuelóleo
	4, 5, 6	23,40	29,25	18,60	57,10	Fuelóleo
	7, 8, 9, 10	42,24	52,00	34,00	205,41	Fuelóleo
	11, 12, 13, 14, 15	57,60	70,00	47,00	181,72	Fuelóleo
	16	12,80	16,00	12,80	1,87	Dual-Fuel
	17, 18, 19, 20	54,40	68,15	49,00	25,06	Dual-Fuel
Total - CTV		212,94	264,65	176,80	490,00	477,74

Centrais hidroelétricas da EEM na ilha da Madeira - 2010					
	Pot. Instalada (MW)	Produção (GWh)	Emissão (GWh)	Altura de Queda (m)	Tipo de Turbina
Serra de Água	4,90	11,00	10,95	430	Pelton
Calheta I	1,10	21,47	21,31	629	Pelton
	0,52			314	Pelton
	0,50			181	Pelton
	2,60			629	Pelton
Calheta II	7,30	31,97	31,93	637	Pelton
Ribeira da Janela	3,20	11,14	11,04	398	Pelton
Fajã da Nogueira	2,40	6,94	6,87	348	Pelton
Lombo do Brasil	0,17	1,47	1,47	316	Pelton
Fajã dos Padres	1,70	-	-	530	Pelton
Santa Quitéria	1,70	2,72	2,71	212	Pelton
Socorridos	24,30	39,99	39,92	457	Pelton
Bombagem	11,25	-	-	457	Francis
Total EEM*	50,39	126,70	126,20		

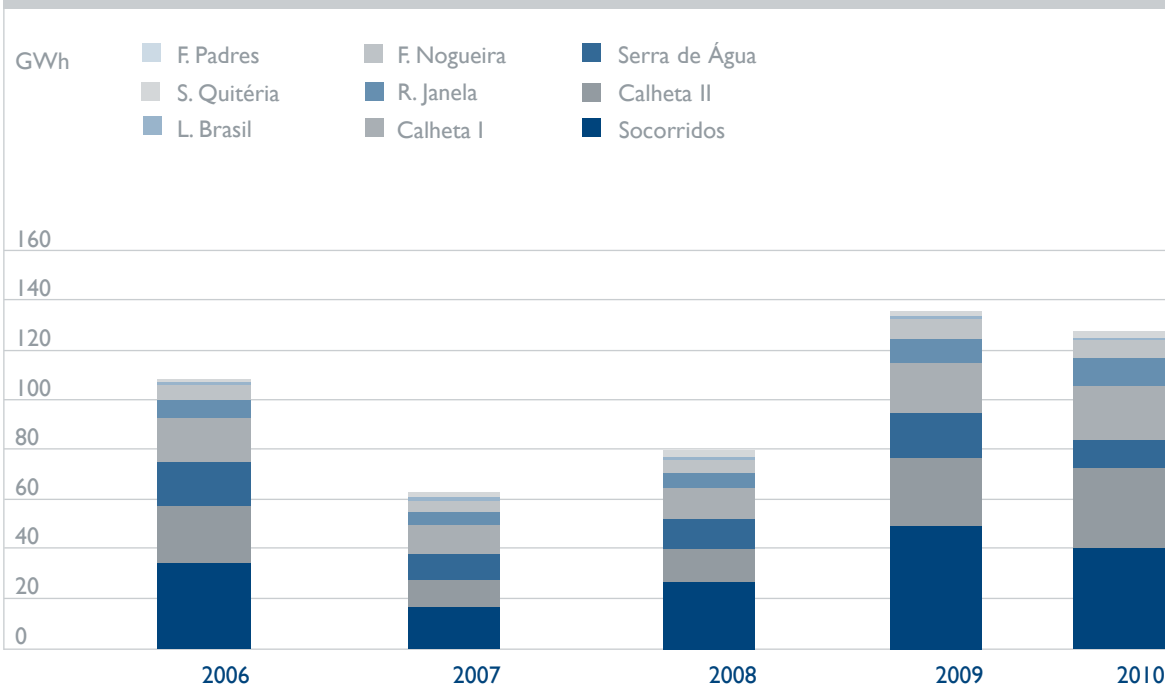
*Exclui a potência de bombagem

No exercício de 2010, a emissão do sistema electroprodutor da EEM na ilha da Madeira, ascendeu a 603,94 GWh, dos quais 477,74 GWh (79,1%) foram de origem térmica e os restantes 126,70 GWh (20,9%) de origem hidroelétrica, valor este ligeiramente inferior ao do ano anterior, ainda assim, significativamente superior ao observado em termos médios históricos, devido a um ano hidrológico muito favorável.

Evolução mensal da produção hidroeléctrica da EEM na ilha da Madeira - 2010



Evolução anual da produção hidroeléctrica da EEM na ilha da Madeira



A potência instalada nos centros electroprodutores de entidades privadas ascendeu a 89,55 MW, mais 7,8% que em 2009, resultante da entrada em funcionamento de novos parques fotovoltaicos e do incremento da microprodução. O quadro seguinte traduz a distribuição dos produtores independentes, por fonte de energia primária:

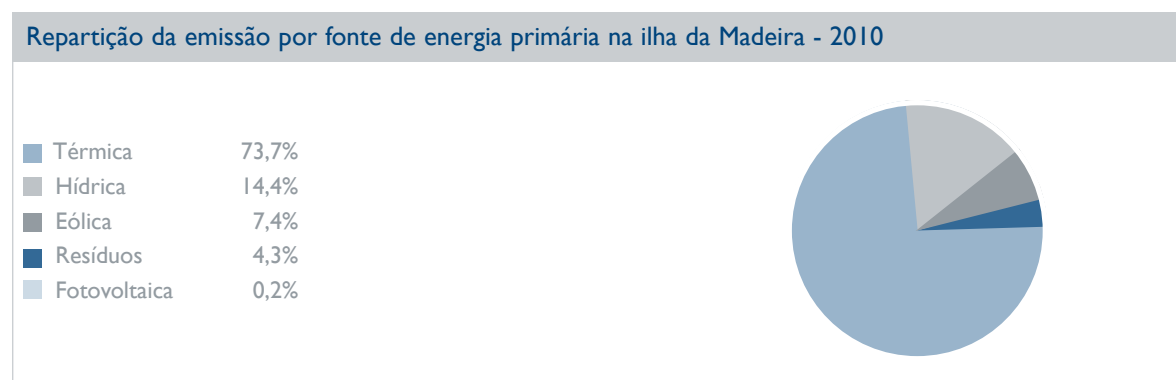
Sistema electroprodutor de entidades privadas na ilha da Madeira - 2010						
	Térmica	Hídrica	Eólica	Resíduos	Fotovoltaica*	Total
Nº de Centrais	1	1	8	1	269	280
Potência Instalada (MW)	36,00	0,70	37,91	8,00	6,94	89,55
Aquisição (GWh)	194,85	5,00	67,33	39,41	1,65	308,24

*Inclui microprodução (DL 363/2007 de 2 de Nov.) e PRE ("Produção em Regime Especial", DL 312/2001, de 10 de Dez.)

Em 2010, a energia emitida por estes centros produtores atingiu 308,24 GWh, mais 15,5% que o ano anterior. Desta energia, 63,2% foi proveniente da Central Térmica do Caniçal, 21,8% dos parques eólicos, 12,8% da ETRSU, 1,6% da Central Mini-Hídrica da Terça, sendo os restantes 0,6% oriundos dos produtores fotovoltaicos.

A contribuição dos produtores privados na emissão de energia para a rede da ilha da Madeira, representou 33,8% do valor total.

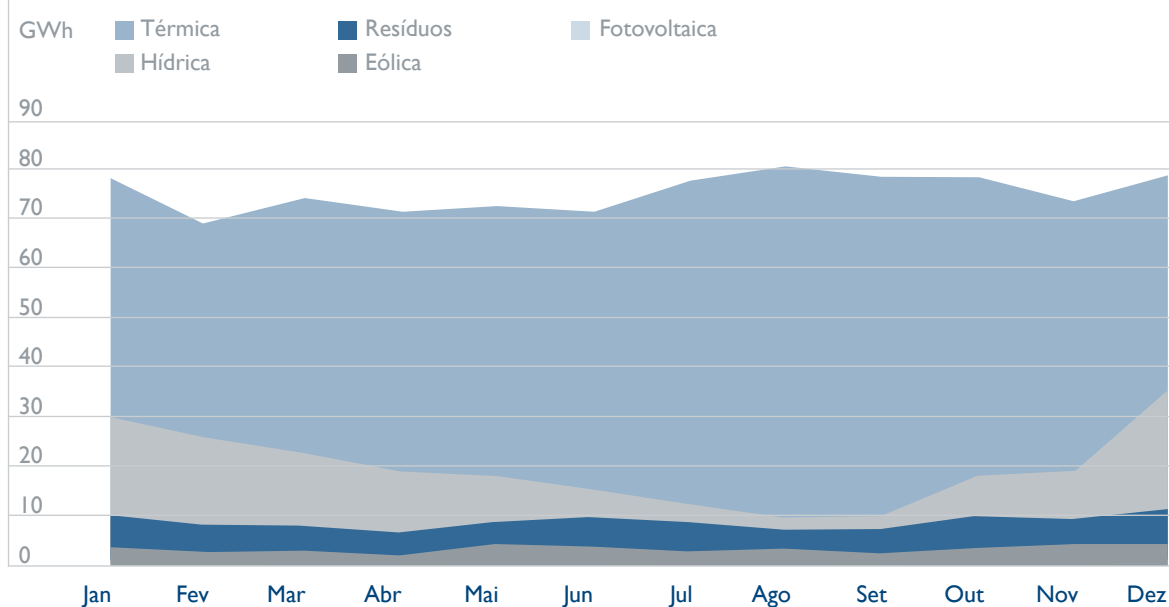
A repartição da energia emitida para a rede (sistema EEM e produtores privados) na ilha da Madeira, em 2010, foi a seguinte:



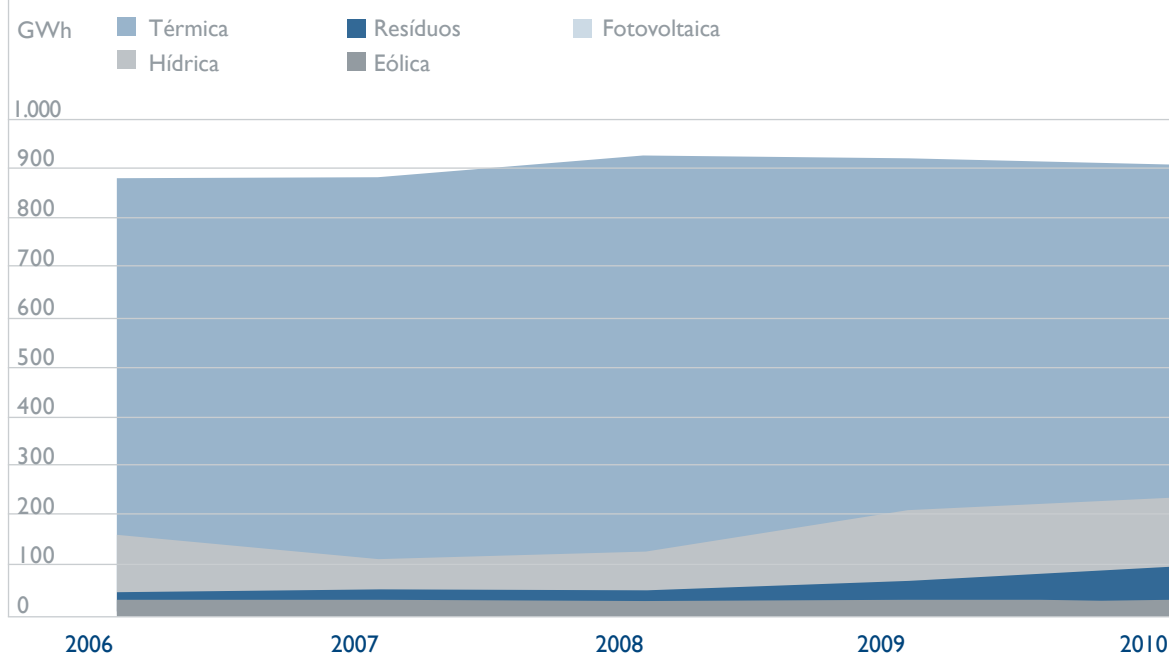
Assim, a componente renovável, em 2010, ascendeu a 26,3% do total da energia emitida para a rede, sendo os restantes 73,7% de origem fóssil.

Os gráficos seguintes traduzem a evolução mensal e anual da emissão, por fonte de energia primária:

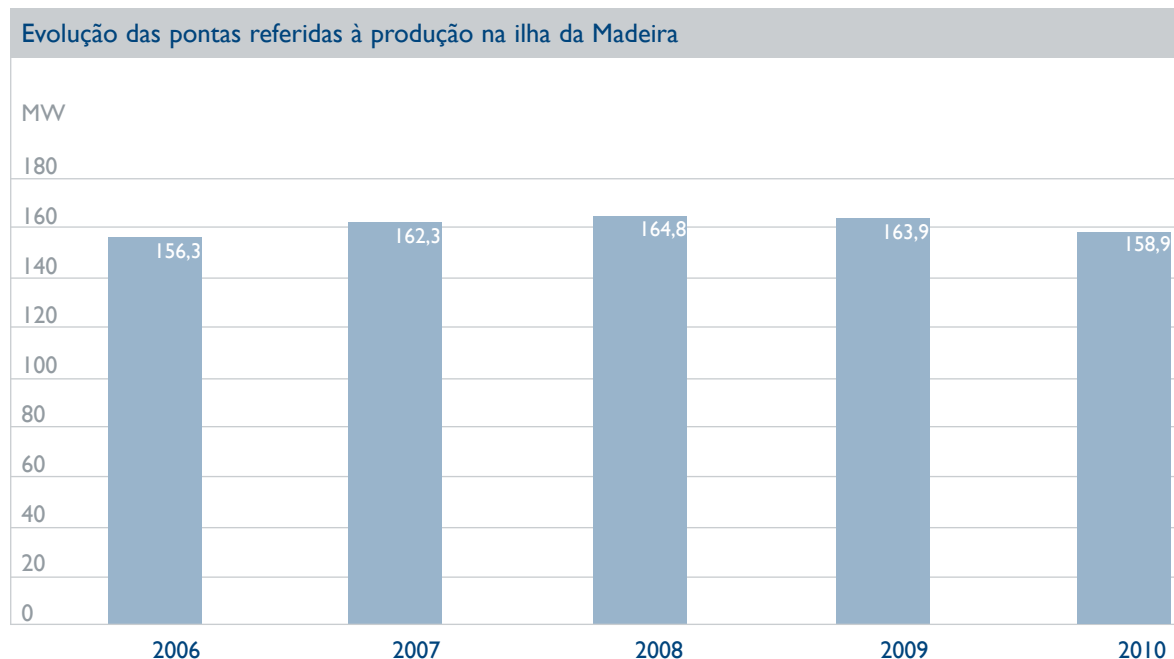
Evolução mensal da energia emitida na ilha da Madeira - 2010



Evolução anual da emissão por fonte de energia primária na ilha da Madeira



A ponta anual na ilha da Madeira ocorreu em Janeiro, atingindo o valor de 158,9 MW, representando uma diminuição de 3,1% relativamente ao ano de 2009.



O consumo de combustíveis e lubrificantes na Central Térmica da Vitória ascendeu a 108.681 e 866 milhares de litros, respectivamente. Verificou-se uma redução significativa do consumo de combustíveis em cerca de 10,1%, relativamente ao ano transacto, devido, não só ao aumento da produção renovável (eólica e solar), mas também à redução da procura de energia.

Consumo de combustíveis e lubrificantes no sistema da EEM na ilha da Madeira - 2010			
litros '000	Fuelóleo	Gasóleo	Óleo
Central Térmica da Vitória	107.251	1.431	866

B. Ilha do Porto Santo

O sistema electroprodutor da ilha do Porto Santo compreende uma central termoeléctrica, dois parques eólicos e uma central solar. A potência total instalada é de 20,43 MW, dos quais, 17,28 MW (84,6%) se encontram instalados na Central Térmica do Porto Santo, 2,04 MW (10,0%) no parque fotovoltaico e da microprodução, sendo os restantes 1,11 MW (5,4%) nos dois parques eólicos.

Central Térmica do Porto Santo

Na Central Térmica do Porto Santo, as principais intervenções foram as seguintes:

- Deu-se início a aquisição de um sistema de controlo de frequência;
- Substituição dos sistemas DC 110V/24V afectos aos serviços auxiliares da Central.

Sistema electroprodutor da ilha do Porto Santo - 2010

	EEM		ENEREEM	Privados	Total
	Térmica	P. Eólicos	P. Eólicos	Fotovoltaica*	
Nº de Centrais	1	1	1	13	16
Potência Instalada (MW)	17,28	0,45	0,66	2,04	20,43
Emissão (GWh)	29,81	0,63	1,31	2,49	34,25

*Inclui microprodução (DL 363/2007 de 2 de Nov.) e PRE ("Produção em Regime Especial", DL 312/2001, de 10 de Dez.)

Central termoelétrica da EEM na ilha do Porto Santo - 2010

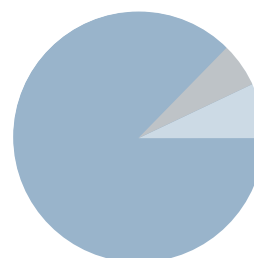
	Grupo nº	Pot. Instalada		Pot. Máx. Cont. (MW)	Produção (GWh)	Emissão (GWh)	Combustível
		(MW)	(MVA)				
Central Térmica	1,2*	10,00	12,86	-	0,01		Gasóleo
do Porto Santo	3,4,5	12,96	15,30	11,40	22,97		Fuelóleo
	6	4,32	5,10	3,80	9,20		Fuelóleo
Total - CTPS		17,28	20,40	15,20	32,18	29,81	

*Grupos desclassificados em 2008

Em 2010, a energia emitida na ilha do Porto Santo ascendeu a 34,25 GWh, sendo que 29,81 GWh (87,0%) foram de origem térmica, 2,49 GW (7,3%) de origem solar e os restantes 1,94 GWh (5,7%) de origem eólica.

Repartição da emissão por fonte de energia primária na ilha do Porto Santo - 2010

■ Térmica	87,0%
■ Eólica	5,7%
■ Fotovoltaica	7,3%

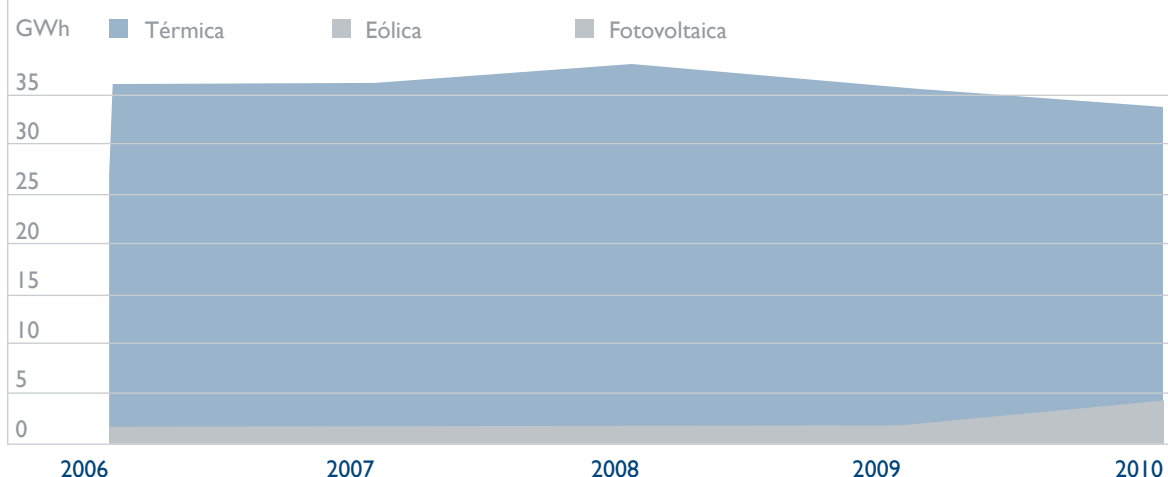


Os gráficos seguintes indicam a evolução mensal e anual da emissão, por fonte de energia primária:

Evolução mensal da energia emitida na ilha do Porto Santo - 2010



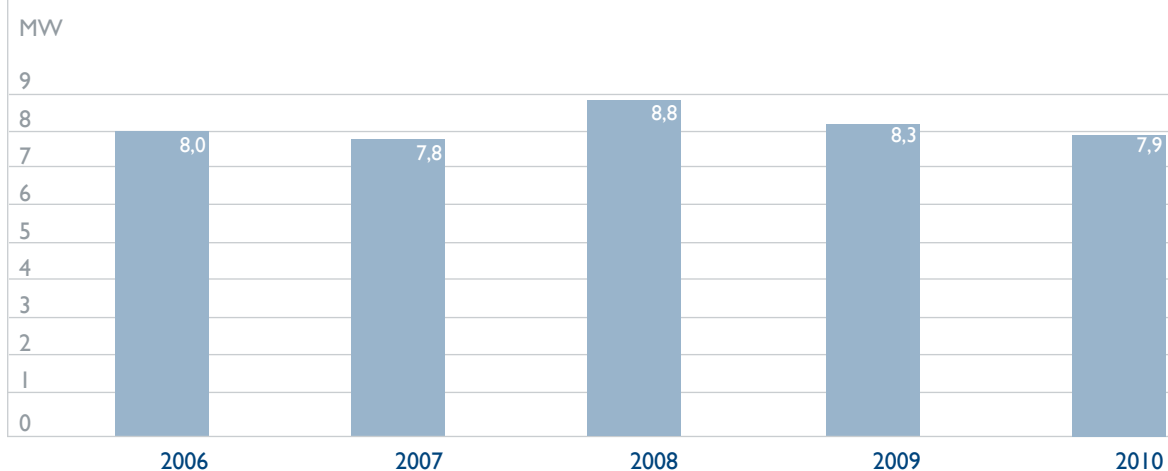
Evolução anual da emissão por fonte de energia primária na ilha do Porto Santo



A contribuição de energia eólica na ilha do Porto Santo tem-se mantido aproximadamente constante, destacando-se também o incremento da componente solar, sendo as flutuações resultantes da emissão de origem renovável compensadas pela componente térmica.

A ponta anual na ilha do Porto Santo registou-se em Agosto, tendo atingido 7,9 MW, inferior em 4,7% relativamente à observada no exercício de 2009.

Evolução das pontas referidas à produção na ilha do Porto Santo



O consumo de combustíveis e lubrificantes na Central Térmica do Porto Santo ascendeu a 8.377 e 39 milhares de litros, respectivamente.

Consumo de combustíveis e lubrificantes na ilha do Porto Santo - 2010

litros '000	Fuelóleo	Gasóleo	Óleo
Central Térmica do Porto Santo	7.710	668	39

Verificou-se um decréscimo do consumo de combustíveis na ordem dos 10,1%, relativamente ao exercício anterior; motivado, não só pela diminuição da procura de energia, mas também da integração da componente solar fotovoltaica.

II. Transporte

Na rede de transporte, os investimentos mais significativos verificaram-se ao nível das subestações/postos de corte e nas linhas de transporte, totalizando 5.640 milhares de Euros.

Subestações e Postos de Corte

No que se refere às subestações destacam-se:

- Conclusão da transferência de serviço dos antigos equipamentos de corte para os novos, instalados na nova Subestação da Vitória, que compreende um novo edifício e um monobloco GIS de duplo barramento, a 60 kV, com 17 celas;
- A substituição do transformador de 10 MVA da Subestação da Ponte Vermelha, por um de 15 MVA, ficando o primeiro em reserva;
- Montagem de protecções diferenciais nas seguintes subestações: Caniçal, Viveiros, Lombo do Doutor, Serra de Água e Vila Baleira;
- Ensaios, parametrização e colocação em serviço das protecções diferenciais de linha, nas subestações: Caniçal, Palheiro Ferreiro, São João, Viveiros, Lombo do Doutor, Serra de Água e Vila Baleira;
- Acompanhamento dos trabalhos de construção civil de impermeabilização da cobertura da Central Hidroelétrica da Fajã da Nogueira, no que diz respeito aos equipamentos da subestação da central;
- Conclusão dos trabalhos de migração, para o novo Sistema de Protecção, Comando e Controlo, da Subestação dos Viveiros;
- Desactivação do barramento e de todas as celas de alvenaria da Subestação da Ponte Vermelha, ao nível dos 30 kV e transferência do serviço restante, para o bloco contentorizado instalado nesta subestação;
- Iniciou-se os trabalhos de desactivação do barramento em alvenaria da Subestação da Vila Baleira, a 30 kV, para instalação de um monobloco compacto, transferido da Subestação da Calheta;
- Trabalhos importantes de reparação na Subestação da Central Hidroelétrica da Serra de Água ao nível do transformador e monoblocos de 30 e de 6,6 kV, e de todos os equipamentos afectos à subestação, com a substituição de elementos que pela sua natureza ficaram danificados com a inundação, devido ao “Temporal”.

Além dos investimentos referidos, assinalam-se ainda as seguintes acções:

- Acompanhamento dos trabalhos de inspecção e manutenção efectuados na Subestação da Vila Baleira, no âmbito do programa de inspecção dos 10 anos de funcionamento;
- Prosseguiu-se o programa de beneficiação de transformadores de potência das subestações;
- Trabalhos de manutenção geral, incluindo a manutenção dos transformadores;
- Acompanhamento dos trabalhos de Inspecção Termográfica.

Subestações na RAM - 2010

	Potência instalada (MVA)			Total	Bat. Cond. MVA _r
	30/6,6 kV	60/30 kV	60/6,6 kV		
Ilha da Madeira	238,0	170,0	125,0	533,0	32,0
Funchal	3 x 10,0	-	-	30,0	6,0
Amparo	2 x 10,0	-	-	20,0	2,0
Vitória 6,6 kV	2 x 10,0	-	-	20,0	4,0
Vitória	-	4 x 25,0	-	100,0	-
Santa Quitéria	10,0	-	-	10,0	-
Virtudes	2 x 15,0	-	-	30,0	2,0
Alegria	-	-	10,0	10,0	-
Viveiros	-	-	2 x 15,0	30,0	4,0
Ponte Vermelha	15,0	-	-	15,0	2,0
Lombo do Meio	4,0	-	-	4,0	-
Central da Calheta	2 x 0,5	-	-	1,0	-
Calheta	10,0	-	-	10,0	-
Lombo do Doutor	-	25,0	-	25,0	-
Ribeira da Janela	6,0	-	-	6,0	-
Serra de Água	4,0	-	-	4,0	-
Lombo do Faial	6,0	-	-	6,0	-
Santana	6,0	-	-	6,0	-
Machico	-	15,0	10,0 + 15,0	40,0	2,0
Assomada	2 x 10,0	-	-	20,0	2,0
Livramento	2 x 10,0	-	-	20,0	2,0
Palheiro Ferreiro	-	2 x 15,0	2 x 10,0	50,0	2,0
São Vicente	6,0	-	-	6,0	-
Prazeres	2 x 2,0	-	-	4,0	-
Canical	-	-	10,0	10,0	-
Cabo Girão	10,0	-	-	10,0	-
Santo da Serra	6,0	-	-	6,0	-
Ponta Delgada	10,0	-	-	10,0	-
São João	-	-	2 x 15,0	30,0	4,0
Ilha do Porto Santo	18,0	-	-	18,0	-
Nova Central	4,0	-	-	4,0	-
Vila Baleira	2 x 4,0	-	-	8,0	-
Calheta	6,0	-	-	6,0	-
Total RAM	256,0	170,0	125,0	551,0	32,0

Linhas de Transmissão

Na área das linhas de transmissão, destacam-se os seguintes investimentos:

- Conclusão da construção da ligação dupla entre o Paúl da Serra (nas proximidades do Posto de Corte das Pedras) e o sítio da Pedra Mole;
- Remodelação parcial da ligação subterrânea a 30 kV entre a Subestação de São Vicente e a Central Hidroelétrica da Ribeira da Janela;
- Remodelação da ligação aérea a 30 kV entre a Subestação de Machico e a Subestação da Assomada;
- Conclusão da construção da rede de condutas preparadas para ligações subterrâneas a 60 kV, entre a Rotunda da Magnólia e a Subestação das Virtudes;
- Conclusão da ligação subterrânea entre a Subestação da Ponte Vermelha e a Central Hidroelétrica da Serra de Água. Esta ligação já se encontrava parcialmente construída, mas foi acelerada a sua finalização devido aos estragos na linha existente entre estas duas instalações devido ao “Temporal”.

Foram ainda realizadas outras intervenções na rede de transporte, compreendendo a substituição de cadeias de suspensão e amarração, caixas terminais, afastamentos de apoios a pedido de clientes, bem como a desmatização de corredores de linhas e limpeza das bases dos apoios, numa extensão aproximada de 35 km, das quais 12,5 km em AT e 22,5 km em MT, a 30 kV.

No âmbito da monitorização da rede de transporte são de destacar as seguintes acções:

- Vistoria de cerca de 208 km de linhas aéreas, das quais 49 km em linhas AT, sendo as restantes nas linhas MT de 30 kV;
- Inspeção de caixas de visita de ligações subterrâneas a 60 e 30 kV, numa extensão aproximada de 92 km.

Rede de Transporte na RAM - 2010			
	Madeira	Porto Santo	Total RAM
Subestações de 60/30/6,6 kV			
Unidades	8	-	8
Potência instalada (MVA)	295,00	-	295,00
Subestações de 30/6,6 kV			
Unidades	20	3	23
Potência instalada (MVA)	238,00	18,00	256,00
Rede de 60 kV	74,05	-	74,05
Aérea (km)	63,84	-	63,84
Subterrânea (km)	10,21	-	10,21
Rede de 30 kV*	384,77	15,30	400,07
Aérea (km)	245,32	5,10	250,42
Subterrânea (km)	139,45	10,20	149,65
Fibra óptica (km)	404,54	9,11	413,65

*Inclui redes de distribuição de 30 kV

O seguinte quadro indica a evolução na rede de transporte verificada em 2010:

Evolução da Rede de Transporte na RAM - 2010			
Km	Madeira	Porto Santo	Total RAM
Novas electrificações e ampliações			
Rede de 60 kV	(4,81)	-	(4,81)
Aérea	(4,81)	-	(4,81)
Subterrânea	-	-	-
Rede de 30 kV*	7,86	-	7,86
Aérea	5,36	-	5,36
Subterrânea	2,50	-	2,50
Remodelações			
Rede de 60 kV	-	-	-
Aérea	-	-	-
Subterrânea	-	-	-
Rede de 30 kV*	20,00	-	20,00
Aérea	2,39	-	2,39
Subterrânea	17,61	-	17,61

*Inclui redes de distribuição de 30 kV

Telecomunicações

Na área das telecomunicações, assinalam-se as seguintes acções:

- Expansão da rede de cabo de fibra óptica;
 - Expansão na rede:
 - Subestação de Santa Quitéria – Subestação dos Viveiros;
 - Subestação de Santa Quitéria – Sala técnica centro de Despacho na Vitória;
 - Subestação do Amparo – Subestação de São João;
 - Subestação do Amparo – Sala técnica centro de Despacho na Vitória;
 - Subestação de Santa Quitéria – Subestação dos Virtudes.
 - Reforço do número de fibras entre a Subestação dos Viveiros e o Posto de Transformação do Largo da Saúde.
- Aquisição de equipamentos de telecomunicações para fibra óptica:
 - Novos sites na rede PDH, que suporta o telecomando das subestações:
 - Subestação do Santo da Serra;
 - Subestação da Vitória de 60 kV.
 - Novos sites na rede SDH:
 - Loja do Porto Moniz;
 - Loja de Santa Cruz;
 - Central Hidroelétrica da Ribeira da Janela;
 - Central Hidroelétrica da Calheta de Inverno;
 - Subestação da Vitória 60 kV;
 - Cabine técnica de telecomunicações Pico Topeiro (devido ao “Temporal”).
 - Subestação do Santo da Serra.
 - Reconstrução da rede de cabo de fibra óptica, danificada pelo “Temporal”:
 - Subestação da Ponte Vermelha – Encumeada;
 - Subestação do Lombo do Doutor;
 - Subestação da Calheta;
 - Subestação da Ponte Vermelha;
 - Subestação de São Vicente.
- Salas Técnicas de Telecomunicações:
 - Remodelação da sala de telecomunicações nos Viveiros.
 - Aquisição de duas cabines técnicas para telecomunicações, uma para a Subestação da Ponte Vermelha e a outra para a Subestação de Machico.



Centro de Despacho

No que se refere à actividade do Centro de Despacho, assinalam-se as seguintes iniciativas:

- Extensão do telecomando nas seguintes instalações:
 - Parque Eólico da Enervento;
 - Parque Eólico da ENEREEM da Bica da Cana;
 - Central Térmica da Vitória III;
 - Dois Postos de Transformação da ilha do Porto Santo.
- Operação do Sistema de Gestão de Indisponibilidades;
- Desenvolvimento do modelo estatístico para previsão de potência eólica;
- Relativamente ao “Temporal”, foram desencadeadas as seguintes operações:
 - Criação de um despacho de emergência na Central Hidroelétrica da Ribeira da Janela;
 - Roteamento de ligações entre as instalações de São Vicente, Bica da Cana, Serra de Água e parques eólicos para o Despacho de Emergência;
 - Criação de um posto de atendimento de emergência do Contact Center na sala de despacho.
- Conteúdos no sitio da intranet <http://despacho:>
 - Aperfeiçoamento e disponibilização de histórico na aplicação Diagrama de Cargas Interactivo;
 - Desenvolvimento de uma aplicação interactiva para a Informação Diária.
- Manutenção dos equipamentos adstritos ao Centro de Despacho.

III. Distribuição

Relativamente à rede de distribuição, o investimento foi direccionado, essencialmente, para a remodelação e construção de novas linhas de MT, postos de transformação e redes de BT/IP. Parte do investimento afecto a este sector deveu-se aos investimentos necessários a reparações provocadas pelo “Temporal”, que ascenderam a 3.210 milhares de Euros.

Rede de Distribuição na RAM - 2010

Km	Madeira	Porto Santo	Total RAM
Rede de 6,6 kV	1.241,50	74,07	1.315,57
Aérea	512,45	19,55	532,00
Subterrânea	729,05	54,52	783,57
Rede de BT	3.804,28	120,19	3.924,47
Aérea	2.943,90	55,18	2.999,08
Subterrânea	860,38	65,01	925,39

Postos de Transformação na RAM - 2010

	Privados		Públicos		Total	
	Nº	P (kVA)	Nº	P (kVA)	Nº	P (kVA)
Funchal	103	78.265	468	252.765	571	331.030
Câmara de Lobos	17	10.390	114	42.985	131	53.375
Ribeira Brava	5	2.410	112	34.275	117	36.685
Ponta do Sol	4	1.330	58	19.795	62	21.125
Calheta	4	1.530	125	33.425	129	34.955
Porto Moniz	-	-	49	12.630	49	12.630
São Vicente	5	1.610	55	16.775	60	18.385
Santana	9	5.335	88	20.410	97	25.745
Machico	31	17.295	123	48.140	154	65.435
Santa Cruz	35	22.750	262	100.410	297	123.160
Porto Santo	21	12.535	71	21.810	92	34.345
Total RAM	234	153.450	1.525	603.420	1.759	756.870

Os concelhos com maior potência instalada são o Funchal, Santa Cruz e Machico com 331.030 kVA, 123.160 kVA e 65.435 kVA, respectivamente.



A. Ilha da Madeira

Na ilha da Madeira, os principais indicadores são os seguintes:

- Instalação de 22 novos postos de transformação de serviço público, com uma potência instalada de 9.125 kVA e 4 de serviço particular com uma potência instalada de 2.150 kVA;
- Ampliação da rede de média tensão em 25,69 km;
- Remodelação da rede de média tensão em 17,29 km;
- Ampliação em 2,61 km da rede de baixa tensão;
- Remodelação em 52,17 km da rede de baixa tensão;
- Instalação de 133 novos focos de iluminação pública;
- Substituição de 986 focos de iluminação pública.

B. Ilha do Porto Santo

Para a ilha do Porto Santo, os principais indicadores são os seguintes:

- Ampliação da rede de média tensão em 2,89 km;
- Remodelação da rede de média tensão em 0,56 km;
- Ampliação em 0,52 km da rede de baixa tensão;
- Remodelação em 3,80 km da rede de baixa tensão;
- Instalação de 48 novos focos de iluminação pública;
- Substituição de 23 focos de iluminação pública.

Evolução da Rede de Distribuição na RAM - 2010

	Dist. N.E.O.	Funchal	Total Madeira	Porto Santo	Total RAM
Novas electrificações e ampliações					
PT's de Serviço Público					
Unidades	14	8	22	-	22
Potência (kVA)	6.130	2.995	9.125	-	9.125
PT's de Serviço Particular					
Unidades	2	2	4	-	4
Potência (kVA)	900	1.250	2.150	-	2.150
Rede de 6,6 kV					
Aérea (km)	14,57	11,12	25,69	2,89	28,58
	(6,65)	(0,20)	(6,85)	(0,49)	(7,34)
Subterrânea (km)	21,22	11,32	32,54	3,38	35,92
Rede de BT					
Aérea (km)	1,69	0,92	2,61	0,52	3,13
	(4,06)	(0,12)	(4,18)	(8,24)	(12,42)
Subterrânea (km)	5,75	1,04	6,79	8,76	15,55
Remodelações					
PT's de Serviço Público					
Unidades	6	2	8	-	8
Potência (kVA)	100	715	815	-	815
PT's de Serviço Particular					
Unidades	-	-	-	-	-
Potência (kVA)	-	-	-	-	-
PT's abatidos					
Unidades	(8)	(7)	(15)	(1)	(16)
Potência (kVA)	(3.935)	(1.780)	(5.715)	(250)	(5.965)
Rede de 6,6 kV					
Aérea (km)	8,96	8,33	17,29	0,56	17,85
	6,41	3,49	9,90	-	9,90
Subterrânea (km)	2,55	4,84	7,39	0,56	7,95
Rede de BT					
Aérea (km)	38,87	13,30	52,17	3,80	55,97
	35,94	9,35	45,29	2,92	48,21
Subterrânea (km)	2,93	3,95	6,88	0,88	7,76

IV. Comercialização

O balanço energético da RAM, no exercício de 2010, registou os seguintes valores:

Balanço de energia eléctrica na RAM - 2010			
MWh	Madeira	Porto Santo	Total RAM
Produção das Centrais	616.697	32.818	649.514
Térmica	490.002	32.183	522.185
Fuel	488.137	32.172	520.309
Gasóleo	1.865	11	1.876
Hídrica	126.694	-	126.694
Eólica	-	635	635
Consumo e perdas das Centrais	12.761	2.375	15.136
Emissão própria	603.936	30.442	634.378
Aquisições a outros produtores do SEPM	194.854	-	194.854
Térmica	194.854	-	194.854
Fuel	194.854	-	194.854
Aquisições à PRE	113.390	3.804	117.194
Hídrica	4.998	-	4.998
Eólica	67.326	1.310	68.636
Resíduos	39.412	-	39.412
Fotovoltaica	684	2.452	3.136
Microprodução	971	42	1.013
Total da energia entrada na rede	912.180	34.246	946.426
Bombagem	863	-	863
Emissão para a rede do SEPM	911.316	34.246	945.562
Consumos próprios	943	31	974
Fornecimentos SEPM	830.801	32.707	863.508
MT	170.647	11.886	182.533
BT	660.155	20.820	680.975
Energia Saída da Rede	831.744	32.738	864.482
Perdas	79.572	1.508	81.080

O consumo de energia eléctrica verificado em 2010 traduz um decréscimo de 1,3% e de 6,3% na ilha da Madeira e do Porto Santo, respectivamente.

Energia vendida a clientes do SEPM por níveis de tensão e por regimes tarifários - 2010						
GWh	AT	MT	BTE	BTN	IP	Total
Energia	-	182,53	154,62	439,24	87,11	863,51

Na RAM, o consumo de média tensão atingiu 182,53 GWh, enquanto que o de baixa tensão foi de 680,97 GWh, com um peso relativo de 21,1% e 78,9%, do valor total.

Os quadros seguintes apresentam a distribuição dos consumos e consumidores, por concelho e por tipo de uso:

Consumo por actividade na RAM - 2010										
GWh	Usos Domést.	Hotela.	Comér. e Serv.	Ind.	Usos Agrí.	Ilum. Pública	Serv. Púb.	Const. Civil	Total	%
Ilha da Madeira	259,93	146,96	195,50	69,63	5,71	84,78	61,29	7,00	830,80	100,0%
	31,3%	17,7%	23,5%	8,4%	0,7%	10,2%	7,4%	0,8%	100,0%	
Funchal	110,86	103,73	132,86	15,43	0,50	19,28	34,67	2,20	419,53	50,5%
Câm. Lobos	30,25	5,47	9,17	10,87	0,30	11,58	2,83	0,91	71,38	8,6%
Rib. Brava	12,47	2,56	7,57	1,24	0,07	6,89	1,56	0,43	32,79	3,9%
Ponta do Sol	9,01	2,22	2,18	1,73	0,62	3,74	1,39	0,61	21,49	2,6%
Calheta	13,42	4,07	4,08	1,34	0,67	6,76	1,40	0,22	31,96	3,8%
Porto Moniz	5,71	1,48	1,49	0,33	0,33	3,66	0,72	0,03	13,75	1,6%
S.Vicente	5,91	2,41	1,81	0,87	0,13	4,89	0,88	1,14	18,04	2,2%
Santana	7,91	2,06	3,42	0,76	0,36	5,05	1,37	0,31	21,25	2,6%
Machico	22,30	5,36	10,87	15,28	0,91	10,55	3,19	0,49	68,94	8,3%
Santa Cruz	42,08	17,60	22,06	21,77	1,84	12,39	13,29	0,66	131,68	15,9%
Ilha do Porto Santo	7,25	6,44	5,35	7,87	0,06	2,34	3,19	0,21	32,71	
	22,2%	19,7%	16,4%	24,0%	0,2%	7,1%	9,8%	0,6%	100,0%	
Total RAM	267,18	153,40	200,86	77,49	5,78	87,11	64,48	7,21	863,51	
	30,9%	17,8%	23,2%	9,0%	0,7%	10,1%	7,5%	0,8%	100,0%	

Consumidores por actividade na RAM - 2010										
	Usos Domést.	Hotela.	Comér. e Serv.	Ind.	Usos Agrí.	Ilum. Pública	Serv. Púb.	Const. Civil	Total	%
Ilha da Madeira	110.021	2.096	13.024	998	1.199	1.677	2.229	718	131.962	100,0%
	83,3%	1,6%	9,9%	0,8%	0,9%	1,3%	1,7%	0,5%	100,0%	
Funchal	45.960	1.062	7.592	297	100	451	1.115	212	56.790	43,0%
Câm. Lobos	11.939	142	1.129	92	206	145	196	99	13.948	10,6%
Rib. Brava	5.976	73	475	49	53	139	99	46	6.910	5,2%
Ponta do Sol	4.271	56	306	45	84	70	73	43	4.947	3,7%
Calheta	6.493	93	403	61	73	155	123	79	7.479	5,7%
Porto Moniz	1.646	51	137	19	82	78	78	7	2.098	1,6%
S.Vicente	3.064	64	230	27	188	74	72	33	3.751	2,8%
Santana	4.267	71	338	37	137	109	108	21	5.088	3,9%
Machico	8.563	198	799	118	116	187	152	82	10.217	7,7%
Santa Cruz	17.842	287	1.613	254	160	269	213	95	20.734	15,7%
Ilha do Porto Santo	3.868	84	387	46	18	67	90	61	4.621	
	83,7%	1,8%	8,4%	1,0%	0,4%	1,5%	1,9%	1,3%	100,0%	
Total RAM	113.889	2.180	13.411	1.044	1.217	1.744	2.320	779	136.584	
	83,4%	1,6%	9,8%	0,8%	0,9%	1,3%	1,6%	0,6%	100,0%	

Em Dezembro de 2010, o número médio de consumidores ligados à rede na RAM ascendeu a 136.584, representando um acréscimo 0,9% relativamente ao exercício de 2009.

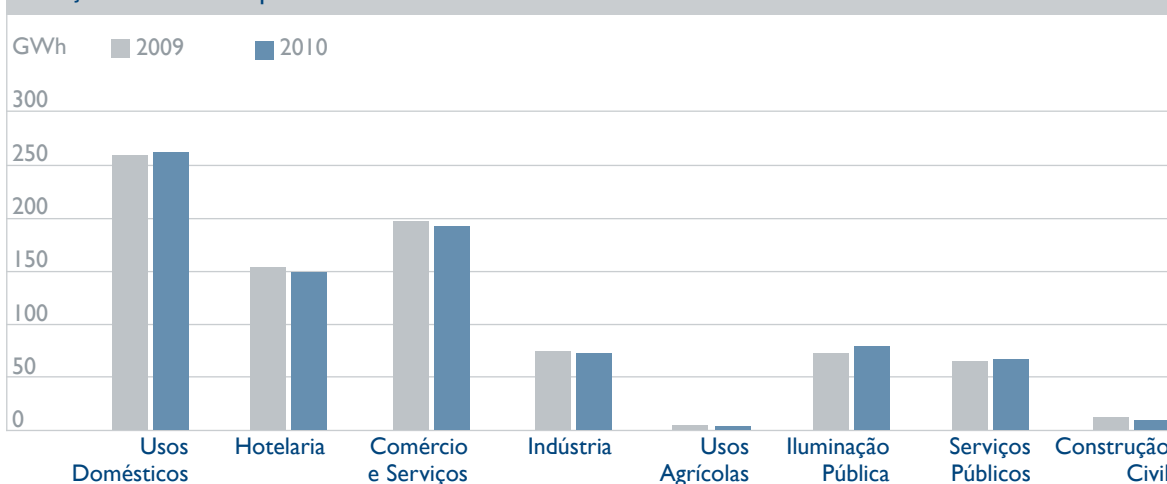

Consumo / Clientes - Distribuição por actividades na RAM - 2010

	Média e Baixa Tensão			Baixa Tensão			Usos Domésticos		
	Consumo (GWh)	Clientes	(MWh)/ Cliente	Consumo (GWh)	Clientes	(MWh)/ Cliente	Consumo (GWh)	Clientes	(MWh)/ Cliente
Ilha da Madeira	830,80	131.962	6,30	660,15	131.739	5,01	259,93	110.021	2,36
Funchal	419,53	56.790	7,39	311,52	56.677	5,50	110,86	45.960	2,41
Câm. Lobos	71,38	13.948	5,12	61,16	13.932	4,39	30,25	11.939	2,53
Rib. Brava	32,79	6.910	4,74	32,20	6.907	4,66	12,47	5.976	2,09
Ponta do Sol	21,49	4.947	4,34	19,90	4.943	4,03	9,01	4.271	2,11
Calheta	31,96	7.479	4,27	31,76	7.475	4,25	13,42	6.493	2,07
Porto Moniz	13,75	2.098	6,55	13,72	2.097	6,54	5,71	1.646	3,47
S.Vicente	18,04	3.751	4,81	16,84	3.745	4,50	5,91	3.064	1,93
Santana	21,25	5.088	4,18	19,45	5.081	3,83	7,91	4.267	1,85
Machico	68,94	10.217	6,75	52,22	10.184	5,13	22,30	8.563	2,60
Santa Cruz	131,68	20.734	6,35	101,40	20.697	4,90	42,08	17.842	2,36
Ilha do Porto Santo	32,71	4.621	7,08	20,82	4.601	4,53	7,25	3.868	1,87
Total RAM	863,51	136.583	6,32	680,97	136.340	4,99	267,18	113.889	2,35

O consumo médio por cliente ascendeu a 6,32 MWh/Cliente. Os valores mais elevados verificaram-se nos concelhos do Funchal, Porto Santo, Machico e Porto Moniz. O consumo médio por cliente de Usos Domésticos na RAM atingiu o valor de 2,35 MWh, ligeiramente inferior ao verificado no ano anterior, sendo mais elevado nos concelhos do Porto Moniz, Machico, Câmara de Lobos e Funchal.

A. Ilha da Madeira

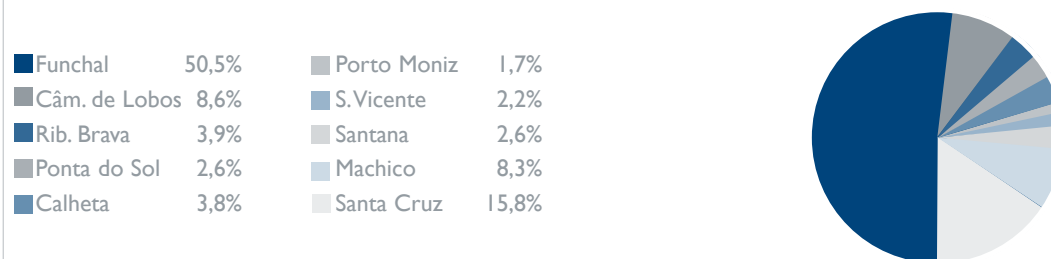
Na ilha da Madeira, a distribuição dos consumos por actividade, manteve-se sensivelmente idêntica ao padrão verificado nos últimos anos. O consumo de Usos Domésticos registou o maior valor relativo com 31,3%, seguido do sector do Comércio e Serviços com 23,5% e do sector da Hotelaria com 17,7%.

Evolução do consumo por actividade na ilha da Madeira - 2009/2010


O concelho do Funchal, com 43,0% do número de clientes, foi responsável por 50,5% do consumo de energia eléctrica na ilha da Madeira, seguido pelos concelhos de Santa Cruz com 15,9%, Câmara de Lobos com 8,6% e Machico com 8,3%.

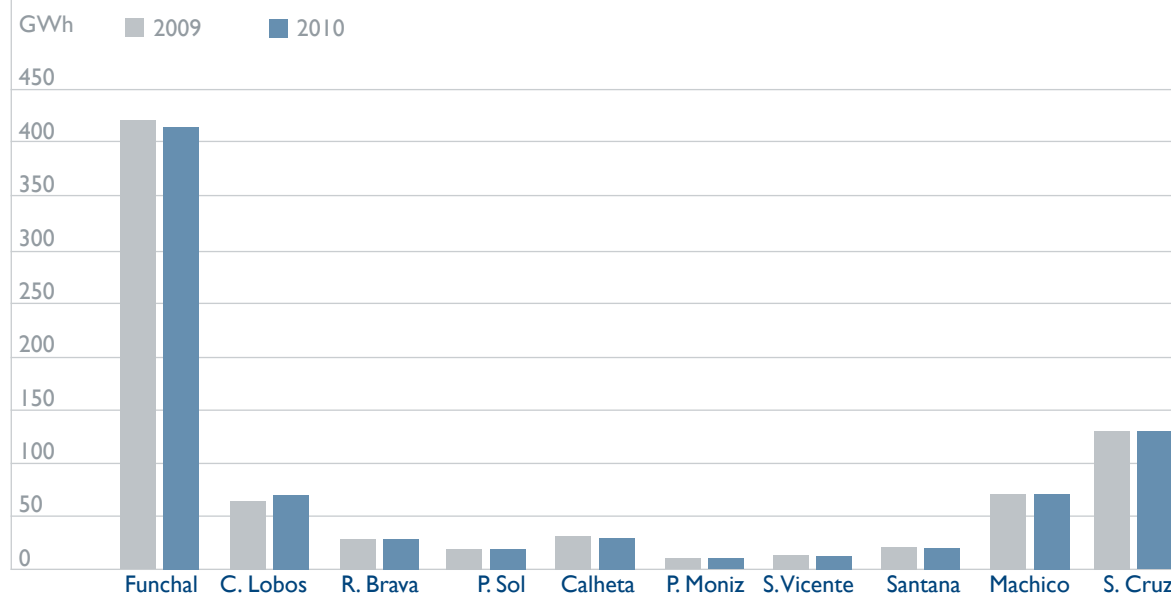
Em termos de evolução do consumo por sectores de actividade, verificou-se um aumento de 4,7% na Iluminação Pública, 0,8% nos Serviços Públicos e 0,3% nos Usos Domésticos. Por outro lado, registou-se uma diminuição do consumo em 4,8% nos Usos Agrícolas, 2,7% na Hotelaria, 2,0% no Comércio e Serviços e 1,7% na Indústria, relativamente ao exercício anterior.

Consumos por concelho na ilha da Madeira - 2010



Num contexto de decrescimento dos consumos, o concelho que apresentou a melhor taxa de crescimento dos consumos, relativamente a 2009, foi o concelho de Câmara de Lobos, com 1,3%.

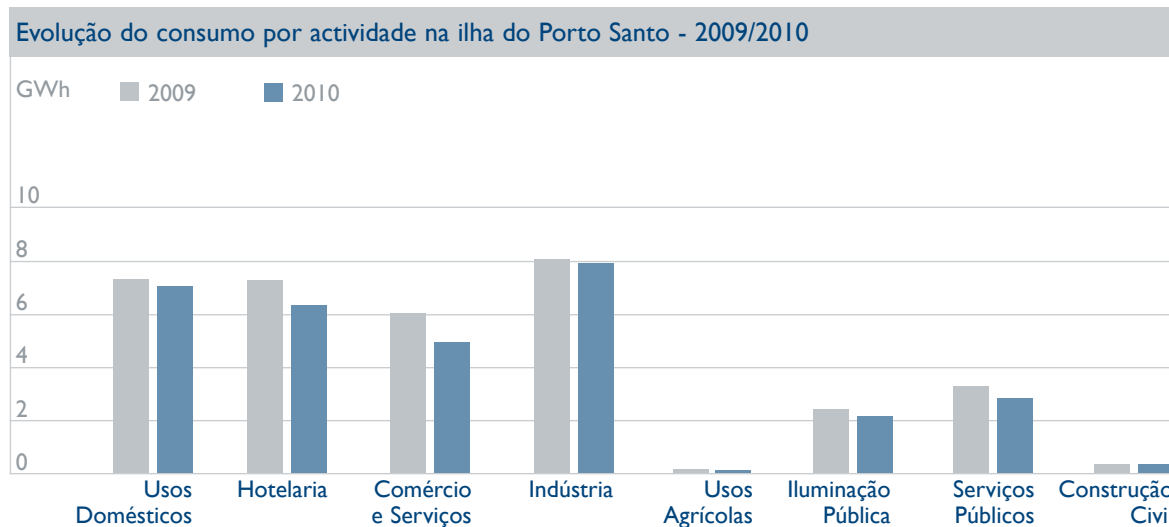
Evolução do consumo por concelho na ilha da Madeira - 2009/2010



Em 2010, foram ligados à rede da ilha da Madeira 1.176 novos clientes, perfazendo um total de 131.962 (crescimento na ordem dos 0,9%), dos quais, 223 com contagem em média tensão.

B. Ilha do Porto Santo

A taxa de evolução do consumo de energia eléctrica na ilha do Porto Santo, de 2010 face a 2009, sofreu um decréscimo na ordem de 6,3%, em resultado do abrandamento da actividade económica.



A distribuição dos principais consumos de energia eléctrica por actividade, apresentou os seguintes valores relativos: 24,0% na Indústria, 22,2% em Usos Domésticos e 19,7% na Hotelaria.

Em termos de evolução do consumo por sectores de actividade, não se verificou qualquer aumento, relativamente a 2009. Por outro lado, registou-se uma diminuição do consumo de 12,5% na Hotelaria, 10,4% no Comércio e Serviços, 9,3% no sector dos Serviços Públicos, 9,2% nos Usos Agrícolas, 6,1% na Construção Civil, 3,2% na Iluminação Pública, 2,5% nos Usos Domésticos e 0,8% na Indústria, relativamente ao exercício anterior.

Foram ligados à rede 61 novos clientes, perfazendo um total de 4.621 (crescimento na ordem dos 1,3%), dos quais 21 são em média tensão. O consumo de média e baixa tensão atingiu 11,89 GWh e 20,82 GWh, com uma distribuição de 36,3% e 63,7%, respectivamente.

V. Qualidade de Serviço

A caracterização da Qualidade de Serviço na RAM, tem por base o disposto no Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS) e compreende, essencialmente, as seguintes áreas:

- Continuidade de Serviço;
- Qualidade da Onda de Tensão;
- Qualidade Comercial.

Neste contexto, a EEM tem procurado munir-se dos recursos necessários de forma a cumprir com as disposições regulamentares, destacando-se, em 2010, as seguintes iniciativas:

- Concluiu-se o processo de implementação de registo de indisponibilidades, através do SGI (Sistema de Gestão de Indisponibilidades), necessário ao cálculo dos respectivos indicadores de Continuidade de Serviço. Pela primeira vez, todo o registo de indisponibilidades foi processado integralmente neste sistema, durante todo o ano;
- Foram realizados também investimentos de melhoria nos sistemas existentes de Qualidade da Onda de Tensão, tendo como principal objectivo, a melhoria do processo de comunicações e de registo, aumentando assim a sua operacionalidade, com impactos directos também ao nível de redução de custos com as comunicações;
- Realização de inquérito de satisfação aos Clientes, para obtenção dos indicadores gerais de avaliação e satisfação de Clientes.

A Qualidade de Serviço é objecto de um relatório específico, publicado anualmente no mês de Abril, encontrando-se disponível no sítio Internet da EEM.

Auditoria ao RQS

Nos termos do Regulamento da Qualidade de Serviço a EEM encontra-se obrigada a realizar uma auditoria interna à Qualidade. Esta foi realizada em 2010, ao RQS de 2009 tendo recorrido, por razões de eficácia/transparência a EEM, a serviços externos.

Esta aferiu que os indicadores de Continuidade de Serviço das redes de Transporte e Distribuição em AT, MT e BT das ilhas da Madeira e do Porto Santo, em 2009, encontram-se dentro dos limites impostos regularmente, traduzindo um nível adequado da Continuidade de Serviço. Quanto à Qualidade da Onda de Tensão, os resultados das campanhas levadas a cabo demonstram que, de uma forma geral, estão a ser cumpridas as condições estipuladas pelo RQS. No que tange à Qualidade Comercial, a EEM continua empenhada na melhoria contínua ao nível dos processos, dos recursos humanos e tecnologias, visando constituir-se como referência nesta área.

VI. Investimento Não Específico

O investimento não específico realizado pela EEM em 2010 atingiu 2.692 milhares de Euros, compreendendo a construção de infra-estruturas de apoio e iniciativas na área dos sistemas de informação. Alguns dos investimentos decorreram de estragos provocados pelo “Temporal”.

VI.I - Infra-estruturas de Apoio

Foram realizados alguns investimentos em infra-estruturas de apoio, sendo de destacar os seguintes intervenções:

- Início da instalação do grupo de emergência no edifício Sede;
- Foram também efectuadas intervenções essenciais devido aos estragos causados pelo “Temporal”, nomeadamente nas instalações da EEM na Rua do Carmo e do SIAM.

VI.II - Sistemas de Informação

A EEM continuou a desenvolver diversas iniciativas de reestruturação e modernização dos sistemas de informação, de âmbito comercial e técnico, no sentido de melhorar o serviço aos seus Clientes, bem como implementar alterações de processos decorrentes da regulação e de imposições legais. As principais acções implementadas foram as seguintes:

- **Sistema de Informação Técnica - Trabalhos de campo**

Este projecto diz respeito à inventariação da rede eléctrica, desde as Centrais de Produção aos Clientes, constituindo uma base imprescindível às áreas do planeamento, gestão da rede e caracterização da qualidade técnica e comercial. A fase de cadastro ficou concluída em 2008, tendo-se procedido, posteriormente a sua actualização, que teve continuidade em 2010, através da contratação de serviços externos.

É de assinalar, que a implementação deste projecto representa um marco importante na gestão da Empresa, constituindo a base para um vasto conjunto de aplicações integradas além das de cadastro propriamente ditas, como por exemplo o SGI (Sistema de Gestão de Indisponibilidades), o SIT DM (Design Manager) na área de projecto e as aplicações de carácter comercial (SAP), incluindo o Call Center, com inevitáveis repercussões ao nível dos processos internos.

- **Alterações BI - Business Intelligence (Ferramentas de Reporting)**

Com as alterações iniciadas durante o ano de 2010, a EEM pretende disponibilizar, tanto internamente, como para terceiros, informação actualizada, através de ferramentas de reporting que, recorrente de imposições legais ou de alteração de necessidades de gestão, sofrem alterações, ao longo dos anos. Estes sistemas permitem tratar grandes volumes de informação, sem degradar a performance dos sistemas em produtivo, evitando assim, no caso da EEM, tempos de espera elevados no atendimento aos nossos Clientes.

- **SAP**

Foram implementados alguns melhoramentos nesta plataforma, nomeadamente:

- Implementação de controlos aplicacionais;
- Certificação de facturas;
- Integração no arquivo digital;
- Fatura electrónica.

Sobre esta plataforma, no ano de 2010 procedeu-se igualmente ao seu upgrade de forma a garantir o suporte da aplicação pelo seu fornecedor.

No âmbito deste upgrade SAP foi necessário também efectuar uma actualização da performance da actual plataforma de hardware de suporte.

- **Serviço de Internet/Intranet**

Durante o ano de 2010, precederam-se a algumas melhorias e lançamento de novos serviços, nomeadamente:

- Reestruturação do portal ao nível de interface e conteúdos;
- Implementação do processo de alteração de dados de contacto;
- Implementação do processo de alteração de tarifa contratada;
- Reestruturação da caixa de correio do serviço on-line EEM.net.

- **Renovação do Data Center**

O Data Center EEM é o local onde são concentrados os principais servidores que garantem os Sistemas fundamentais para o exercício da actividade da EEM, nomeadamente:

- Sistema de autenticação de recursos – Servidores Domain Controllers;
- Sistema Comercial: Ambientes SAP Produtivo, Desenvolvimento e Qualidade;
- Sistema de Segurança, Controlo de Acessos e Firewall: Servidor Panda GateDefender, IsaServer;
- PIX e Panda Consola;
- Sistema de correio electrónico – Servidores de Exchange;
- Sistemas de atendimento com senhas – Servidor Inline;
- Base de dados do carregamento cartográfico da rede Eléctrica – SIT;
- Portal Institucional da EEM – Servidores WEB;
- Base de dados de Clientes EEM – Servidor SQL;
- Sistema de BI.

Deu-se início ao processo de renovação do Data Center, no sentido de dotar este serviço com níveis mais elevados de segurança, integridade e disponibilidade das diversas plataformas existentes na EEM.



- **WFM – Work Force Management (SGE - Sistema de Gestão de Equipas)**

Em 2010, deu-se início aos trabalhos de implementação deste sistema, tendo-se já precedido ao lançamento do concurso público para a aquisição do mesmo. Esta plataforma incide sobre sistemas geradores de tarefas de ordens de trabalho SGI e SAP/IS-U, que poderá ter incidência em sistema de Planeamento e Manutenção (PM, não existente na EEM), permitindo completar o ciclo de relação entre o Cliente e a EEM.

- **SNC - Sistema de Normalização Contabilística**

Durante o ano de 2009, e com carácter obrigatório foi necessário implementar as novas normas contabilísticas estabelecidas pelo SNC, com influência directa em todas as áreas de negócio da EEM suportadas pelo ERP (SAP), devido à sua abrangência. Face à sua complexidade desta implementação, parte dos trabalhos também decorreram durante o ano de 2010.

- **Share Point SAP-HCM**

O projecto Share Point visa proporcionar uma ferramenta de interacção com os colaboradores da EEM no sentido de facilitar os processos administrativos de gestão de recursos humanos. As alterações ao projecto visam ganhar eficiência na justificação de assiduidade que os colaboradores estão obrigados.

VII. Recursos Humanos

A 31 de Dezembro de 2010, o quadro de pessoal da EEM, S.A., era composto por 851 trabalhadores no activo, sendo 830 efectivos e 21 com contrato a termo certo.

Recursos Humanos por função					
	2006	2007	2008	2009	2010
Engenheiros	57	64	74	68	73
Outros c/ curso superior	24	28	29	36	36
Engenheiros técnicos	10	9	11	9	8
Pessoal c/ funções industriais	514	467	450	459	459
Pessoal c/ funções administrativas	236	273	262	256	255
Auxiliares	20	11	12	8	9
Outros c/ contrato a termo certo	8	16	27	23	11
Total	869	868	865	859	851

Dos 851 trabalhadores, 804 prestavam serviço na ilha da Madeira e os restantes 47 na ilha do Porto Santo.

Acções de formação

Durante o ano de 2010, concretizaram-se várias acções de formação abrangendo 471 trabalhadores num total de 7.550 horas, das quais 7.365 horas foram de formação externa e 185 horas de formação interna.



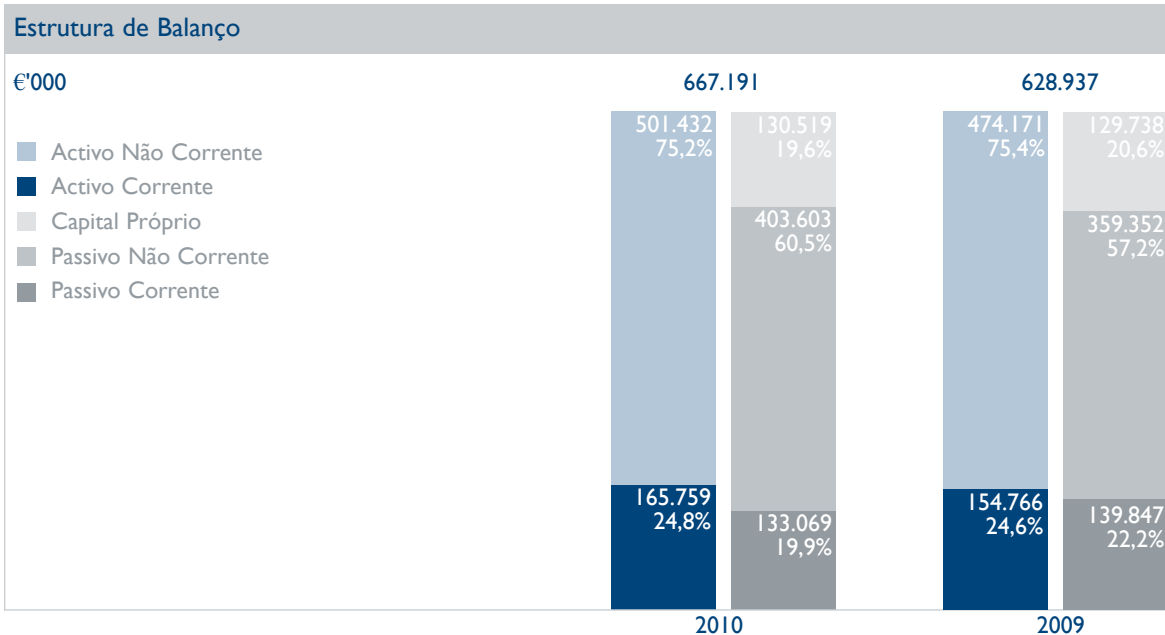
Tomando em consideração que as Demonstrações Financeiras Individuais da Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. não são materialmente afectadas pela consolidação das empresas Casa da Luz, Lda., Emacom, Lda. e Enereem, Lda., o Conselho de Administração considera que o parecer emitido para as contas consolidadas é extensível às Contas Individuais da EEM, S.A..

I - Informação Económica e Financeira

Adopção do novo Normativo contabilístico (SNC)

O ano de 2010 ficou marcado pela entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo a EEM procedido aos respectivos ajustamentos de transição. Sendo este o primeiro exercício de aplicação do SNC, foram também preparadas Demonstrações financeiras comparativas para o ano findo em 31 de Dezembro de 2009, conforme disposto na Norma Contabilística de Relato Financeiro número 3. Assim, toda a análise efectuada ao longo deste documento, tem em conta a informação do ano anterior igualmente preparada de acordo com o SNC.

Os ajustamentos de transição efectuados encontram-se descritos e quantificados nas notas anexas às Demonstrações financeiras.



Balanço

O valor total de Balanço da EEM em 2010, ascendeu a 667.191 milhares de Euros, crescendo 6,1% face a 2009.

Imobilizado		
€'000	2010	2009
Bruto	823.503	778.119
Depreciações e amortizações acumuladas	406.419	378.824
Líquido	417.084	399.295

O Imobilizado líquido, que representa 62,5% do Activo total da EEM, atingiu 417.084 milhares de Euros, apresentando um aumento de 4,5% comparativamente a 2009.

Impõe-se desde logo salientar que, na ilha da Madeira, o ano de 2010, fica tragicamente marcado pela catástrofe de 20 de Fevereiro (“Temporal”), da qual resultou a lamentável perda de vidas humanas e avultados prejuízos materiais, globalmente estimados em cerca de 1.000 milhões de Euros. As consequências do Temporal também afectaram o normal funcionamento da EEM e, de forma significativa, importantes infra-estruturas do sistema eléctrico da Madeira, sendo que a estimativa dos danos no que respeita ao sector eléctrico de serviço público, ascendeu a 10,4 milhões de Euros.

Este nefasto e extraordinário acontecimento, determinou a necessidade da realização de um plano de “contingência” para fazer face à recuperação das infra-estruturas afectadas, conduzindo também à reordenação das prioridades de investimento, substancialmente diferente das inicialmente previstas.

Ainda assim, foi possível concretizar diversas infra-estruturas nas áreas de produção, transporte e distribuição de energia as quais, permitem, aumentar a fiabilidade, a segurança e a qualidade de todo o sistema eléctrico regional.

O montante total de investimento da EEM, em 2010, ascendeu 46.537 milhares de Euros, apresentando um decréscimo de 19,0% face ao valor realizado em 2009 (57.455 milhares de Euros).

O investimento repartiu-se pelas principais actividades da EEM, da seguinte forma:

• Produção:	26.762	milhares de Euros;
• Transporte:	5.640	milhares de Euros;
• Distribuição/Comercialização:	11.367	milhares de Euros;
• Não específico:	2.692	milhares de Euros;
• Empresas Subsidiárias:	75	milhares de Euros.

O grande destaque de 2010 vai naturalmente para a conclusão das instalações afectas à Ampliação da Central Térmica – Nave III, que vinha decorrendo desde 2008. Trata-se de um importante investimento num montante global de 57.414 milhares de Euros (dos quais 19.064 milhares de Euros realizados em 2010), compreendendo, essencialmente, a instalação de 3 grupos electrogéneos, uma turbina a vapor para melhoria do rendimento da central e todos os equipamentos necessários ao seu bom funcionamento e interligação à rede de transporte. Este fundamental investimento, agora concluído, permite adequar a estrutura de produção de base térmica às necessidades/exigências que se colocam ao sistema electroprodutor, substituindo equipamentos em fim de vida útil, por novos grupos electroprodutores com um desempenho ambiental amplamente melhorado.

O investimento realizado na Central Térmica da Vitória (Naves I e II), num montante de 1.296 milhares de Euros, contemplou, essencialmente, o upgrade do sistema de tratamento de óleo do grupo XII - centrífugadora, a instalação de alguns equipamentos da rede de águas, bem como grandes intervenções em grupos electrogéneos que implicaram a substituição de componentes mecânicos importantes, nomeadamente: cabeças de biela, cames de combustível, serpentinas para produção de vapor, sobre alimentadores e injeção, prolongando-se, de forma inequívoca, a vida útil de 4 grupos, obtendo-se, adicionalmente, uma indispensável garantia de fiabilidade, disponibilidade de potência e segurança para o sistema eléctrico da Madeira. Relativamente à 2ª Fase de consolidação e estabilização da encosta adjacente à CTV, foi realizado o projecto de execução, não tendo sido possível lançar este investimento durante o presente exercício.

Em 2010, deu-se continuidade aos trabalhos visando a introdução de gás natural na Madeira, uma medida estruturante, que terá um impacto muito significativo no desenvolvimento do sistema electroprodutor da Madeira e, de uma forma generalizada em toda a economia regional, contribuindo de forma significativa para a protecção do ambiente e para a redução das emissões de gases com efeito de estufa. O montante de investimento em 2010, ascendeu a 595 milhares de Euros.

Na sequência dos danos provocados pelo Temporal de 20 de Fevereiro, a EEM procedeu a diversas intervenções, essencialmente na recuperação de canais e reparação de centrais hidroeléctricas, no montante de 3.161 milhares de Euros.

Na rede de transporte, os investimentos mais relevantes verificaram-se ao nível das linhas de transporte (4.321 milhares de Euros) e nos centros de controlo e telemedida (911 milhares de Euros). Os investimentos mais significativos nas linhas de transporte, dizem respeito à rede de condutas, no valor de 1.615 milhares de Euros (incluindo 180 milhares de Euros referentes ao Temporal), bem como às intervenções efectuadas nas linhas, na sequência dos danos provocados

pelo Temporal, que ascenderam a 1.428 milhares de Euros. No que se refere aos centros de controlo e telemedida, há a destacar o lançamento de cabos de fibra óptica, no montante de 618 milhares de Euros.

Relativamente à rede de distribuição, o investimento foi direccionado, essencialmente, para a remodelação e construção de novas linhas de MT, postos de transformação e redes de BT/IP, tendo em cada uma das áreas sido investidos 3.936, 1.240 e 4.895 milhares de Euros, respectivamente. No âmbito do PPDA (Plano de promoção e desempenho ambiental), foram também efectuadas diversas intervenções nas linhas de MT e BT, que, no conjunto, ascenderam a 236 milhares de Euros. O investimento em equipamentos de contagem, medida e controlo de potência e de consumo de energia eléctrica atingiu 1.061 milhares de Euros.

O investimento não específico, transversal a todas as actividades da Empresa, inclui os sistemas de informação e comunicação, equipamento administrativo, edifícios e outros. Neste âmbito, são de realçar os investimentos nos sistemas de informação, que se elevaram a 2.492 milhares de Euros.

No que concerne às participações financeiras, a diminuição de 1.470 milhares de Euros no valor das participações, deveu-se, essencialmente, à redução do justo valor de participações cotadas em bolsa.

As restantes rubricas do Activo não corrente, que incluem protocolos e contratos com Entidades Oficiais e Convergência tarifária a receber a mais de um ano, bem como impostos diferidos, atingiram o montante de 66.626 milhares de Euros, tendo sofrido um acréscimo de 19,6% comparativamente ao ano anterior. Esta evolução provem, essencialmente, do facto de o Ajustamento tarifário do ano de 2010, a receber dois anos depois (neste caso em 2012) ser muito superior ao calculado em 2009 (18.381 milhares de Euros em 2010 e 2.076 milhares de Euros em 2009) e, em sentido contrário, à redução no valor não corrente do Protocolo em vigor com o Governo Central referente à Convergência de 1998 a 2002 (registado ao custo amortizado), que foi transferido para o Activo corrente (7.961 milhares de Euros em 2010 e 11.695 milhares de Euros em 2009).

Capitais Permanentes		
€'000	2010	2009
Capital próprio		
Valor	130.519	129.738
%	24,4%	26,5%
Passivo não corrente		
Valor	403.603	359.352
%	75,6%	73,5%
Capitais permanentes		
Valor	534.122	489.090
%	100,0%	100,0%

Os Capitais permanentes (Capitais próprios e Dívidas a terceiros de médio longo prazos) representam 80,1% do total do Balanço, assegurando uma adequada cobertura financeira dos Activos fixos.

Os Capitais próprios no valor de 130.519 milhares de Euros, apresentaram um ligeiro crescimento face ao ano anterior, tendo o Resultado líquido atribuível ao Grupo atingido 4.823 milhares de Euros.

O Passivo não corrente cresceu 12,3% em relação ao ano anterior, devido, em grande parte, ao aumento verificado nos financiamentos de médio e longo prazo. Durante o ano de 2010, foi descontada a primeira tranche, no montante de 25.000 milhares de Euros, de um empréstimo contraído junto do BEI, cujo valor total ascende a 75.000 milhares de Euros, com maturidade de 16 anos. Adicionalmente, a EEM contraiu junto do BCP, uma nova linha de crédito sob a forma de um Programa de papel comercial, com a duração de 3 anos, no valor de 20.000 milhares de Euros. Este aumento de 45.000 milhares de Euros nos financiamentos de médio/longo prazos, permitiu à EEM uma diminuição dos financiamentos de curto prazo, no valor de 32.303 milhares de Euros. Assim, o financiamento bancário, registou um aumento global de 13.380 milhares de Euros, tendo o peso dos empréstimos de médio e longo prazos ascendido a 91,5% em 2010 (2009: 82,7%) do valor global dos financiamentos.

Fundo de Maneio		
€'000	2010	2009
Activo corrente	165.759	154.766
Passivo corrente	133.069	139.847
Fundo de maneio	32.690	14.919

O Activo corrente no valor de 165.759 milhares de Euros (154.766 milhares de Euros em 2009) apresenta um acréscimo de 10.993 milhares de Euros, que resulta, fundamentalmente, do aumento verificado no saldo de clientes, líquidos de imparidade, no montante de 6.692 milhares de Euros e do aumento do valor das existências em 2.382 milhares de Euros. Convém referir, que na sequência do Temporal de 20 de Fevereiro, a EEM estendeu em 15 dias, o prazo máximo para a liquidação das facturas de energia eléctrica, no sentido de mitigar os efeitos de curto prazo decorrentes da desaceleração da actividade económica. No que tange ao aumento das existências, é de salientar que se verificou uma redução de 1.509 milhares de Euros no valor dos materiais em armazém, tendo, em contrapartida, o stock de combustíveis aumentado em 3.891 milhares de Euros.

O Passivo corrente, ascendeu a 133.069 milhares de Euros, apresentando um decréscimo de 6.779 milhares de Euros face a 2009. Esta diminuição é, principalmente, justificada pelo efeito líquido da redução das dívidas a Instituições de crédito, conforme referido anteriormente e do aumento verificado nos Credores por acréscimo de gastos, no valor de 22.179 milhares de Euros, referente à Convergência tarifária de 2011, sendo de referir que este montante relativo ao ajustamento de 2009 e repercutido na Convergência tarifária de 2011, tem como contrapartida, no Activo corrente, uma dívida de 24.173 milhares de Euros também da Convergência tarifária de 2009, afecto à Convergência tarifária entre as Regiões Autónomas e o Continente, através do Despacho de 3 de Outubro de 2008, do Ministro da Economia e Inovação, que ainda não foi regularizada e transferida para a EEM.

Demonstração de Resultados

Rendimentos Operacionais

Rendimentos Operacionais					
€'000	2010	%	2009	%	Var. %
Vendas	173.519	84,2%	152.292	81,1%	13,9%
Prestação de serviços	978	0,5%	967	0,5%	1,1%
Subsídios à exploração	201	0,1%	-	0,0%	N/A
Ganhos imputados de associadas	489	0,2%	488	0,3%	0,2%
Trabalhos para a própria entidade	19.375	9,4%	21.274	11,3%	(8,9%)
Outros rendimentos e ganhos	11.434	5,6%	12.684	6,8%	(9,9%)
Total	205.996	100,0%	187.705	100,0%	9,7%

Em 2010, as Vendas totais ascenderam a 173.519 milhares de Euros (152.292 milhares de Euros em 2009), incluindo:

- 117.493 milhares de Euros, de Vendas de energia eléctrica;
- 36.857 milhares de Euros, de Compensação tarifária;
- 1.178 milhares de Euros, referentes à correcção do Ajustamento de 2009 a receber em 2011;
- 18.009 milhares de Euros, relativos ao Ajustamento de 2010 a receber em 2012;
- -177 milhares de Euros, do Plano de promoção e desenvolvimento ambiental (PPDA);
- 159 milhares de Euros, de Vendas de mercadorias, no âmbito do Plano de promoção da eficiência no consumo de energia eléctrica (PPEC).

As Vendas de energia eléctrica na Região Autónoma da Madeira cifraram-se em 117.493 milhares de Euros (2009: 116.166 milhares de Euros), representando um acréscimo de cerca de 1,1% face ao ano transacto. Esta evolução decorre da subida média das tarifas de energia em cerca de 2,7%, uma vez que o consumo de energia eléctrica na Região Autónoma da Madeira registou um decréscimo de 1,5%.

Os investimentos realizados por meios próprios da EEM ascenderam a 19.375 milhares de Euros, o que representa um decréscimo (8,9%) face ao ano anterior (21.274 milhares de Euros).

A rubrica Outros rendimentos e ganhos alcançaram 11.434 milhares de Euros, evidenciando um decréscimo de 1.250 milhares de Euros face a 2009, decorrente, sobretudo, da diminuição do valor do subsídio à exploração referente à valorização das licenças de CO₂, consumidas e vendidas em 2010, que haviam sido atribuídas gratuitamente à EEM no âmbito do PNALE II. Para além do valor das licenças de CO₂, que ascendeu a 6.748 milhares de Euros, esta rubrica inclui também, 4.441 milhares de Euros referentes à imputação de subsídios ao investimento.

Gastos Operacionais

Gastos Operacionais					
€'000	2010	%	2009	%	Var. %
CMVMC- Material diverso	8.753	4,7%	9.708	5,7%	(9,8%)
CMVMC- Matérias primas	47.041	25,0%	40.018	23,4%	17,5%
CMVMC- Energia adquirida	31.413	16,8%	23.459	13,7%	33,9%
Fornecimentos e serviços externos	15.372	8,2%	16.980	9,9%	(9,5%)
Gastos com pessoal	35.356	18,9%	33.763	19,8%	4,7%
Imparidade de dívidas a receber	1.587	0,8%	1.147	0,7%	38,4%
Provisões (aumentos/reduções)	1.542	0,8%	3.058	1,8%	(49,6%)
Aumentos/reduções de justo valor	3.616	1,9%	97	0,1%	3.627,8%
Outros gastos e perdas	8.750	4,7%	9.167	5,4%	(4,5%)
Depreciações e amortizações	34.053	18,2%	33.287	19,5%	2,3%
Total	187.483	100,0%	170.684	100,0%	9,8%

Os Gastos operacionais ascenderam a 187.483 milhares de Euros, traduzindo um acréscimo de 9,8% face a 2009. O aumento, de 16.799 milhares de Euros, é essencialmente explicado pelas razões referidas nos parágrafos seguintes.

O Consumo de material diverso apresenta uma redução de 955 milhares de Euros, dos quais 89,0% resultam de uma menor incorporação deste tipo de bens nos trabalhos levados a cabo pela própria entidade.

O Custo das matérias-primas de exploração, nomeadamente, combustíveis, ascendeu a 47.041 milhares de Euros, apresentado um acréscimo de 7.023 milhares de Euros 17,5% em relação ao ano anterior. O custo com a aquisição de energia a terceiros aumentou 33,9%, tendo atingido os 31.413 milhares de Euros.

O acréscimo do custo de combustíveis ficou a dever-se ao forte aumento do preço médio do Petróleo nos mercados internacionais e da valorização do Dólar face ao Euro, traduzindo-se numa variação do custo global unitário dos combustíveis de +30,8%, face a 2009.

Verificou-se também um expressivo aumento da produção provinda de fontes de energia limpa e renovável (+29 GWh face a 2009), resultante do facto de 2010 ter sido o primeiro ano completo de funcionamento dos novos parques eólicos, inaugurados em 2009, e ainda da entrada em exploração de novos parques fotovoltaicos.

É também de salientar que, em 2010, conseguiu obter-se um aumento da eficiência no consumo de combustíveis (cerca de 1,1%), em virtude da entrada em exploração da Ampliação da CTV - Nave III.

Assim, o efeito conjugado do aumento da produção de energias renováveis com a redução do consumo de energia eléctrica na RAM em 2010 (-1,53%), condicionou a produção de energia térmica da EEM, tendo-se registado um decréscimo de 9,2% (522 GWh, em 2010, face aos 575 GWh, em 2009), contribuindo, conjuntamente com uma maior eficiência na produção, para uma variação do custo de combustíveis menos acentuada do que o aumento verificado no custo global unitário dos mesmos.

Produção Grupo EEM				
GWh	2010	%	2009	%
Hídrica	126,69	18,3%	135,49	18,4%
Eólica	42,87	6,2%	27,87	3,8%
Térmica	522,18	75,5%	574,96	77,8%
Total	691,74	100,0%	738,32	100,0%

O aumento verificado no custo das aquisições de energia eléctrica a terceiros, deriva do incremento da quantidade adquirida (+29 GWh), bem como do crescimento do preço unitário, especialmente da energia de origem térmica, a mais relevante no mix de aquisições da EEM (72,2%).

À semelhança do que se verificou na produção do Grupo EEM, o peso da produção de origem térmica no mix total de aquisições a terceiros, diminuiu de 78,3% em 2009, para 72,2% em 2010.

Aquisições a Terceiros				
GWh	2010	%	2009	%
Hídrica	5,00	1,9%	4,65	1,9%
Eólica	26,40	9,8%	10,86	4,5%
Térmica	194,86	72,2%	188,60	78,3%
Resíduos	39,41	14,6%	36,51	15,2%
Fotovoltaica	4,15	1,5%	0,29	0,1%
Total	269,82	100,0%	240,91	100,0%

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos apresenta um decréscimo total de 9,5%, decorrente de uma menor afectação desta rubrica para a realização de investimento por meios próprios (-15,1%), mas também devido a uma redução de 1,7% nos custos de exploração.

É importante referir que, em 2010, 54,3% dos Fornecimentos e serviços externos dizem respeito a despesas de investimento (trabalhos para a própria entidade).

Os Gastos com pessoal, apresentam um crescimento de 4,7% face a 2009. Esta variação resulta, essencialmente, do seguinte:

Gastos com pessoal no activo

Apesar das necessidades de recursos humanos geradas pela entrada em exploração da nova Nave III da CTV, a política de contenção de admissões que a EEM tem vindo a implementar, permitiu que, em 2010, se verificasse uma redução do número de activos de aproximadamente 1,0% (851 activos, em 2010, face a 859 activos, em 2009).

Em 2010, o montante de Gastos com pessoal, antes de deduzir o valor de TPE, mas líquido dos encargos com benefícios de reforma, ascendeu a 35.155 milhares de Euros.

Este valor inclui compensações remuneratórias pagas em 2010, num total de 2.580 milhares de Euros (cerca de 355 milhares de Euros, em 2009). Na sequência de reclamações apresentadas por trabalhadores da Empresa, foi detectado um conjunto de situações em que se comprovou que, no início da década de 90, as determinações constantes no Acordo de Empresa, referentes aos Planos de Carreira e respectiva metodologia de funcionamento, não foram totalmente cumpridas, assistindo assim, aos trabalhadores, o direito de serem ressarcidos através de compensações remuneratórias.

Deste modo, o montante de Gastos com pessoal, antes de deduzir o valor de TPE mas líquido dos encargos com benefícios de reforma, indemnizações por despedimento e compensações remuneratórias pagas no ano, ascendeu a 32.575 milhares de euros, o que representa um crescimento de apenas 1,3%, face a 2009 (32.505 milhares de Euros líquidos de 355 milhares de Euros – referentes a compensações remuneratórias pagas em 2009). Esta variação deveu-se, essencialmente, ao aumento nas remunerações por empregado de 1,5%, em linha com os aumentos verificados no sector, acrescida da progressão automática de carreiras, aumentos, parcialmente compensados pela redução do número de colaboradores activos. Este facto, contribuiu para um crescimento desta rubrica inferior ao acréscimo verificado nos custos por trabalhador.

Gastos com pensões

Os trabalhadores da EEM, que em 29 de Fevereiro de 1974, se encontravam ao activo na Empresa são abrangidos por benefícios de reforma e pré-reforma. Os gastos incorridos pela EEM com os trabalhadores na situação de reforma compreendem a atribuição de um “complemento de reforma” que, regra geral, corresponde entre 25,0% a 35,0% da remuneração do trabalhador, sendo o remanescente suportado pela Segurança Social. No entanto, todos os encargos com os trabalhadores em situação de pré-reforma são integralmente suportados pela EEM.

No decorrer de 2007, o enquadramento legal resultante da publicação da Lei nº 60/2005 de 29 de Dezembro foi substancialmente revisto através da publicação do Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de Maio, permitindo aos trabalhadores com carreiras contributivas longas e idade inferior a 65 anos reformarem-se sem penalização. Assim, em concordância com este normativo, foi possível reformar, durante o ano de 2010, 8 trabalhadores (2009: 11, 2008: 8 e 2007: 13), que reuniam as condições para o acesso à reforma sem penalização, passando a EEM a assumir apenas o respectivo complemento de reforma.

Em 2010, e na sequência da alteração de normativo contabilístico, a EEM passou a aplicar a NCRF 28, que remete para a IAS 19 o enquadramento contabilístico desta matéria, mantendo-se, no entanto, o estudo actuarial como base do registo contabilístico. Contudo, à luz do normativo contabilístico vigente, o gasto com pensões que havia sido diferido no primeiro ano da aplicação da DC nº 19, e que estava a ser reconhecido anualmente (1.378 milhares de Euros) até 2011, não pode continuar a ser diferido. Assim, procedeu-se, no momento da transição contabilística, à transferência do montante remanescente em Balanço (Custos diferidos, em POC), que ascendia a 2.756 milhares de Euros, e que ainda não havia sido reconhecido na Demonstração de Resultados (Custos com pessoal), para Resultados transitados.

Ainda neste particular e no seguimento das medidas contidas no Orçamento de Estado do corrente ano, que determinam uma redução salarial, em 2011, bem como o congelamento de pensões e salários, para os anos de 2011, 2012 e 2013, o estudo actuarial foi ajustado de acordo com estas medidas, mantendo-se inalterados os restantes pressupostos actuariais.

O efeito conjugado da alteração do normativo contabilístico, da alteração dos pressupostos actuariais acima referida (redução salarial e congelamento de pensões) e ainda ao facto de a EEM ter vindo a aconselhar, com sucesso, os seus trabalhadores em situação de pré-reforma, a requerem junto da Segurança Social, a passagem à situação de reforma, antes mesmo de atingirem os 65 anos de idade, tem vindo a ter um impacto bastante positivo nas responsabilidades apuradas no estudo actuarial, traduzindo-se numa forte diminuição dos Gastos com pensões que, em 2010, ascenderam apenas a 201 milhares de Euros.

O montante de Imparidade de dívidas a receber (clientes), do exercício de 2010, ascendeu a 1.587 milhares de Euros, o que representa um crescimento de 38,4% face ao ano anterior (1.147 milhares de Euros, em 2009).

A EEM procedeu ao reforço das Provisões para outros riscos e encargos, no valor de 1.542 milhares de Euros, para fazer face a contingências que derivam da sua actividade.

As reduções de Justo valor, dizem respeito a diminuições verificadas em participações financeiras cotadas e em instrumentos financeiros derivados registados ao justo valor através de resultados.

O montante de Outros gastos e perdas ascendeu a 8.750 milhares de Euros, registando, assim, uma redução de 4,5% face a 2009 (9.167 milhares de Euros em 2009).

Esta rubrica inclui valores referentes a um agregado de rubricas que, no anterior normativo contabilístico, respeitavam a Custos operacionais (Impostos e outros custos e Perdas operacionais – OPEX), mas também a Custos financeiros e Custos extraordinários.

Encontram-se registados nesta rubrica 7.476 milhares de Euros (7.305 milhares de Euros em 2009), referentes a Direitos de Passagem, resultante da aplicação da taxa de 7,5% sobre as vendas de energia eléctrica em baixa tensão (incluindo Iluminação Pública), na Região Autónoma da Madeira.

Os restantes valores incluídos nesta rubrica, correspondem, essencialmente, a impostos indirectos (Imposto do selo), gastos relativos a servidões (direitos de superfície) e indemnizações pagas a clientes por danos causados por perturbações de rede. Estes gastos sofreram também um decréscimo em relação ao ano anterior.

Em 2010, o valor dos Gastos de depreciação e de amortização da EEM ascendeu a 34.053 milhares de Euros (mais 2,3% que em 2009).

Na sequência da alteração do normativo contabilístico, esta rubrica passou incluir os gastos de amortização respeitantes ao consumo de licenças de CO₂ do ano, os quais ascenderam a 4.672 milhares de Euros (5.890 milhares de Euros em 2009). Assim, o montante referente a Gastos de

depreciação e amortização respeitantes ao restante Activo tangível e intangível atingiu 29.381 milhares de Euros, o que representa um acréscimo de 1.984 milhares de Euros face a 2009.

A rubrica de Juros e rendimentos similares, no valor de 1.722 milhares de Euros, sofreu um decréscimo de 53,7% em relação ao ano anterior. Esta evolução ficou a dever-se à diminuição dos juros do Ajustamento tarifário em cerca de 962 milhares de Euros, bem como à redução do rendimento gerado pela aplicação do método do custo amortizado à dívida do Governo Central referente à Convergência tarifária do período 1998 a 2002 em 738 milhares de Euros.

Os Juros e gastos similares, ascenderam a 15.756 milhares de Euros, o que representa um aumento de 5,6% em relação ao ano anterior. Este aumento, é justificado pelo registo de 1.259 milhares de Euros de juros do ajustamento de 2009 a devolver nas tarifas de 2011. Estes gastos são líquidos de encargos com financiamentos capitalizados, cujo valor em 2010 foi de 1.081 milhares de Euros (347 milhares de Euros em 2009). Excluindo o efeito dos juros do ajustamento e da capitalização de encargos de financiamento, estes gastos aumentaram cerca de 2,0%.

As dificuldades enfrentadas pela banca em financiar-se nos mercados internacionais, bem como a redução do rating da EEM, por arrastamento da redução do rating da República Portuguesa e, consequentemente da Região Autónoma da Madeira, levaram ao aumento dos spreads aplicados aos financiamentos bancários, o que anulou a redução verificada no valor médio das taxas de referência em relação ao ano anterior.

Meios Libertos

Os Meios libertos antes de impostos e encargos financeiros, em 2010, apresentam um acréscimo de 4,5% relativamente a 2009. Esta evolução positiva, está reflectida no EBITDA, que atingiu em o valor de 52.566 milhares de Euros (50.309 milhares de Euros em 2009).



Contribuições da EEM para o Estado

No ano de 2010, a Empresa e os seus trabalhadores, contribuíram directamente para as receitas do Estado em 17.648 milhares de Euros, o que representa um aumento significativo em relação ao exercício anterior, conforme consta no quadro seguinte:

Contribuições da EEM para o Estado					
€'000	2010	%	2009	%	Var. %
Empresa:					
Impostos s/ os lucros	458		1.166		(60,7%)
Outros impostos	2.971		1.740		70,7%
Encargos sociais	6.273		5.861		7,0%
	9.702	55,0%	8.767	56,0%	10,7%
Pessoal:					
IRS	5.041		4.180		20,6%
Encargos sociais	2.905		2.714		7,0%
	7.946	45,0%	6.894	44,0%	15,3%
Total	17.648		15.661		12,7%

A redução da rubrica de Impostos sobre lucros está relacionada com diferenças significativas entre o resultado contabilístico e fiscal, resultantes, essencialmente, da aplicação do método da equivalência patrimonial, dos gastos com benefícios pós emprego e da redução de provisões sem relevância fiscal.

O aumento de 70,7% verificado na rubrica Outros impostos, respeita ao IVA a pagar, e está relacionado com a aplicação do mecanismo de “reverse charge” nas aquisições de maior volume ocorridas durante o ano.

Os aumentos ocorridos nas rubricas de encargos sociais e IRS, estão em linha com a evolução dos gastos com pessoal, anteriormente descrita.

Valor Acrescentado Bruto

O Valor acrescentado bruto, alcançou o montante de 93.978 milhares de Euros, traduzindo um aumento de 6,9% comparativamente a 2009.

Indicadores Económicos e Financeiros

Estrutura Económica		
€'000	2010	2009
Resultado do exercício atribuível ao Grupo	4.823	6.050
Vendas e prestação de serviços	174.497	153.259
EBITDA	52.566	50.309
Depreciações e amortizações	34.053	33.288
Gastos financeiros	15.576	14.746
Gastos com o pessoal	35.356	33.763
Valor acrescentado bruto	93.978	87.885
Emprego (n.º de trabalhadores)	860	867
Produtividade do trabalho	109	101
Encargo médio por trabalhador	41	39
Gastos financeiros no VAB	0,17	0,17
Gastos com o pessoal no VAB	0,38	0,38
Depreciações e amortizações no EBITDA	0,65	0,66
Rentabilidade dos capitais próprios	3,7%	4,6%
Rentabilidade das vendas	2,7%	3,9%

Estrutura Financeira		
€'000	2010	2009
Activo corrente	165.759	154.766
Activo não corrente	501.432	474.171
Activo total	667.191	628.937
Passivo corrente	133.069	139.847
Passivo não corrente	403.603	359.352
Passivo total	536.672	499.199
Passivo bancário	392.874	379.494
Capital próprio	130.519	129.738
Capitais permanentes	534.122	489.090
Fundo de maneo	32.690	14.919
Cobertura do activo não corrente pelos capitais próprios	0,26	0,27
Cobertura do activo não corrente pelos capitais permanentes	1,07	1,03
Endividamento	0,80	0,79
Autonomia financeira	0,20	0,21
Passivo não corrente / capitais permanentes	0,76	0,73
Solvabilidade total	1,24	1,26
Liquidez geral	1,25	1,11

2 - Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do Art.º 19 dos Estatutos da EEM, S.A., propõe que ao Resultado líquido positivo do exercício, no montante de 4.860.171,09 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Reserva de Investimento	486.017,11 Euros
Resultados Transitados	4.374.153,98 Euros

3 - Ambiente

Introdução

A estratégia delineada pela Região para o sector eléctrico, tendo por base uma avaliação prospectiva da sua evolução, tem como eixos prioritários para o ambiente a maximização do aproveitamento dos recursos renováveis, a utilização de combustíveis menos poluentes e a promoção da eficiência de energética do lado da oferta e muito especialmente do lado da procura.

Nessa conformidade, enquanto instrumento principal de implementação da política energética regional, o Grupo EEM, tem vindo a desenvolver a sua actividade de forma sustentável, comprometendo-se a assegurar o cumprimento dos requisitos legais e estatutários em matéria de ambiente, adoptando medidas de prevenção da poluição, procurando melhorar continuamente, o seu desempenho ambiental. Este nosso compromisso está devidamente plasmado no Sistema de Gestão Ambiental, em fase final de implementação, abrangendo todo o Grupo EEM.

O exercício de 2010, deu continuidade aos projectos iniciados no ano transacto e ao lançamento de novos desafios de carácter ambiental, tendo as despesas para prevenir, reduzir e reparar danos ambientais alcançado 2.687 milhares de Euros, repartidos pelos seguintes domínios:

Ambiente			
€'000	Investimento	Custos de Exploração	Global
Gestão de Águas Residuais	-	8	8
Gestão de Resíduos	-	311	311
Outros Domínios de Protecção do Ambiente	1.652	277	1.929
Protecção da Biodiversidade e Paisagem	-	44	44
Protecção do Ar e Clima	-	221	221
Protecção dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais	28	147	175
Total	1.680	1.007	2.687

A rubrica Outras actividades de protecção ambiental aglutina as seguintes principais acções: medidas de gestão ambiental, contabilidade e relatórios de performance ambiental; treino e formação de pessoal na área do ambiente; e todas as outras actividades que não cabem nos demais domínios referidos na tabela.

Actividades desenvolvidas

Refira-se que, para além das actividades acima mencionadas, dirigidas especificamente para a protecção ambiental, há muitas outras que tendo uma maior abrangência, também estão intimamente conectadas com as melhores práticas ambientais, as quais, igualmente, importa destacar. Neste enquadramento, apresentamos as principais actividades directas e indirectamente ligadas ao ambiente, desenvolvidas pelo Grupo EEM, no ano de 2010.

Produção

• Ampliação da Central Térmica da Vitória – CTV III

Em 2010 ficaram concluídas as obras de ampliação da CTV, que contemplaram a construção dos edifícios da Nave III e consequente instalação de 3 grupos dual-fuel de 17 MW, bem como de uma turbina a vapor de 4,6 MW para aproveitamento de calor, permitindo o funcionamento em ciclo combinado. Este projecto, sendo fundamental para a fiabilidade e segurança do sistema eléctrico regional, está integrado no plano de introdução do gás natural da Madeira que visa melhorar o rendimento global do sistema eléctrico e diminuir o impacto ambiental e económico das emissões gasosas provenientes da utilização de combustíveis fósseis para a produção de electricidade.

De salientar que a concepção da Nave III teve em conta todos os requisitos relativos ao ambiente com vista a salvaguardar a segurança e a saúde das populações das áreas envolventes e a assegurar que do conjunto das actividades de construção e exploração não resultassem consequências insustentáveis para o ambiente. A nova Nave está dotada das melhores tecnologias disponíveis, cumprindo com a legislação nacional e comunitária aplicável.

A obra sujeita a procedimento de impacte ambiental e a acompanhamento ambiental em fase de construção, decorreu conforme planeado, sem registo de incidentes de qualquer natureza.

Este projecto, para além assegurar uma maior fiabilidade na garantia de fornecimento de energia eléctrica, aporta importantes benefícios ambientais, servindo de âncora para a futura introdução do gás natural na Madeira, permitindo reduzir substancialmente as emissões atmosféricas, a produção de resíduos perigosos, a carga poluente nas águas residuais e as emissões sonoras, mesmo quando a laborar com recurso a fuelóleo, dado que as melhorias tecnológicas dos motores e dos sistemas de apoio permitem uma redução substancial das pressões ambientais.

• Comércio Europeu de Licenças de Emissão

A EEM detém duas instalações que estão abrangidas pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão, a saber: Central Térmica da Vitória (com o Título de Emissão de Gases com Efeito de Estufa TE.GEE.RAM.076.03 II) e a Central Térmica do Porto Santo (com o Título de Emissão de Gases com Efeito de Estufa TE.GEE.RAM 075.03 II).

Em 2010, a EEM emitiu um total de 364.144 ton de CO₂, apurando um excesso de 213.275 licenças de emissão de CO₂ face às licenças atribuídas (577.419 licenças/ano para o período 2008/2012, de acordo com o PNALE II).

Na rubrica Gastos de depreciação e de amortização da conta de resultados da EEM, encontram-se registados 4.672 milhares de Euros referentes à valorização das emissões verificadas em 2010, cujas respectivas licenças já estavam na posse da Empresa, correspondendo na sua totalidade a licenças atribuídas pelo Instituto do Ambiente (IA), em 2010.

Na rubrica Outros rendimentos e ganhos, estão incluídos 6.748 milhares de Euros referentes à valorização das licenças consumidas e vendidas no exercício, atribuídas gratuitamente pelo IA.

As licenças atribuídas em 2010, foram valorizadas à cotação Bluenext, de 4 de Janeiro de 2010 (-12,83 Euros/licença), sendo que as 83.949 licenças que transitaram de 2009 foram valorizadas a 14,64 Euros/licença (cotação a 2 de Janeiro 2009). No decorrer do ano de 2010, a EEM procedeu à venda de 150.000 licenças, cuja valorização ascende a 2.076 milhares de Euros (83.949 licenças que transitaram de 2009 e 66.051 licenças atribuídas em 2010).

Na rubrica de Outros gastos e perdas, encontram-se contabilizados 24 milhares de Euros, referentes à menos valia contabilística resultante das operações de venda de licenças de CO₂ efectuadas ao longo do ano. Esta menos valia contabilística corresponde à diferença entre o valor total das vendas de licenças e o seu valor contabilístico (Activo intangível). As 150.000 licenças foram vendidas por um valor total de 2.052 milhares de Euros, ascendendo o respectivo valor contabilístico a 2.076 milhares de Euros.

A EEM registou também como gastos 46 milhares de Euros decorrentes da gestão das licenças e de comissões relativas às transacções efectuadas. Este montante foi contabilizado na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, tendo sido considerado elegível para a determinação dos proveitos permitidos da AGS.

Face aos movimentos ocorridos no ano, estão incluídos tanto na conta de Activo intangível (saldo devedor líquido) como em Outras contas a receber (saldo credor), 1.889 milhares de Euros, correspondentes às licenças que transitaram para o exercício de 2011. É ainda de referir, que, com a entrada em vigor do SNC, o valor das licenças correspondentes às emissões do ano (4.672 milhares de Euros), foi registado a débito na conta de Activo intangível e a crédito na correspondente conta de Amortizações acumuladas, sendo, no entanto, apresentado no Balanço pelo valor líquido.

O número de licenças que transita para 2011 (147.224 licenças), cumpre com o limite imposto pela ERSE, na medida em que o saldo gerado no ano (63.275 licenças) é inferior a 30,0% do excesso do ano (diferença entre o número de licenças atribuído e consumido em 2010). Uma vez cumprida esta condição, o efeito total em resultados respeita, exclusivamente, ao valor do ICO₂ (incentivo à gestão eficiente de licenças de CO₂), que corresponde a metade da diferença entre o preço de venda e a cotação média dos 15 dias anteriores e posteriores à data da transacção, o que perfaz, em 2010, 22 milhares de Euros.



O valor total de venda líquido do valor de ICO2 (2.031 milhares de Euros) foi deduzido aos proveitos permitidos em conformidade com os Despachos n.ºs 11 210/2008 e 1363/2008, uma vez que as licenças foram atribuídas gratuitamente.

O efeito dos movimentos (transacções e emissões) de licenças de CO2 no exercício de 2010, é o seguinte:

Impacto do CO2 nos resultados da EEM	
€'000	2010
Efeito directo em resultados:	
Vendas no mercado à vista	2.052
Comissões	(46)
	2.007
Efeito via proveitos permitidos:	
Vendas no mercado à vista	(2.052)
Vendas no mercado à vista (ICO2)	22
Comissões	46
	(1.985)
Total	22

Tal como referido nas políticas contabilísticas da EEM, o registo contabilístico das licenças de emissão tem por base os termos do apêndice “direito de emissão de gases com efeito de estufa contabilização das licenças de emissão”, que integra a NCRF 26 (Matérias Ambientais).

- **Plano de Acções para Minimizar os Impactes Ambientais no âmbito da Prevenção e Controlo Integrados da Poluição**

Em 2010, foi instruído o processo de pedido de licenciamento ambiental da Central Térmica da Vitória (Naves I, II e III), de acordo com o Decreto-lei n.º 173/2008, de 21 de Agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlos integrados da poluição, que alterará e substituirá a Licença Ambiental n.º 02/2009 DRAmb de 28 de Dezembro.

Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Eléctrica

O Plano de Promoção da Eficiência no Consumo (PPEC) tem como objectivo incentivar a adopção de práticas de consumo eficientes no sector eléctrico, de forma a promover a utilização racional da energia eléctrica e recursos associados. Este modelo, visa a realização de acções pelos comercializadores, operadores de redes e associações e entidades de promoção e defesa dos interesses dos consumidores, cujo mérito é avaliado nos termos das regras do PPEC, aprovadas pelo Despacho n.º 15 546/2008, de 4 de Junho.

O grande desafio que se coloca à RAM, no domínio da energia, é o de conciliar o desenvolvimento socioeconómico com a necessidade de abrandar o crescimento da procura e a dependência energética do exterior, minimizando também os impactes ambientais, resultantes da utilização das energias de origem fóssil.

De acordo com o Plano de Política Energética da Região Autónoma da Madeira (PPERAM), é fundamental actuar no lado da procura, onde reside o potencial mais significativo para reduzir a dependência energética do exterior, os custos das importações e os impactes ambientais associados à produção de electricidade.

Reconhecendo o elevado interesse da implementação de medidas do lado da procura, como um meio privilegiado para promover a eficiência no consumo e otimizar os diagramas de carga, em particular, no sector residencial, atendendo à grande utilização de lâmpadas de baixa eficiência, onde há oportunidade de induzir significativas reduções dos consumos de energia, com a substituição de lâmpadas incandescente por lâmpadas fluorescentes compactas, a EEM, prosseguiu com a campanha de substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas. Em 2010, esta campanha, permitiu, aos clientes residenciais, a aquisição, a preços bastante reduzidos, de 39.700 lâmpadas fluorescentes compactas. Dado o sucesso desta acção, foi decidido prolongá-la por mais um ano.



Plano de Promoção do Desempenho Ambiental – medidas voluntaristas

Em 2010, deu-se início ao Plano de Promoção do Desempenho Ambiental, contemplando o triénio 2009-2011, aprovado pela ERSE.

Neste âmbito, as principais actividades desenvolvidas, no exercício de 2010, foram as seguintes:

- **Implementação de um sistema de gestão ambiental na EEM**

O Sistema de Gestão Ambiental, em fase de implementação, vem dar resposta às necessidades identificadas e dotar a EEM de um instrumento de gestão para promover a melhoria contínua do seu desempenho ambiental através da disponibilização de dados actualizados e sistematizados que permitem a adopção de metodologias de abordagem mais eficazes para identificar os problemas e hierarquizar as acções. Desta forma, poder-se-á optimizar os recursos disponíveis no desenvolvimento de programas de minimização dos impactes ambientais negativos e efectuar a correspondente avaliação dos resultados obtidos.

Âmbito de aplicação

A EEM tem como missão primeira, produzir, transportar, distribuir e comercializar energia eléctrica nas ilhas da Madeira e do Porto Santo.

As principais actividades de relevância ambiental abrangidas no âmbito de aplicação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), em implementação, incluem as seguintes áreas funcionais da Empresa:

- **Produção;**
- **Transporte;**
- **Distribuição;**
- **Serviços de apoio.**

Execução em 2010

Durante o ano de 2010, as acções realizadas desenvolveram-se conforme previsto no cronograma de execução do SGA, oportunamente revisto.

Cronograma de execução da medida para 2010 - SGA												
Ano	2010											
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Etapa 1: Diagnóstico												
Etapa 2: Concepção e planeamento												
Etapa 3: Implementação												
Etapa 4: Verificação												
Etapa 5: Correção												
Etapa 6: Certificação												
Etapa 7: Execução e acompanhamento												

As acções previstas e a sua realização, encontram-se descritas no quadro que segue:

Actividades desenvolvidas em 2010 - SGA	
Previsto	Realizado
Elaboração do Manual de Gestão Ambiental.	- Conclusão da Elaboração e Aprovação do Manual de Gestão Ambiental.
Procedimentos do SGA.	- Conclusão da Elaboração e Aprovação dos Procedimentos do SGA; - Implementação dos Procedimentos.
Procedimentos operacionais.	- Conclusão da Elaboração e Aprovação dos Procedimentos Operacionais; - Implementação dos Procedimentos.
Modelos de formulários e impressos do SGA.	- Conclusão da Elaboração e Aprovação de 39 modelos de Formulários do SGA e Operacionais; - Início da Implementação dos Impressos.
Programa de Gestão Ambiental.	- Definição e Aprovação do Programa Ambiental.
Plano de formação do SGA.	- Elaboração do Plano de formação para 2011; - Formação de Colaboradores.
Plano de arquivo do SGA.	- Elaboração e Implementação do Plano de Arquivo do SGA.

• Impacte das linhas eléctricas de média tensão em algumas espécies de aves vulneráveis

A relação entre aves e linhas eléctricas aéreas vem sendo largamente estudada, em diversos países, desde a década de 80. Apesar da informação recolhida acerca dos principais problemas resultantes desta interacção, muito se desconhece sobre as particularidades locais, nomeadamente em ecossistemas insulares.

Âmbito de aplicação

Com esta medida, pretende-se avaliar os impactes das linhas de média tensão do Paúl da Serra e do Caniçal sobre a avifauna, em particular sobre a Alma-negra *Bulweria bulwerii*, a Galinhola *Scolopax rusticola*, e o Roque-de-castro *Oceanodroma castro* assim como apresentar medidas correctivas, de modo a reduzir o número de incidentes com estas espécies.



Figura 1 - Alma-negra
Bulweria bulwerii



Figura 2 - Galinhola
Scolopax rusticola

Execução em 2010

Durante o ano de 2010, as acções realizadas desenvolveram-se conforme previsto no cronograma seguinte:

Cronograma de execução da medida para 2010 - Projecto Linhas eléctricas e Aves Vulneráveis												
Ano	2010											
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Prospecção mensal das linhas eléctricas do Paúl da Serra.												
Postos de observação em cada linha do Paúl da Serra.												
Censo da Galinhola.												
Prospecção mensal da linha eléctrica do Caniçal.												
Escutas nocturnas Roque-de-castro.												
Troca experiência com outros projectos.												
Implementação de medidas correctivas.												
Entrega de relatórios.												

As acções previstas e a sua realização, encontram-se descritas no quadro que segue:

Actividades desenvolvidas em 2010 - Projecto Linhas eléctricas e Aves Vulneráveis	
Previsto	Realizado
- Formação da equipa de trabalho.	- Formação da equipa de trabalho.
- Prospeção de uma extensão de 7.610 m de linhas de 30 kV no do Paúl da Serra, uma vez por mês, entre Janeiro e Dezembro.	- Prospeção de uma extensão de 7.610 m de linhas de 30 kV no do Paúl da Serra, uma vez por mês, entre Janeiro e Dezembro.
- Prospeção de uma extensão de 1.790 m de linhas de 6,6 kV no do Paúl da Serra, uma vez por mês, entre Janeiro e Dezembro.	- Prospeção de uma extensão de 1.790 m de linhas de 6,6 kV no do Paúl da Serra, uma vez por mês, entre Janeiro e Dezembro.
- Prospeção de 1.820 m linha eléctrica do Caniçal, uma vez por mês, entre Janeiro e Dezembro.	- Prospeção de 1.820 m de linha eléctrica do Caniçal, uma vez por mês, entre Janeiro e Dezembro.
- Censo Galinhola no Paúl da Serra em 36 Quadrículas de 2 km de lado.	- Censo de Galinhola no Paúl da Serra em 49 quadrículas (de 2 km de lado); - Censo Galinhola Paúl da Serra em 49 Pontos de Observação. - Nota: Os Censos foram realizados na época em que os machos de Galinhola efectuem voos de exibição para as fêmeas e vocalizam com maior frequência (Final de Março).
- Escutas nocturnas Roque-de-castro em 16 localidades.	- Escutas nocturnas ao Roque-de-castro em 19 pontos de escuta, duas vezes entre Maio e Dezembro.
- Participação em eventos públicos.	- Não realizado.

• Diagnóstico e minimização do impacte da iluminação pública sobre as aves marinhas

A poluição luminosa é amplamente reconhecida como uma grande ameaça para as aves marinhas, causando alterações na sua ecologia comportamental e populacional. Atendendo à importância de diagnosticar e minimizar os efeitos da poluição luminosa em áreas costeiras do arquipélago da Madeira, surgiu o Projecto “Diagnóstico e Minimização do Impacte da Iluminação Pública sobre as Aves Marinhas”.

O arquipélago da Madeira possui uma densidade populacional superior à média do país (cerca de 300 hab./km²). No entanto, cerca de 45,0% da população reside na cidade do Funchal (1.500 hab./km²) e à semelhança do que ocorre um pouco por toda a costa sul, a capital madeirense alberga uma grande parcela do total das unidades hoteleiras, indústrias e urbanizações, sendo a localidade da região com maior poluição luminosa, justificando plenamente a implementação desta medida.

Âmbito de aplicação

As cinco espécies de aves marinhas que apresentam distintos estatutos de conservação e que são alvo do estudo nidificam na ilha da Madeira. Destas, destacam-se a Cagarra *Calonectris diomedea* e o Patagarro *Puffinus puffinus*, as quais têm registado um maior número de incidentes. Embora em quantidade inferior, a Alma-negra *Bulweria bulwerii*, o Pintainho *Puffinus assimilis* e o Roque-de-castro *Oceanodroma castro*, também têm sido alvo desta problemática.



Figura 1 - Cagarra
Calonectris diomedea



Figura 2 - Patagarro
Puffinus puffinus



Figura 3 - Alma-negra
Bulweria bulwerii



Figura 4 - Pintainho
Puffinus assimilis



Figura 5 - Roque-de-castro
Oceanodroma castro

Execução em 2010

Durante o ano de 2010, as acções realizadas desenvolveram-se conforme previsto no cronograma que segue:

Cronograma de execução da medida para 2010 - Projecto Aves e Iluminação Pública

Ano	2010											
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Base dados com registo de incidentes com aves.												
Visita a cada localidade para identificação de pontos sensíveis e escutas nocturnas.												
Visita a localidades com iluminação alterada.												
Palestras de sensibilização junto dos municípios e população local.												
Lançamento e distribuição do Kit "Salve uma ave marinha".												
Troca experiência com outros projectos.												
Entrega de relatórios.												

As acções previstas e respectiva realização, encontram-se no quadro que segue:

Actividades desenvolvidas em 2010 - Projecto Aves e Iluminação Pública

Previsto	Realizado
- Compilação e análise dos registos de incidentes com aves.	- Compilação e análise dos registos de incidentes com aves.
- Identificação de pontos sensíveis em 20 localidades.	- Identificação de pontos sensíveis em 22 localidades.
- Realização de Censos nocturnos dirigidos às aves marinhas em 20 localidades.	- Realização de contagens às aves marinhas em 22 localidades.
- Participação em eventos públicos.	- Apresentação de comunicações em 2 eventos.
- Campanha de sensibilização em todos os concelhos da região.	- Realização de reuniões com 8 municípios e palestras em 4 concelhos.

• Integração paisagística de rede BT e MT

A qualidade da paisagem e do ambiente constitui um critério fundamental para a aproximação ao conceito de desenvolvimento sustentável das regiões, fazendo parte, hoje em dia, da imagem de marca das regiões e das organizações, como é o caso do Grupo EEM. Na Região Autónoma da Madeira a preocupação com o ambiente ganha contornos de grande notoriedade, por constituir um destino turístico de qualidade que importa preservar e valorizar.

No entanto, existem várias situações com redes aéreas que, apesar de se encontrarem em razoáveis/boas condições técnicas, suscitam intervenção por questões ambientais, nomeadamente ao nível da integração paisagística.

- **Integração paisagística de rede BT**

Âmbito de aplicação

Esta medida aplica-se a 16 núcleos habitacionais importantes na ilha da Madeira, através da requalificação de rede de Baixa Tensão (BT) e Iluminação Pública (IP).

Execução em 2010

As acções previstas e a sua realização em 2010, são apresentadas no quadro que segue:

Actividades desenvolvidas em 2010		
Obras de requalificação de Rede BT	Previsto	Realizado
Caminho das Virtudes – Funchal	- Extensão Subterrânea Nova - 0,26 km - Rede Aérea a Desactivar - 0,44 km - Infra-estruturas Subt. Novas - 0,065 km - Focos de IP - 12 unidades	- Extensão Subterrânea Nova - 0,35 km - Rede Aérea Desactivada - 0,44 km - Infra-estruturas Subt. Novas - 0,12 km - Focos de IP - 11 unidades
Bairro dos Pescadores – Câmara de Lobos	- Extensão Subterrânea Nova - 0,50 km - Rede Aérea a Desactivar - 0,65 km - Infra-estruturas Subt. Novas - 0,34 km - Focos de IP - 5 unidades	- Extensão Subterrânea Nova - 0,50 km - Rede Aérea Desactivada - 0,65 km - Infra-estruturas Subt. Novas - 0,34 km - Focos de IP - 5 unidades
Vila Porto da Cruz – Machico	- Extensão Subterrânea Nova - 0,44 km - Rede Aérea a Desactivar - 0,78 km - Infra-estruturas Subt. Novas - 0,14 km - Focos de IP - 8 unidades	- Extensão Subterrânea Nova - 0,49 km - Rede Aérea Desactivada - 0,78 km - Infra-estruturas Subt. Novas - 0,14 km - Focos de IP - 7 unidades
Estrada do Aeroporto – Santa Cruz	- Extensão Subterrânea Nova - 0,25 km - Rede Aérea a Desactivar - 0,20 km - Infra-estruturas Subt. Novas - 0,07 km - Focos de IP - 0 unidades	- Extensão Subterrânea Nova - 0,31 km - Rede Aérea Desactivada - 0,20 km - Infra-estruturas Subt. Novas - 0,05 km - Focos de IP - 1 unidades
Caminho de São Sebastião – Santa Cruz	- Extensão Subterrânea Nova - 0,36 km - Rede Aérea a Desactivar - 0,40 km - Infra-estruturas Subt. Novas - 0,03 km - Focos de IP - 2 unidades	- Extensão Subterrânea Nova - 0,38 km - Rede Aérea Desactivada - 0,40 km - Infra-estruturas Subt. Novas - 0,00 km - Focos de IP - 2 unidades

• Integração paisagística de rede MT

As intervenções efectuadas em 2010 consistiram, fundamentalmente, na transformação da rede aérea de Média Tensão (MT) em rede subterrânea (através da utilização de redes de condutas existentes ou a construir), no desmantelamento da rede aérea MT substituída e na recuperação dos locais afectados pela implantação/desmantelamento de equipamentos de rede, de modo a manter as características da área de envolvente. Todas as intervenções planeadas foram executadas.

Âmbito de aplicação

Esta medida aplica-se em 6 áreas de intervenção, em vários concelhos da Região e compreende a requalificação de rede de MT.

Execução em 2010

As acções previstas e a sua realização em 2010, são apresentadas no quadro que segue:

Actividades desenvolvidas em 2010		
Obras de requalificação de Rede MT	Previsto	Realizado
Troço VI (PT Cova do Til/PT Lombada)	- Extensão a Substituir Nova - 0,63 km	- Extensão Substituída Nova - 0,70 km
Remodelação MT Caminho de São Sebastião – Santa Cruz	- Rede Aérea a Desactivar - 0,17 km - Infra-estruturas Subt. Novas - 0,34 km - Extensão a Substituir Nova - 0,36 km	- Rede Aérea Desactivada - 0,17 km - Infra-estruturas Subt. Novas - 0,33 km - Extensão Substituída Nova - 0,34 km
Remodelação MT ER 214 – Machico	- Rede Aérea a Desactivar - 0,705 km - Extensão Subt. Nova - 0,87 km	- Rede Aérea Desactivada - 0,705 km - Extensão Subt. Nova - 0,90 km

Além das três intervenções previstas para o ano de 2010, foram ainda executadas, antecipadamente, partes de outras duas previstas para 2011, nomeadamente a instalação de rede de condutas, impulsionadas por intervenções de outras entidades públicas, beneficiando da partilha de custos, nos seguintes troços:

- Troço IV (PT Santa Rita / PT P.Verde II);
- Troço V (PT Santa Rita / PT Cova do Til).

Repartição de gastos por medida para o ano de 2010

A repartição de gastos, por medida do PPDA, para o exercício de 2010, bem como a taxa de realização financeira, são apresentados no quadro que segue:

Execução das Medidas do PPDA em 2010					
Medida	Previsto	Realizado	Desvios	Desvios %	Taxa de Realização %
Implementação de um sistema de gestão ambiental na EEM	56	56	-	0,1%	100,1%
Impacto das linhas eléctricas de MT em algumas espécies de aves vulneráveis	36	36	-	0,2%	100,2%
Diagnóstico e minimização do impacte da IP sobre as aves marinhas	21	21	-	(0,1%)	99,9%
Integração paisagística de rede BT	118	119	(1)	1,2%	101,2%
Integração paisagística de rede MT	102	116	(14)	13,2%	113,2%
Total	334	349	(15)	4,5%	104,5%

O montante realizado em 2010 superou o valor previsto em 15 milhares de Euros devido, essencialmente, à antecipação de parte de duas intervenções da Medida - Integração paisagística de rede MT, anteriormente referido.

Investimentos que permitem benefícios ambientais

Assistimos actualmente a um cenário de mudança do paradigma da energia, muito marcada pelos seguintes factos:

- O consumo mundial de energia continua a aumentar acentuadamente;
- A escassez das matérias-primas tem pressionado fortemente o preço dos combustíveis e das licenças de emissão CO₂;
- As alterações climáticas, ocupam a primeira linha das preocupações e das políticas a nível global.

A consciência de que os recursos naturais e financeiros são finitos, associada às preocupações relacionadas com as alterações climáticas, exige a concentração de esforços, tendo em vista uma evolução para uma sociedade com menor intensidade de carbono.

É, precisamente, neste contexto que a Madeira vem construindo um modelo eléctrico mais sustentável, em linha com os objectivos ambientais dos “três vintes”, definidos pela União Europeia até 2020.

A estratégia delineada pela Região assenta na análise prospectiva da evolução do sistema eléctrico, tendo como eixos prioritários a maximização do aproveitamento dos recursos renováveis, a utilização de combustíveis menos poluentes e a promoção da eficiência de energética.

Fruto das infra-estruturas já realizadas em energias renováveis, em grande medida levadas a cabo por parte do Grupo EEM, a Madeira, em 2010, já produziu energia verde que permitiu, evitar a emissão anual de 170,7 mil ton de CO₂ e a importação de 54,5 mil ton de fuelóleo.

Neste âmbito, refira-se que a contribuição da energia renovável atingiu, em 2010, na RAM a percentagem de 25,8% (na ilha da Madeira 26,3%). Será percorrendo este caminho, devidamente planeado, que a Região projecta atingir em 2020 o “target” de 50,0% de produção de energia eléctrica com recurso a fontes renováveis.

É, pois, claro que o Grupo EEM, tem vindo a implementar um modelo de desenvolvimento, que contribui para garantir a sustentabilidade do sistema eléctrico regional e, simultaneamente, cumprir e ultrapassar, ao nível das melhores práticas, as recomendações e metas da União Europeia no que se refere à protecção do meio ambiente.

O Grupo EEM tem planeado um conjunto diversificado de investimentos com importantes contributos ambientais, dos quais são de destacar, pela sua dimensão e impacto económico e ambiental, as intervenções no domínio hídrico/eólico, a introdução de gás natural na ilha da Madeira, a produção de biocombustível marinho na ilha do Porto Santo e os estudos do potencial geotérmico da ilha da Madeira os quais, passamos, muito resumidamente, a descrever.

• Energia Hidroeléctrica – Ampliação do Aproveitamento Hidroeléctrico da Calheta

O projecto consiste na Ampliação do actual Aproveitamento Hidroeléctrico da Calheta e na transformação do mesmo em sistema reversível, através da retenção, acumulação e bombagem de água. Para tal, está prevista a construção de uma barragem na ribeira do Alecrim, próxima do Pico da Urze, para criação de uma albufeira de armazenamento que permita, conjuntamente com bombagens nocturnas, uma regularização compatível com a ampliação de potência do escalão do Paúl.

O projecto, engloba a execução e/ou montagem das seguintes estruturas:

- Barragem de Acumulação do Pico da Urze no Paúl;
- Ampliação da Levada Velha do Paúl;
- Ampliação da Levada do Paúl II;
- Barragem de Restituição na Calheta - Lombo do Doutor;
- Reabilitação da Levada do Lombo do Salão;
- Nova Central Hidroeléctrica da Calheta;
- Estação Elevatória da Calheta;
- Estação Elevatória do Paúl;
- Conduto Forçada e/ou Elevatória;
- Posto de Seccionamento - 11 kV.

A Ampliação do Aproveitamento Hidroeléctrico da Calheta, tem como objectivos:

- Incrementar o aproveitamento dos recursos renováveis (hídrico e eólico);
- Reforçar a segurança no abastecimento de energia recorrendo a fontes de energia limpa;
- Reduzir a dependência dos produtos petrolíferos;
- Contribuir para o combate às alterações climáticas através da redução de emissões de CO₂;
- Criar uma reserva estratégica de água que, devido à sua dimensão, permita uma exploração contínua (não sazonal) do sistema hidroeléctrico da Calheta;
- Permitir a regularização dos caudais provenientes de precipitação intensa limitando, deste modo os caudais de cheia nas ribeiras afectas.

A optimização do aproveitamento dos recursos endógenos, no qual se integra a associação hídrica/eólica e em particular este projecto, permitirá dispor de 30 MW de potência hídrica para garantia de cobertura de ponta e integrar 25 MW de potência eólica, que, globalmente, se traduzirá num acréscimo de produção renovável, em ano médio, de 90 GWh evitando a emissão de 49.377 ton de CO₂. Adicionalmente, a grande capacidade da albufeira a criar no Paúl (1.000.000 m³), permitirá efectuar alguma regularização dos caudais oriundos de precipitações concentradas que têm vindo a ocorrer com maior frequência.

Os estudos e os projectos encontram-se praticamente concluídos, estando o início das obras planeado para o primeiro semestre de 2011.

No decurso de 2010, foram realizados os projectos de execução das diversas componentes acima referidas, bem assim como executado o estudo de impacto Ambiental do Sistema.

Foi lançado o concurso público Internacional para a Barragem do Pico da Urze, encontrando-se a

decorrer os procedimentos concursais para as restantes empreitadas.

O projecto foi candidatado ao programa INTERVIR + (Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM), sendo expectável que, pelo seu efeito multiplicador na economia e pelos seus evidentes benefícios ambientais, venha a obter significativos apoios financeiros a fundo perdido da União Europeia.

• **Energia Eólica**

O exercício de 2010 foi marcado pelo primeiro ano completo de produção dos novos parques das Pedras e do Loiral, o que permitiu um acréscimo significativo (54,0%) de produção dos parques eólicos da ENEREEM na ilha da Madeira relativamente ao ano transacto. Este excelente desempenho, permitiu que a penetração de origem eólica no mix energético da ilha, praticamente, duplicasse (4,0% em 2009 para 7,4% em 2010). De referir que este nível de integração de energia eólica foi possível pela coordenação e optimização do sistema eléctrico, operado pelo Centro de Despacho da EEM, dado que estes parques foram dotados de sistemas de comando e controlo remoto.

É neste contexto de interacção directa entre a ENEREEM e o operador do SEPM da Madeira, que o Grupo EEM assume o compromisso de aumentar, sempre que tecnicamente possível, a penetração das energias renováveis no mix energético da Região Autónoma da Madeira, materializando, desta forma, a sustentabilidade económica e ambiental do sistema eléctrico, um dos vectores essenciais da estratégia definida pela Vice-Presidência do Governo no que concerne à política energética regional. Com efeito, a produção de energia através de recursos renováveis endógenos, contribui para redução das emissões de gases com efeito de estufa, permite a redução da importação de derivados de petróleo, induz um efeito multiplicador na economia, beneficiando fortemente a Região, quer em termos ambientais como em termos económicos e sociais.

Visando reforçar o compromisso do Grupo EEM no desenvolvimento das energias renováveis, a ENEREEM em 2010, lançou um Concurso Público Internacional para a ampliação do Parque eólico do Loiral em 6 MW – designado por parque eólico do Loiral II. Com uma produção líquida expectável de 16,8 GWh/ano, este novo empreendimento permitirá reduzir a utilização de combustíveis fósseis em 3.696 ton e as emissões de CO₂ em 11.382 ton, entre outros poluentes atmosféricos.

Dados de exploração

No ano de 2010, os 4 parques eólicos em exploração da ENEREEM registaram os seguintes valores de produção:

Madeira

A produção dos 3 parques em exploração no Paúl da Serra atingiu 41.801.069 kWh, representando um acréscimo de 57,8% relativamente ao ano anterior, assegurando 60,8% do total disponibilizado por esta fonte de energia na rede da ilha da Madeira.

Em termos ambientais, a contabilização das emissões evitadas pela exploração dos 3 parques ascendeu a: 28.319 ton de CO₂, 139 ton de SO₂, 616 ton de NO_x e 8,6 ton de partículas, evitando o consumo de 9.196 ton de fuelóleo.

Porto Santo

A produção do parque instalado no Porto Santo ascendeu a 1.311.540 kWh, apresentando um acréscimo de 11,5% relativamente ao ano transacto, em virtude de um ano meteorológico mais favorável.

A emissão total de energia eólica no Porto Santo, atingiu 1.946.054 kWh, representando 5,6% do total da energia eléctrica produzida.

Em termos ambientais, a contabilização das emissões evitadas pela exploração do parque, remontou a: 1.520 ton de CO₂, 6,3 ton de SO₂, 27,9 ton de NO_x e 0,5 ton de partículas, evitando o consumo de 457 ton de fuelóleo.

• Biocombustível Marinho - Captura de CO₂

No ano de 2010, a EEM & BFS ENERGY, S.A., candidatou o projecto Unidade de Captura e Uso Biológico de CO₂ com Valorização Energética ao Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira – INTERVIR+.

O projecto, em fase de licenciamento, e com data prevista de início de trabalhos no mês de Junho de 2011, consiste na instalação de uma unidade de produção de biocombustível, em Porto Santo, com uma capacidade de produção de 17.000 ton/ano de biopetróleo.

O complexo industrial a instalar, tem como principal finalidade a captura e utilização biológica de CO₂, de modo a obter biopetróleo com características físico-químicas semelhantes ao fuelóleo convencional que se utiliza nas centrais termoeléctricas da Região Autónoma da Madeira. Com este projecto, pretende-se tornar Porto Santo, numa ilha auto-sustentável do ponto de vista eléctrico, invertendo uma situação de dependência de combustíveis fósseis na produção de energia eléctrica.

Trata-se de uma unidade industrial, pioneira a nível mundial, detentora de uma tecnologia emergente, limpa e sustentável para produzir e transformar micro algas em biocombustível, garantindo a captação de mais CO₂ do que o CO₂ originado, obtendo-se uma redução de 6.800.000 Euros/ano na importação de combustíveis fósseis e evitando uma emissão anual de 60.000 ton/CO₂. Com este processo produtivo inovador, pretende-se atingir uma penetração de energias limpas superior a 90,0%, contribuindo para a criação de uma nova imagem de marca turística Porto Santo - Ilha Verde, para o surgimento de um novo cluster tecnológico e para o aumento da oferta de emprego.

• Projecto GNL (Gás Natural Liquefeito)

No decurso de 2010, concluíram-se os estudos, projectos e adaptação de legislação visando a introdução de gás natural na Madeira, tendo-se obtido também os licenciamentos quer industrial quer ambiental. Foi concluído o processo de lançamento do concurso público internacional de EPC do Terminal de GNL da Madeira.

Este projecto, constitui uma medida estruturante com impacto muito significativo no desenvolvimento de toda a economia regional, contribuindo de forma extraordinária para a protecção do ambiente, respondendo positivamente às metas estabelecidas internacionalmente. Possibilita também a diversificação das fontes de aprovisionamento, o que, atendendo à envolvente internacional, constitui um inegável factor de segurança.

Para termos uma perspectiva da importância da introdução desta matéria-prima podemos partir do seguinte exemplo: se considerarmos uma produção anual de 400 GWh a gás natural (o que representa cerca de 50,0% da produção térmica da RAM em 2010), obteríamos uma redução anual de 156.000 ton de CO₂, 2.000 ton de SO₂, 680 ton de NO_x e 40 ton de partículas.

A substituição gradual da fonte de energia petrolífera, por alternativas mais limpas e mais amigas do ambiente, como é o caso gás natural, destacadamente, o combustível fóssil mais limpo, é um dos objectivos estratégicos da Política Energética Regional. Neste enquadramento, o sector eléctrico apresenta-se como factor fundamental para a viabilização desta matéria-prima, criando, simultaneamente, condições para disponibilizar o gás natural a outros sectores de actividade, designadamente, indústria, transportes, hotelaria e residencial, potenciando a criação de um novo cluster numa área de reconhecido interesse económico, dando uma importante contribuição para atingir e mesmo ultrapassar as exigentes metas ambientais dos três vintes definidas pela União Europeia para 2020.

• Potencial Geotérmico

O Plano de Acção da Política Energética do Governo Regional da Madeira considera a Geotermia como uma tecnologia emergente. Esta fonte de energia limpa, renovável, escalável e disponível em contínuo, tem sido utilizada em regiões vulcânicas e não vulcânicas onde contribui para a produção de electricidade ou exploração de águas termais. A ilha da Madeira tem potencialidades geológicas que devem de ser estudadas do ponto de vista da caracterização do real potencial geotérmico da ilha e, consequentemente, da sua capacidade para se tornar ambientalmente mais sustentável.

O potencial da energia geotérmica pode encontrar-se próximo da superfície terrestre ou a um nível mais profundo. Tratando-se de recursos geotérmicos profundos (de 3 a 5 km) é, também, possível produzir electricidade, nomeadamente através dos designados “sistemas geotérmicos estimulados”, sendo este o caso que se prevê aplicável à ilha da Madeira.

Neste enquadramento, no ano de 2010, em estreita colaboração com o Laboratório Nacional de Energia e Geologia, deu-se início aos estudos do potencial geotérmico da ilha da Madeira, os quais devem decorrer até final de 2012.

4 - Considerações Finais

Ao terminar o Relatório e Contas referente à actividade desenvolvida pela Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., no ano de 2010, o Conselho de Administração deseja expressar uma palavra de agradecimento pelas diversas formas de apoio e colaboração prestadas por todas as entidades com quem teve o prazer de contactar, destacando o Governo Regional, na qualidade de accionista único e, em particular, a Vice-Presidência que tutela o sector da energia.

Manifesta também o seu reconhecimento à Mesa da Assembleia Geral e ao Fiscal Único, pela cooperação e disponibilidade permanente, exercendo sempre uma contribuição positiva para o progresso e controlo das actividades da Empresa.

Uma referência especial aos trabalhadores da EEM pela dedicação, zelo, competência e profissionalismo demonstrados ao serviço e desenvolvimento da Empresa.

Aos nossos clientes, agradecemos a confiança demonstrada e reafirmamos o nosso inequívoco empenhamento em continuar a aperfeiçoar e melhorar o serviço que prestamos.

O Conselho de Administração:

Rui Alberto Faria Rebelo (Presidente)

João Heliodoro da Silva Dantas (Vice-Presidente)

Mário Eugénio Jardim Fernandes (Vogal)

EEM - Empresa de Electricidade da Madeira

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Notas	2010 Euros	2009 Euros
Activo Não Corrente			
Activos fixos tangíveis	6	408.426.234	390.955.378
Activos intangíveis	7	8.657.563	8.339.777
Participações financeiras - Método de equivalência patrimonial	8	9.993.240	9.694.995
Participações financeiras - Outros métodos	9	7.729.188	9.497.448
Clientes	10	27.840.999	29.198.042
Outras contas a receber	11	26.341.979	13.771.300
Activos por impostos diferidos	12	12.442.698	12.714.632
Total do Activo Não Corrente		501.431.901	474.171.572
Activo Corrente			
Inventários	14	16.448.837	14.066.707
Clientes	10	75.476.747	68.784.721
Estado e outros entes públicos	13	1.409.546	1.340.246
Accionistas/sócios	15	1.113.374	1.034.925
Outras contas a receber	11	69.976.028	68.501.965
Diferimentos	16	274.696	250.611
Caixa e depósitos bancários	4	1.059.953	786.428
Total do Activo Corrente		165.759.181	154.765.603
Total do Activo		667.191.082	628.937.175
Capital próprio			
Capital realizado	17	20.000.000	20.000.000
Reservas legais	18	4.020.148	4.020.148
Outras reservas		14.541.565	14.141.399
Resultados transitados	19	48.453.977	43.088.061
Ajustamentos em activos financeiros	20	623.562	326.087
Excedentes de revalorização	21	11.812.572	12.703.069
Outras variações no capital próprio	22	26.021.916	29.258.050
Resultado líquido do período		4.823.412	6.050.207
Capital próprio atribuível aos accionistas da EEM		130.297.152	129.587.021
Interesses minoritários	23	222.058	151.110
Total do Capital Próprio		130.519.210	129.738.131
Passivo Não Corrente			
Provisões	24	10.704.307	9.162.307
Financiamentos obtidos	25	359.466.636	313.784.025
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	26	25.827.208	27.914.734
Passivos por impostos diferidos	12	7.605.081	8.490.676
Total do Passivo Não Corrente		403.603.232	359.351.742
Passivo Corrente			
Fornecedores	27	53.741.026	51.285.595
Estado e outros entes públicos	13	1.194.747	1.683.593
Financiamentos obtidos	25	33.407.217	65.709.940
Outras contas a pagar	28	38.979.760	16.847.273
Diferimentos	16	550.000	-
Outros passivos financeiros	29	5.195.890	4.320.901
Total do Passivo Corrente		133.068.640	139.847.302
Total do Passivo		536.671.872	499.199.044
Total do Capital Próprio e Passivo		667.191.082	628.937.175

O TÉCNICO DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras



EEM - Empresa de Electricidade da Madeira

Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas Períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Notas	2010 Euros	2009 Euros
Vendas e serviços prestados	30	174.496.842	153.258.678
Subsídios à exploração	31	201.034	-
Rendimentos/(gastos) resultantes de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	32	488.868	488.097
Trabalhos para a própria entidade	33	19.375.357	21.273.875
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	30	(87.206.827)	(73.184.563)
Fornecimentos e serviços externos	34	(15.371.735)	(16.979.667)
Gastos com o pessoal	35	(35.356.216)	(33.762.591)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	(1.587.489)	(1.147.067)
Provisões (aumentos/reduções)	24	(1.542.000)	(3.058.000)
Aumentos/reduções de justo valor	36	(3.616.271)	(96.883)
Outros rendimentos e ganhos	37	11.434.001	12.683.742
Outros gastos e perdas	38	(8.749.799)	(9.166.806)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		52.565.765	50.308.815
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(34.052.674)	(33.288.119)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		18.513.091	17.020.696
Juros e rendimentos similares obtidos	39	1.722.419	3.722.757
Juros e gastos similares suportados	39	(15.575.572)	(14.745.504)
Resultado antes de impostos		4.659.938	5.997.949
Imposto sobre o rendimento do período	40	236.151	78.046
Resultado líquido do período		4.896.089	6.075.995
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		4.823.412	6.050.207
Interesses minoritários		72.677	25.788
		4.896.089	6.075.995
Resultado por acção básico		1,21	1,51

O TÉCNICO DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

EEM - Empresa de Electricidade da Madeira

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio
Períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

										(Valores expressos em Euros)	
Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras var. no capital próprio	Resultados líquido do exercício	Total	Interesses minoritários	Total do capital próprio
Posição em 1 de Janeiro de 2009	20.000.000	4.020.148	13.765.396	57.809.397	319.302	13.825.999	65.690	3.760.029	113.565.961	115.609	113.681.570
Alterações no período:											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	(18.468.713)	-	-	32.200.839	-	13.732.126	11.441	13.743.567
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis (líquida imposto)	-	-	-	1.122.930	-	(1.122.930)	-	-	-	-	-
Ajustamentos de partes de capital em associadas	-	-	-	(6.785)	6.785	-	2.700	-	2.700	-	2.700
Subsídios ao investimento (líquido de imposto)	-	-	-	(752.794)	-	-	(3.011.179)	-	(3.763.973)	(1.728)	(3.765.701)
2	-	-	-	(18.105.362)	6.785	(1.122.930)	29.192.360	-	9.970.853	9.713	9.980.566
Resultado líquido do período											
3											
Rendimento integral											
Operações com detentores de capital próprio no período:											
Aplicação do resultado líquido do período	-	-	376.003	3.384.026	-	-	-	(3.760.029)	-	-	-
5											
	-	-	376.003	3.384.026	-	-	-	(3.760.029)	-	-	-
6 = 1 + 2 + 3 + 5	20.000.000	4.020.148	14.141.399	43.088.061	326.087	12.703.069	29.258.050	6.050.207	129.587.021	151.110	129.738.131
Alterações no período:											
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis (líq. imposto)	-	-	-	890.497	-	(890.497)	-	-	-	-	-
Ajustamentos de partes de capital em associadas	-	-	-	(288.097)	297.475	-	(5.095)	-	4.283	-	4.283
Subsídios ao investimento (líq. imposto)	-	-	-	(886.525)	-	-	(3.231.039)	-	(4.117.564)	(1.729)	(4.119.293)
7	-	-	-	(284.125)	297.475	(890.497)	(3.236.134)	-	(4.113.280)	(1.729)	(4.115.010)
Resultado líquido do período											
8											
	-	-	400.166	5.650.041	-	-	-	4.823.412	4.823.412	72.677	4.896.089
9 = 7 + 8											
	-	-	400.166	5.650.041	-	-	-	4.823.412	710.132	70.948	781.079
Operações com detentores de capital próprio no período:											
Aplicação do resultado líquido do período	-	-	400.166	5.650.041	-	-	-	(6.050.207)	-	-	-
10											
	-	-	400.166	5.650.041	-	-	-	(6.050.207)	-	-	-
11 = 6 + 7 + 8 + 10	20.000.000	4.020.148	14.541.565	48.453.977	623.562	11.812.572	26.021.916	4.823.412	130.297.152	222.058	130.519.210

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras



EEM - Empresa de Electricidade da Madeira

Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa Períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	2010	2009
	Euros	Euros
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	173.814.979	165.209.329
Pagamentos a fornecedores	(92.376.542)	(78.305.231)
Pagamentos ao pessoal e pensionistas	(32.338.346)	(35.113.983)
Caixa gerada pelas operações	49.100.091	51.790.115
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(2.084.405)	(406.076)
Outros recebimentos/pagamentos	1.270.865	5.565.368
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	48.286.551	56.949.407
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(46.060.835)	(63.828.471)
Activos intangíveis	(2.152.791)	(321.306)
Investimentos financeiros	(973.022)	(5.522.693)
Outros activos	(78.449)	(74.959)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	1.000	-
Activos intangíveis	2.077.170	1.604.450
Subsídios ao investimento	225.396	731.819
Juros e rendimentos similares	600.636	2.807.342
Dividendos	722.447	868.938
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(45.638.448)	(63.734.880)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	61.040.919	43.988.490
Outras operações de financiamento	-	1.734.233
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(47.907.221)	(24.034.441)
Juros e gastos similares	(15.356.232)	(15.117.155)
Outras operações de financiamento	(152.044)	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	(2.374.578)	6.571.127
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	273.525	(214.346)
Caixa e seus equivalentes no início do período	786.428	1.000.774
Caixa e equivalentes no fim do período	1.059.953	786.428

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Notas	2010 Euros	2009 Euros
Activo Não Corrente			
Activos fixos tangíveis	6	384.097.418	365.140.485
Activos intangíveis	7	8.646.055	8.332.952
Participações financeiras - Método de equivalência patrimonial	8	13.014.259	12.074.807
Participações financeiras - Outros métodos	9	7.729.188	9.497.448
Clientes	10	27.840.999	29.198.042
Outras contas a receber	11	26.341.979	13.771.300
Activos por impostos diferidos	12	12.913.100	13.178.248
Total do Activo Não Corrente		480.582.998	451.193.282
Activo Corrente			
Inventários	14	16.410.217	14.027.307
Clientes	10	75.391.424	68.707.177
Estado e outros entes públicos	13	1.653.923	1.276.608
Accionistas/sócios	15	1.113.374	1.034.925
Outras contas a receber	11	69.976.212	68.506.277
Diferimentos	16	121.169	143.435
Caixa e depósitos bancários	4	946.601	759.587
Total do Activo Corrente		165.612.920	154.455.316
Total do Activo		646.195.918	605.648.598
Capital próprio			
Capital realizado	17	20.000.000	20.000.000
Reservas legais	18	4.020.148	4.020.148
Outras reservas		14.541.565	14.141.399
Resultados transitados	19	45.207.412	40.359.263
Ajustamentos em activos financeiros	20	2.130.740	1.571.332
Excedentes de revalorização	21	11.812.572	12.703.069
Outras variações no capital próprio	22	25.842.938	29.055.547
Resultado líquido do período		4.860.171	5.817.898
Total do Capital Próprio		128.415.546	127.668.656
Passivo Não Corrente			
Provisões	24	10.704.307	9.162.307
Financiamentos obtidos	25	339.469.885	293.379.166
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	26	25.827.208	27.914.734
Passivos por impostos diferidos	12	7.401.901	8.273.383
Total do Passivo Não Corrente		383.403.301	338.729.590
Passivo Corrente			
Fornecedores	27	55.781.018	51.262.140
Estado e outros entes públicos	13	1.184.190	1.620.018
Accionistas/sócios	15	400.000	-
Financiamentos obtidos	25	32.966.479	65.284.517
Outras contas a pagar	28	38.849.494	16.762.776
Outros passivos financeiros	29	5.195.890	4.320.901
Total do Passivo Corrente		134.377.071	139.250.352
Total do Passivo		517.780.372	477.979.942
Total do Capital Próprio e Passivo		646.195.918	605.648.598

O TÉCNICO DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras



EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas Períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Notas	2010 Euros	2009 Euros
Vendas e serviços prestados	30	174.149.255	153.111.245
Subsídios à exploração	31	201.034	-
Rendimentos/(gastos) resultantes de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	32	1.526.621	837.638
Trabalhos para a própria entidade	33	19.375.357	21.273.875
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	30	(90.551.294)	(75.399.307)
Fornecimentos e serviços externos	34	(14.974.628)	(16.681.730)
Gastos com o pessoal	35	(35.211.581)	(33.656.962)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	(1.587.489)	(1.145.878)
Provisões (aumentos/reduções)	24	(1.542.000)	(3.058.000)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	8	45.948	(290.386)
Aumentos/reduções de justo valor	36	(3.616.271)	(96.883)
Outros rendimentos e ganhos	37	11.369.720	12.664.395
Outros gastos e perdas	38	(8.721.532)	(9.130.144)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		50.463.140	48.427.863
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(32.506.948)	(32.087.082)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		17.956.192	16.340.781
Juros e rendimentos similares obtidos	39	1.722.419	3.621.447
Juros e gastos similares suportados	39	(15.255.829)	(14.363.171)
Resultado antes de impostos		4.422.782	5.599.057
Imposto sobre o rendimento do período	40	437.389	218.841
Resultado líquido do período		4.860.171	5.817.898

O TÉCNICO DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

Períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em Euros)									
Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras var. no capital próprio	Resultados líquidos do exercício	Total
Posição em 1 de Janeiro de 2009	1	20.000.000	4.020.148	13.765.396	57.052.643	1.141.746	13.825.999	-	113.565.961
Alterações no período:									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	(20.145.056)	141.104	-	32.048.295	-	12.044.343
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis (líquida imposto)	-	-	-	1.122.930	-	(1.122.930)	-	-	-
Ajustamentos de partes de capital em associadas	-	-	-	(307.093)	288.482	-	-	-	(18.611)
Subsídios ao investimento (líquido de imposto)	-	-	-	(748.187)	-	-	(2.992.748)	-	(3.740.935)
2	-	-	-	-	429.586	(1.122.930)	29.055.547	-	8.284.797
Resultado líquido do período	3							5.817.898	5.817.898
Rendimento integral	4 = 2 + 3							5.817.898	14.102.695
Operações com detentores de capital próprio no período:									
Aplicação do resultado líquido do período	-	-	376.003	3.384.026	-	-	-	(3.760.029)	-
5	-	-	376.003	3.384.026	-	-	-	(3.760.029)	-
Posição em 31 de Dezembro de 2009	6 = 1 + 2 + 3 + 5	20.000.000	4.020.148	14.141.399	40.359.263	1.571.332	12.703.069	29.055.547	127.668.656
Alterações no período:									
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis (líq. imposto)	-	-	-	890.497	-	(890.497)	-	-	-
Ajustamentos de partes de capital em associadas	-	-	-	(576.435)	559.408	-	-	-	(17.027)
Subsídios ao investimento (líq. imposto)	-	-	-	(883.645)	-	-	(3.212.609)	-	(4.096.254)
7	-	-	-	(569.583)	559.408	(890.497)	(3.212.609)	-	(4.113.281)
Resultado líquido do período	8							4.860.171	4.860.171
Rendimento integral	9 = 7 + 8							4.860.171	746.890
Operações com detentores de capital próprio no período:									
Aplicação do resultado líquido do período	-	-	400.166	5.417.732	-	-	-	(5.817.898)	-
10	-	-	400.166	5.417.732	-	-	-	(5.817.898)	-
Posição em 31 de Dezembro de 2010	11 = 6 + 7 + 8 + 10	20.000.000	4.020.148	14.541.565	45.207.412	2.130.740	11.812.572	4.860.171	128.415.546

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras



EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa Períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	2010	2009
	Euros	Euros
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	172.875.270	165.494.446
Pagamentos a fornecedores	(93.924.192)	(81.023.851)
Pagamentos ao pessoal e pensionistas	(32.192.931)	(35.018.989)
Caixa gerada pelas operações	46.758.147	49.451.606
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(2.103.244)	(173.369)
Outros recebimentos/pagamentos	1.755.109	5.970.983
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	46.410.012	55.249.220
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(45.773.993)	(57.825.199)
Activos intangíveis	(2.152.791)	(321.307)
Investimentos financeiros	(973.022)	(5.522.691)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	1.000	-
Activos intangíveis	2.037.270	1.604.450
Outros activos	87.640	142.805
Subsídios ao investimento	225.396	731.819
Juros e rendimentos similares	600.636	2.706.032
Dividendos	722.447	868.938
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(45.225.417)	(57.615.153)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	61.458.234	39.932.490
Outras operações de financiamento	-	734.354
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(47.249.114)	(23.626.332)
Juros e gastos similares	(15.054.655)	(14.695.671)
Outras operações de financiamento	(152.046)	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	(997.581)	2.344.841
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	187.014	(21.092)
Caixa e seus equivalentes no início do período	759.587	780.679
Caixa e equivalentes no fim do período	946.601	759.587

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

EEM - Empresa de Electricidade da Madeira

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Anexo às demonstrações financeiras

I Identificação da entidade

A EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. (EEM) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 12/74, de 17 de Janeiro, na figura de Empresa Pública (E.P.), tendo por objecto a produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica na Região Autónoma da Madeira. A EEM é detida integralmente pelo Governo da Região Autónoma da Madeira, sendo a sua sede social no Funchal, na Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses, n.º 32.

De acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 14/94/M, publicado no Diário da República de 3 de Junho de 1994, a EEM foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, sendo a denominação alterada para EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A..

A EEM rege-se pelos referidos Decretos, pelos seus estatutos, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objecto da sociedade.

No dia 25 de Março de 2002, foi publicado o Decreto-Lei n.º 69/2002, que estendeu às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira a regulação, pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica. Durante o ano de 2002, a ERSE adaptou os regulamentos do sector eléctrico, nomeadamente o Regulamento de Tarifário, de forma a estender a sua aplicação às Regiões Autónomas e proceder à gradual uniformização do tarifário no território nacional, a partir de 1 de Janeiro de 2003, atendendo aos princípios da uniformidade tarifária e do equilíbrio financeiro das empresas produtoras e distribuidoras de energia eléctrica. Desta forma, as tarifas aplicadas pela EEM a partir de 1 de Janeiro de 2003 são definidas pela ERSE, sendo também esta entidade responsável pelo cálculo da comparticipação paga à EEM a partir desta data relativa à redução das suas tarifas (ver Nota 3.2 k)).

O detalhe das empresas participadas pela EEM é apresentado na Nota 5 às demonstrações financeiras.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 As demonstrações financeiras da EEM foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de Maio de 2011. Estas demonstrações financeiras são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime do acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

Estas demonstrações financeiras são as primeiras demonstrações financeiras preparadas em conformidade com o SNC, tendo sido aplicada a NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro. As políticas contabilísticas, apresentadas na Nota 3, foram utilizadas na preparação das demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2010 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2009, bem como na determinação dos ajustamentos de transição com referência a 1 de Janeiro de 2009.

2.2 Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

2.4 Conforme previsto na NCRF 3, as demonstrações financeiras incluem informação comparativa com referência a 31 de Dezembro de 2009, preparada de acordo com o SNC.

Na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2010 e na determinação dos ajustamentos de transição, a EEM decidiu adoptar as regras previstas na NCRF 3, nomeadamente no que respeita às isenções referentes à aplicação do justo valor ou revalorização como custo considerado para os activos fixos tangíveis e activos intangíveis.

A NCRF 3 proíbe a aplicação retrospectiva das seguintes matérias, que desta forma não foram objecto de alteração face aos valores apresentados para 2009 de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC):

- i) desreconhecimento de activos financeiros e passivos financeiros; e
- ii) estimativas.

A transição do POC para o SNC teve os seguintes impactos nas demonstrações financeiras consolidadas da EEM:

	Euros
Capital próprio de acordo com o POC a 1 de Janeiro de 2009*	113.565.961
Ajustamentos efectuados ao capital próprio em 1 de Janeiro de 2009*	
1. Desreconhecimento de activos intangíveis	(103.796)
2. Valorização de instrumentos de capital próprio de outras entidades	(341.506)
3. Aplicação do método da taxa efectiva aos valores a receber de clientes e perdas por imparidade	(18.275.259)
4. Convergência tarifária 1998-2002	(262.949)
5. Subsídios obtidos	32.200.839
6. Impostos diferidos associados a provisões não dedutíveis fiscalmente	7.033.966
7. Responsabilidades por benefícios pós-emprego	(4.134.009)
8. Aplicação do método da taxa efectiva aos financiamentos obtidos	106.968
9. Valorização de instrumentos financeiros derivados	(2.480.797)
Outros ajustamentos	(11.331)
Capital próprio de acordo com as NCRF a 1 de Janeiro de 2009*	127.298.087

*Excluindo interesses minoritários

	Euros
Capital próprio de acordo com o POC a 31 de Dezembro de 2009*	117.570.326
Ajustamentos efectuados ao capital próprio em 31 de Dezembro de 2009*	
1. Desreconhecimento de activos intangíveis	(221.358)
2. Valorização de instrumentos de capital próprio de outras entidades	556.911
3. Aplicação do método da taxa efectiva aos valores a receber de clientes e perdas por imparidade	(18.271.478)
4. Convergência tarifária 1998-2002	(928.106)
5. Subsídios obtidos	29.175.340
6. Impostos diferidos associados a provisões não dedutíveis fiscalmente	7.400.075
7. Responsabilidades por benefícios pós-emprego	(2.756.007)
8. Aplicação do método da taxa efectiva aos financiamentos obtidos	115.146
9. Valorização de instrumentos financeiros derivados	(3.456.721)
10. Comparticipações de clientes (IFRIC 18)	400.250
Outros ajustamentos	2.643
Capital próprio de acordo com as NCRF a 31 de Dezembro de 2009*	129.587.021

*Excluindo interesses minoritários

1. Nos termos definidos pela NCRF 6, um activo intangível apenas deverá ser reconhecido se:
- i) for um recurso controlado pela entidade em resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam benefícios económicos futuros; ii) for um item não monetário identificável (destacável de outros activos ou que resulta de direitos contratuais ou legais) sem substância física; e iii) o seu custo pode ser fiavelmente mensurado.

Nesta base, a EEM desreconheceu, com referência a 1 de Janeiro de 2010, activos intangíveis no montante de 221.358 Euros (1-Jan-09: 103.796 Euros). Este montante respeita, essencialmente, a estudos efectuados no âmbito da higiene e segurança no trabalho e do impacto das linhas de distribuição de energia eléctrica na avi-fauna, os quais não cumprem os critérios de reconhecimento acima referidos.

2. De acordo com a NCRF 27, os investimentos financeiros relativamente aos quais a EEM não exerce controlo ou influência significativa devem ser registados ao justo valor por contrapartida

de resultados. Este método de valorização deverá ser adoptado para os instrumentos de capital próprio com cotações divulgadas publicamente ou cujo seu justo valor seja determinável com base em outras técnicas de valorização. No entanto, caso este justo valor não possa ser razoavelmente mensurável, os investimentos financeiros deverão ser registados ao custo deduzido de perdas por imparidade.

Face ao exposto, no âmbito da transição, a EEM procedeu à revalorização dos instrumentos de capital próprio de outras entidades por contrapartida de capitais próprios (impacto negativo de 341.506 Euros), bem como ao registo da variação de justo valor no decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, no montante de 898.417 Euros, por contrapartida de resultados do exercício de 2009 (impacto acumulado em capitais próprios positivo no montante de 556.911 Euros).

3. De acordo com a NCRF 27, os valores a receber de clientes são instrumentos financeiros que devem ser mensurados ao custo ou ao custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efectiva), deduzido de perdas por imparidade. Nos termos desta norma, uma entidade deve avaliar, em cada data de balanço, a imparidade de todos os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados, sendo que no caso de existir uma evidência objectiva de imparidade, a entidade deve reconhecer uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Na transição, as perdas por imparidade associadas aos valores a receber de clientes foram determinadas tendo por base a diferença entre o valor contabilístico dos activos e o valor actual dos fluxos de caixa futuros, estimados tendo por base a taxa de juro efectiva original associada ao activo.

Considerando o perfil dos clientes da EEM, essencialmente entidades oficiais regionais, e o facto de existir uma expectativa de recebimento do montante em dívida de forma faseada e sem juros, foi identificada uma perda associada ao diferimento do recebimento dos valores em causa. Assim sendo, a EEM reconheceu, por contrapartida de capitais próprios, uma perda no montante de 18.271.478 Euros (1-Jan-09: 18.275.259 Euros).

4. Durante o mês de Abril de 2003, foi celebrado o Contrato Relativo à Convergência Tarifária da Energia Eléctrica entre a EEM, o Governo da Região Autónoma da Madeira e o Governo da República. Este contrato estabelece as regras relativas ao pagamento à EEM dos montantes referentes à compensação pela redução do tarifário para os anos de 1998 a 2002, revogando o protocolo anterior e mantendo, na sua essência, a metodologia de cálculo da compensação pela redução do tarifário nesse período. Com referência a 1 de Janeiro de 2010, a EEM apresentava nas suas demonstrações financeiras, preparadas de acordo com o anterior referencial contabilístico, um montante em dívida de 18.086.822 Euros, a receber em prestações trimestrais constantes sem juros até 31 de Dezembro de 2013.

Nos termos da NCRF 27, estes valores em dívida deverão ser inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado, tendo a EEM procedido, no âmbito da transição, ao reconhecimento dos efeitos associados à determinação do valor actual das prestações vincendas e ao registo dos juros das prestações vencidas por contrapartida de capitais próprios,

sendo o impacto deste ajustamento negativo em 928.106 Euros (1-Jan-09: impacto negativo de 262.949 Euros).

5. De acordo com a NCRF 22, os subsídios do Governo só devem ser reconhecidos quando existir segurança de que i) a entidade cumprirá as condições a eles associadas; e ii) os subsídios serão recebidos. Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida devem ser inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimento durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos que se pretende que eles compensem.

Assim sendo, a EEM procedeu à reclassificação dos subsídios governamentais e reconhecimento do respectivo imposto diferido por contrapartida de capitais próprios no montante de 29.175.340 Euros (1-Jan-09: 32.200.839 Euros).

Os referidos subsídios incluem valores relativos a i) obras realizadas a pedido de clientes e a estes facturadas; e ii) a pagamentos efectuados pelos clientes por conta de obras diversas na rede de distribuição. A EEM adoptou um tratamento contabilístico consistente com o adoptado para os subsídios governamentais não reembolsáveis, considerando que os valores facturados são apenas imputáveis ao processo de ligação à rede e não são reembolsáveis em qualquer cenário.

6. Nos termos da NCRF 25, um activo por impostos diferidos deve ser reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, desde que seja provável a existência de lucros tributáveis no futuro que permitam a utilização dessas diferenças e consequente recuperação do imposto. Relativamente a passivos reconhecidos, nomeadamente provisões para pensões e para outros riscos e encargos, está inerente ao seu reconhecimento que a quantia escriturada será liquidada no futuro através de um ex-fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Nesta base, apenas concorrem para efeitos da determinação do lucro tributável os pagamentos efectuados na liquidação destas responsabilidades, pelo que é devido o reconhecimento de um activo por impostos diferidos.

No âmbito do processo de transição para as NCRF, a EEM procedeu ao registo contabilístico de activos por impostos diferidos no montante de 7.400.075 Euros (1-Jan-09: 7.033.966 Euros), referente a provisões não aceites fiscalmente.

7. Nos termos da Directriz Contabilística n.º 19, aplicada até 31 de Dezembro de 2009, os custos com serviços passados de trabalhadores no activo na data da transição para esta norma encontravam-se a ser diferidos pelo período médio de serviço remanescente dos trabalhadores ao abrigo do plano. Este diferimento resulta das disposições transitórias da Directriz Contabilística n.º 19 e não da introdução de um plano de benefícios definido ou de alterações aos benefícios existentes pelo que, na transição, a EEM efectuou um ajustamento por contrapartida de resultados transitados no montante de 2.756.007 Euros (1-Jan-09: 4.134.009 Euros).



8. Nos termos da NCRF 27, a EEM deverá proceder ao registo dos empréstimos bancários ao custo amortizado com base no método da taxa efectiva. Nesta base, a EEM efectuou o cálculo do efeito da aplicação deste método desde a data de contratação das operações, registando o mesmo por contrapartida de capitais próprios no montante de 115.146 Euros (1-Jan-09: 106.968 Euros).
9. Os instrumentos financeiros derivados deverão ser enquadrados contabilisticamente nos termos do disposto na NCRF 27, devendo ser registados, em cada data de balanço, ao justo valor por contrapartida de resultados, excepto nos casos em que se aplique a contabilidade de cobertura.

A EEM procedeu à contratação, em exercícios anteriores, de instrumentos financeiros derivados (swaps e opções) para cobertura do risco de taxa de juro associado à sua carteira de empréstimos bancários, de forma a reduzir a variabilidade dos respectivos encargos financeiros. Apesar dos referidos instrumentos financeiros terem sido contratados para cobertura do risco de taxa de juro, a EEM não apelou à contabilidade de cobertura, registando o justo valor negativo destes instrumentos financeiros por contrapartida de capitais próprios na transição, no montante de 3.456.721 Euros (1-Jan-09: Justo valor negativo de 2.480.797 Euros).

10. No que respeita às transferências de activos de clientes ocorridas após 1 de Janeiro de 2009, e considerando o recurso supletivo às IFRS no caso de existência de lacunas nas NCRF, as referidas transferências foram enquadradas nos termos do IFRIC 18 – Transferências de Activos de Clientes, tendo esta norma sido adoptada antecipadamente com referência a essa data. O facto dos utilizadores da rede de distribuição de energia que transferem os activos para a EEM pagarem o mesmo preço pelo uso da rede que os utilizadores que não transferiram qualquer activo, é indicativo de que a obrigação de fornecer acesso contínuo à rede não é um serviço identificável separadamente na transacção. Deste modo, ligar um cliente à rede é o único serviço prestado em troca do activo, pelo que o rédito deverá ser reconhecido na sua totalidade nos resultados na data da transferência do activo. Adicionalmente, o rédito associado à transacção deverá ser reconhecido pelo valor pago pelos clientes, o qual é o melhor indicativo do justo valor do activo na data da transacção.

Considerando o acima referido, a EEM reconheceu os activos transferidos de clientes desde 1 de Janeiro de 2009 por contrapartida dos resultados do exercício de 2009 (apresentado para efeitos comparativos), no montante de 400.250 Euros.

A reconciliação do resultado líquido consolidado relatado segundo o POC, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, com o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo exercício, apresenta-se como segue:

	Euros
Resultado do período de 2009 de acordo com o POC*	4.001.665
Ajustamentos efectuados às rubricas de rendimentos e gastos do período de 2009*	
1. Desreconhecimento de activos intangíveis	(117.562)
2. Valorização de instrumentos de capital próprio de outras entidades	898.417
3. Aplicação do método da taxa efectiva aos valores a receber de clientes e perdas por imparidade	3.781
4. Convergência tarifária 1998-2002	(665.157)
5. Subsídios obtidos	748.187
6. Impostos diferidos associados a provisões não dedutíveis fiscalmente	366.109
7. Responsabilidades por benefícios pós-emprego	1.378.002
8. Aplicação do método da taxa efectiva aos financiamentos obtidos	8.178
9. Valorização de instrumentos financeiros derivados	(975.924)
10. Participações de clientes (IFRIC 18)	400.250
Outros ajustamentos	4.261
Resultado do período de 2009 de acordo com as NCRF*	6.050.207

*Excluindo interesses minoritários

A transição do para o SNC teve os seguintes impactos nas demonstrações financeiras individuais da EEM:

	Euros
Capital próprio de acordo com o POC a 1 de Janeiro de 2009	113.565.961
Ajustamentos efectuados ao capital próprio em 1 de Janeiro de 2009	
1. Desreconhecimento de activos intangíveis	(103.796)
2. Valorização de instrumentos de capital próprio de outras entidades	(341.506)
3. Aplicação do método da taxa efectiva aos valores a receber de clientes e perdas por imparidade	(18.275.259)
4. Convergência tarifária 1998-2002	(262.949)
5. Subsídios obtidos	32.048.295
6. Impostos diferidos associados a provisões não dedutíveis fiscalmente	7.033.966
7. Responsabilidades por benefícios pós-emprego	(4.134.009)
8. Aplicação do método da taxa efectiva aos financiamentos obtidos	106.968
9. Valorização de instrumentos financeiros derivados	(2.480.797)
11. Investimentos em participadas e aplicação MEP	(1.546.570)
Capital próprio de acordo com as NCRF a 1 de Janeiro de 2009	125.610.304

	Euros
Capital próprio de acordo com o POC a 31 de Dezembro de 2009	117.570.326
Ajustamentos efectuados ao capital próprio em 31 de Dezembro de 2009	
1. Desreconhecimento de activos intangíveis	(221.358)
2. Valorização de instrumentos de capital próprio de outras entidades	556.911
3. Aplicação do método da taxa efectiva aos valores a receber de clientes e perdas por imparidade	(18.271.478)
4. Convergência tarifária 1998-2002	(928.106)
5. Subsídios obtidos	29.055.547
6. Impostos diferidos associados a provisões não dedutíveis fiscalmente	7.400.075
7. Responsabilidades por benefícios pós-emprego	(2.756.007)
8. Aplicação do método da taxa efectiva aos financiamentos obtidos	115.147
9. Valorização de instrumentos financeiros derivados	(3.456.721)
10. Participações de clientes (IFRIC 18)	400.250
11. Investimentos em participadas e aplicação MEP	(1.795.930)
Capital próprio de acordo com as NCRF a 31 de Dezembro de 2009	127.668.656

11. Nas demonstrações financeiras individuais da EEM, os empréstimos concedidos a subsidiárias e associadas deverão ser enquadrados em conformidade com o disposto na NCRF 27. Nos termos desta norma, estes empréstimos deverão ser enquadrados como ao custo amortizado se reunirem as seguintes condições: i) sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; ii) os retornos sejam de montante fixo ou calculados com base numa taxa de juro fixa ou numa taxa de juro variável tendo por base referenciais de mercado; e iii) não contenham nenhuma cláusula que possa resultar na perda do valor nominal e do juro acumulado.

A EEM tem vindo a financiar as suas subsidiárias através da concessão de empréstimos não remunerados e sem maturidade definida, os quais se encontram registados ao seu valor nominal. De acordo com a NCRF 27, a EEM deverá registar os empréstimos concedidos que não sejam remunerados e que não tenham qualquer maturidade definida como um instrumento de capital próprio (investimento financeiro na subsidiária), o qual deverá ser objecto de uma análise de imparidade em cada data de balanço.

Nos termos definidos pelo anterior referencial contabilístico, a EEM contabilizava, nas suas demonstrações financeiras individuais, os investimentos financeiros em subsidiárias pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, não existe qualquer impacto por via da aplicação da NCRF 15, excepto quanto aos efeitos decorrentes da conversão para o SNC das demonstrações financeiras das empresas subsidiárias da EEM.

O efeito agregado em capitais próprios desta conversão é negativo em 1.795.930 Euros (1-Jan-09: 1.546.570 Euros).

A reconciliação do resultado líquido individual relatado segundo o POC, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, com o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo exercício, apresenta-se como segue:

	<u>Euros</u>
Resultado do período de 2009 de acordo com o POC	4.001.665
Ajustamentos efectuados às rubricas de rendimentos e gastos do período de 2009	
1. Desreconhecimento de activos intangíveis	(117.562)
2. Valorização de instrumentos de capital próprio de outras entidades	898.417
3. Aplicação do método da taxa efectiva aos valores a receber de clientes e perdas por imparidade	3.781
4. Convergência tarifária 1998-2002	(665.157)
5. Subsídios obtidos	748.187
6. Impostos diferidos associados a provisões não dedutíveis fiscalmente	366.109
7. Responsabilidades por benefícios pós-emprego	1.378.002
8. Aplicação do método da taxa efectiva aos financiamentos obtidos	8.179
9. Valorização de instrumentos financeiros derivados	(975.924)
10. Participações de clientes (IFRIC 18)	400.250
11. Investimentos em participadas e aplicação MEP	(228.049)
Resultado do período de 2009 de acordo com as NCRF	<u>5.817.898</u>

3 Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se nos parágrafos seguintes.

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 reflectem os activos, passivos e resultados da EEM e das suas subsidiárias, Museu – Casa da Luz, Emacom e Enereem (Ver Nota 5), e os resultados atribuídos à EEM referentes às participações em empresas associadas. Estas políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente em todas as referidas empresas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Princípios de consolidação

Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em subsidiárias em que a EEM exerce o controlo directo e indirecto são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que a EEM assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a EEM detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma sociedade ou de uma actividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Em base individual, as participações financeiras em subsidiárias em que a EEM exerce o controlo directo e indirecto são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que a EEM assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a EEM adquira a influência significativa directa ou indirecta até ao momento em que a mesma termina. As associadas são entidades nas quais a EEM tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a EEM exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a EEM detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Os saldos e transacções entre as empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizados resultantes dessas transacções, são eliminados no processo de consolidação. Os ganhos e perdas não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

Outras participações financeiras

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detém uma percentagem de direitos de voto inferior a 20% e nas quais não detém influência significativa sobre a política financeira e operacional, são contabilizadas ao justo valor por contrapartida de resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de oferta de compra corrente (bid price). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

b) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição acrescido dos custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as NCRF, a EEM decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado (por via das reavaliações legais efectuadas em exercícios anteriores), determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a EEM. Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A EEM procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico de um activo excede o seu valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 33
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	4 a 16
Outros equipamentos diversos	4 a 20

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

c) Activos intangíveis

A EEM reconhece um activo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Activos intangíveis com vida útil finita

Os activos intangíveis com vida útil finita encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A EEM procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.



Activos intangíveis gerados internamente

O dispêndio com pesquisa é reconhecido como um gasto quando incorrido. A EEM reconhece um activo intangível proveniente de desenvolvimento quando é possível demonstrar:

- A viabilidade técnica de concluir o activo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda;
- A intenção de concluir o activo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- A capacidade de usar ou vender o activo intangível;
- A forma como o activo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros;
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o activo intangível; e,
- A capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao activo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

O custo dos activos intangíveis gerados internamente compreendem todos os custos directamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o activo para ser capaz de funcionar da forma pretendida.

Aquisição e desenvolvimento de software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela EEM necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de software efectuados pela EEM, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um período, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados directamente afectos aos projectos, sendo amortizados pelo método das quotas constantes ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

Propriedade industrial e outros direitos

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado.

As vidas úteis esperadas dos bens são as seguintes:

	<u>Número de anos</u>
Software	6
Propriedade industrial e outros direitos	10 a 33

d) Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo são capitalizados como parte do custo desses activos.

Um activo que se qualifica é um activo que leva um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados, líquidos de subsídios ao investimento. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um activo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o activo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as actividades que sejam necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

e) Locações

A EEM classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da sua forma legal. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um activo para o locatário. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um activo para o locatário.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados no âmbito dos contratos de locação operacional são registados em resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, o qual é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é reconhecido em resultados; e

(ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos em resultados ao longo do período da locação, com o objectivo de reflectirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

f) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A EEM reduz o custo dos inventários para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

g) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data do balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

i) Impostos sobre o rendimento do período

A EEM e as suas subsidiárias estão sujeitas ao regime fiscal consagrado pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. De acordo com a legislação portuguesa, as declarações de impostos sobre lucros e outros impostos podem ser sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais nos 4 anos subsequentes ao ano a que respeitam (Segurança Social: 5 anos).

Os impostos sobre os lucros correspondem aos impostos correntes e aos impostos diferidos. Os impostos sobre os lucros são reconhecidos nos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado, de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data do balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a EEM procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que i) tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e ii) os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

j) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados. Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira são registados ao custo histórico, tendo por base a taxa de câmbio na data da transacção. Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

k) Subsídios do Governo e outros equiparáveis

Os subsídios do Governo não reembolsáveis e os outros subsídios equiparáveis que estejam relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos capitais próprios e, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Estes subsídios apenas são reconhecidos no momento do seu recebimento.

Os subsídios do Governo reembolsáveis e os outros subsídios equiparáveis são contabilizados como passivos.

Compensação relativa à convergência tarifária

Os subsídios de entidades governamentais, destinados a compensar a redução do tarifário de energia eléctrica, têm como base o protocolo estabelecido em 1998 entre o Governo da Região Autónoma da Madeira e o Governo da República. Este protocolo, válido para o triénio de 1998

a 2000, foi posteriormente alargado aos anos de 2001 e 2002.

Durante o mês de Abril de 2003, foi celebrado o Contrato Relativo à Convergência Tarifária da Energia Eléctrica entre a EEM, o Governo da Região Autónoma da Madeira e o Governo da República. Este contrato estabelece as regras relativas ao pagamento à EEM dos montantes referentes à compensação pela redução do tarifário para os anos de 1998 a 2002, revogando o protocolo anterior e mantendo, na sua essência, a metodologia de cálculo da compensação pela redução do tarifário nesse período.

De acordo com o referido contrato, a compensação atribuível à EEM até 2002 é apurada pela diferença entre as receitas a custo padrão (receitas que a EEM obteria se o nível de tarifário fosse definido por forma a cobrir os respectivos custos padrão) e as receitas com o tarifário em vigor (receitas obtidas pela aplicação, em cada ano, do tarifário em vigor), considerando-se para este efeito como custos padrão das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica, os custos determinados pela aplicação das regras definidas no processo de convergência dos tarifários.

Nos termos do Regulamento Tarifário, os subsídios atribuídos à EEM para efeitos da convergência tarifária de anos posteriores a 2002, são registados por contrapartida de resultados no exercício em que a referida convergência é imputável, com base no princípio da equidade tarifária entre os consumidores do Continente e da Região Autónoma da Madeira.

Comparticipações de clientes

As obras realizadas na rede de distribuição a pedido de clientes e a estes facturadas são contabilizadas como itens de activo fixo tangível, desde que os referidos itens cumpram os requisitos necessários à sua capitalização, sendo o valor recebido registado por contrapartida de resultados.

Plano de promoção da eficiência no consumo de energia

Os subsídios concedidos pela ERSE, destinados a financiar o Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia (PPEC), são registados em resultados quando existem garantias razoáveis quanto ao seu recebimento.

I) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A EEM tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um ex-fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras.

m) Benefícios dos empregados

Pensões de reforma

Em conformidade com o Acordo de Empresa, foi assumida a responsabilidade relativa a complementos de reforma e pré-reforma para os trabalhadores que se encontravam abrangidos pela Caixa Nacional de Pensões à data do respectivo Acordo. A responsabilidade referida corresponde à diferença entre a pensão de reforma por limite de idade ou invalidez atribuída pelas Instituições de Previdência e o último vencimento auferido pelo trabalhador.

O plano de pensões referido consiste num plano de benefícios definidos, cujas responsabilidades são estimadas anualmente com base num estudo actuarial efectuado por um perito independente, utilizando o Método de Crédito da Unidade Projectada, a fim de determinar o valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em resultados do exercício, de acordo com a IAS 19 – Benefícios de Empregados, conforme adoptada pelo texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

A EEM reconhece como um gasto, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente; (ii) o custo dos juros; (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo; e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

A EEM mantém uma apólice de seguro para cobrir parte da responsabilidade do plano de pensões. As variações no valor de mercado da apólice são registadas nas contas de custos e proveitos nos períodos em que ocorrem.

n) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito compreende os montantes facturados na venda de energia eléctrica e na prestação de serviços relacionados, líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos e da eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

A venda de energia eléctrica é considerada como rendimento no período em que ocorrem os respectivos consumos, independentemente da data de facturação. A facturação é efectuada



numa base mensal, de acordo com as tarifas estabelecidas pela ERSE. Os rendimentos relativos a energia a facturar, por consumos ocorridos e não lidos até à data do balanço, são registados por estimativa com base nos consumos reais.

o) Licenças de emissão de CO₂

A EEM detém licenças de emissão de CO₂ para fazer face às emissões que resultam da sua actividade operacional. As licenças de emissão de CO₂ detidas para consumo próprio e atribuídas a título gratuito são reconhecidas como um activo intangível no momento da atribuição, por contrapartida de capitais próprios, sendo valorizadas com base na cotação de mercado na data de referência da sua atribuição. As licenças adquiridas em mercado para efeitos da liquidação da responsabilidade resultante dos consumos efectuados, são registadas como um activo intangível ao seu custo de aquisição.

A utilização das licenças é baseada nas emissões de gases com efeito de estufa ocorridas no exercício, valorizadas com base no custo histórico das licenças (FIFO). Estas emissões são registadas como um gasto de depreciação e de amortização no exercício em que ocorrem. Quando as emissões do exercício excedem o montante de licenças de emissão de CO₂ em carteira, é registada uma provisão pelo montante necessário para adquirir as licenças em falta na data de balanço.

A amortização dos subsídios registados inicialmente em capitais próprios é efectuada no exercício em que estes são atribuídos, na mesma proporção dos consumos, por contrapartida de resultados do exercício. Nos termos da regulação definida pela ERSE, o proveito diferido associado às licenças atribuídas a título gratuito e não consumidas é reclassificado para uma rubrica de Outras contas a pagar - Corrente, na medida em que este passivo constitui uma responsabilidade para com o Sistema Eléctrico, o qual será regularizado no decorrer do período do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão II (2008-2012).

p) Desvios tarifários

Nas actividades sujeitas a regulação, o Regulador estabelece através do mecanismo do desvio tarifário os critérios de alocação de determinados ganhos ou perdas verificadas num determinado exercício às tarifas de exercícios futuros. Os desvios tarifários registados nas demonstrações financeiras da EEM correspondem à diferença entre os valores efectivamente facturados pela EEM (baseados nas tarifas publicadas pela ERSE em Dezembro do ano anterior) e os proveitos permitidos calculados com base em valores reais. Os desvios tarifários activos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de electricidade aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

O Decreto-Lei 165/2008, de 21 de Agosto, veio confirmar o direito incondicional por parte dos operadores regulados à recuperação dos desvios tarifários. Consequentemente, a EEM regista nos resultados do exercício os efeitos decorrentes do reconhecimento dos desvios tarifários gerados nesse exercício. De acordo com o referido Decreto-Lei, os desvios tarifários apurados em cada exercício que sejam devidos às empresas reguladas, mantêm-se mesmo em caso de insolvência ou cessação superveniente da actividade de cada uma das entidades, devendo a

ERSE adoptar as medidas necessárias para assegurar que o titular desses direitos continua a recuperar os montantes em dívida até ao seu integral pagamento. No âmbito deste Decreto-Lei, podem ainda as empresas reguladas ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito de receber os desvios tarifários, através das tarifas de energia eléctrica.

q) Instrumentos financeiros

A EEM reconhece um activo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

A EEM mensura os instrumentos financeiros ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade quando satisfazem todas as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo; (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante;
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Os restantes instrumentos financeiros são registados ao justo valor ou ao custo de aquisição líquido de imparidade, quando não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor.

Cientes e Outras contas a receber

A EEM regista os Clientes e Outras contas a receber em cada data de balanço ao custo ou custo amortizado deduzido de perdas por imparidade. Estes activos são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção.

Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Instrumentos financeiros derivados

A EEM procede à contratação de instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro associado à sua carteira de empréstimos bancários (óptica de gestão), de forma a reduzir a variabilidade dos respectivos encargos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação

registados directamente nos resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa.

As variações de justo valor dos derivados que se qualificam para cobertura de fluxo de caixa são reconhecidas directamente no capital próprio, no momento em que ocorrem. Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável. Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

r) Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 23 de Maio de 2011, data em que foram aprovadas Conselho de Administração, conforme referido na Nota 45. Os eventos ocorridos após a data do balanço, sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 45.

3.3 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impacto nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela EEM e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela EEM é apresentada na Nota 3.2. do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela EEM, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da EEM e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Imparidade da rubrica de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela EEM da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Desvios tarifários

Os desvios tarifários representam a diferença entre os custos e os proveitos do Sistema Eléctrico Nacional (SEN), estimados no início de cada período para efeitos de cálculo da tarifa, e os custos e proveitos reais do Sistema Eléctrico apurados no final de cada período. Os desvios tarifários activos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de electricidade aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes. Considerando a legislação actualmente em vigor, que estabelece a incondicionalidade por parte dos operadores regulados à recuperação ou devolução dos desvios tarifários, a EEM registou nos resultados do exercício os efeitos decorrentes do reconhecimento do desvio tarifário. No âmbito da legislação em vigor, as empresas reguladas podem ainda ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito a receber através das tarifas de energia eléctrica, os desvios tarifários.

Imparidade dos activos não correntes

Os activos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável. Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da EEM.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos



empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros factores que podem ter impacto nos gastos e nas responsabilidades do plano de pensões. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Assim sendo, as alterações nesta estimativa podem ter um impacto significativo nos resultados.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, sendo na ausência de cotação determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor. Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela EEM durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da EEM de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base a expectativa do Conselho de Administração da EEM relativamente à existência de lucros tributáveis futuros.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo Conselho de Administração da EEM situações que coloquem em causa a continuidade da EEM.

4 Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento. A EEM classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

4.1 A 31 de Dezembro de 2010 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Depósitos bancários à ordem	1.059.427	785.380	946.127	758.722
Caixa e equivalentes de caixa	526	1.048	474	865
	<u>1.059.953</u>	<u>786.428</u>	<u>946.601</u>	<u>759.587</u>

5 Perímetro de consolidação

As empresas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral, à data de 31 de Dezembro de 2010, são apresentadas como segue:

Denominação	Sede	Capital social	Total activo	Total passivo	Capitais Próprios	(valores expressos em euros)		
						Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido do exercício	% Grupo
Casa da Luz - Empreendimentos Turísticos Similares, Unipessoal, Lda.	Funchal	99.760	2.441.021	2.032.065	408.956	89.027	10.562	100,00%
Enereem - Energias Renováveis, Lda.	Funchal	49.880	23.950.292	20.989.513	2.960.779	3.345.247	969.030	92,50%
Emacom - Telecomunicações da Madeira, Unipessoal, Lda.	Funchal	49.880	1.109.289	643.795	465.494	630.045	203.515	100,00%

As empresas associadas incluídas no perímetro de consolidação pelo método de equivalência patrimonial, à data de 31 de Dezembro de 2010, são apresentadas como segue:

Denominação	Sede	Capital social	Total activo	Total passivo	Capitais Próprios	(valores expressos em euros)		
						Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido do exercício	% Grupo
Teleféricos da Madeira, S.A.	Funchal	250.000	7.111.193	2.025.027	5.086.166	5.014.546	2.473.896	20,00%
EEM & BFS - Energy, S.A.	Funchal	6.000.000	12.600.000	63.984	12.536.016	-	(16.777)	40,00%

No decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 não se verificaram transacções relativas à aquisição e/ou alienação de partes de capital nas empresas acima referidas.



6 Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Valor Bruto:				
Terrenos e recursos naturais	6.422.029	6.422.029	6.422.029	6.422.029
Edifícios e outras construções	195.828.245	193.978.329	192.617.251	190.768.077
Equipamento básico	571.484.066	524.688.300	544.363.912	497.595.788
Equipamento de transporte	209.215	226.374	165.102	182.261
Equipamento administrativo	7.434.039	6.962.155	7.292.116	6.822.121
Outros activos fixos tangíveis	2.853.122	2.712.755	2.853.122	2.712.755
Património artístico	63.295	68.390	-	-
Activos fixos tangíveis em curso	15.538.207	20.980.557	15.505.442	20.980.557
	<u>799.832.218</u>	<u>756.038.889</u>	<u>769.218.974</u>	<u>725.483.588</u>
Depreciações acumuladas e imparidade:				
Depreciação do período	(26.879.442)	(25.073.157)	(25.335.422)	(23.873.826)
Depreciação acumulada de períodos anteriores	(364.526.542)	(340.010.354)	(359.786.134)	(336.469.277)
	<u>(391.405.984)</u>	<u>(365.083.511)</u>	<u>(385.121.556)</u>	<u>(360.343.103)</u>
Valor líquido contabilístico	<u>408.426.234</u>	<u>390.955.378</u>	<u>384.097.418</u>	<u>365.140.485</u>

Os movimentos na rubrica de Activos fixos tangíveis para o Grupo, durante o ano de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	6.422.029	-	-	-	-	6.422.029
Edifícios e outras construções	193.978.329	13.950	-	-	1.835.966	195.828.245
Equipamento básico	524.688.300	14.361.046	-	(556.868)	32.991.588	571.484.066
Equipamento de transporte	226.374	-	-	(17.159)	-	209.215
Equipamento administrativo	6.962.155	229.796	-	-	242.088	7.434.039
Outros activos fixos tangíveis	2.712.755	89.572	-	-	50.795	2.853.122
Património artístico	68.390	5.650	-	(10.745)	-	63.295
Activos fixos tangíveis em curso	20.980.557	30.597.146	-	-	(36.039.496)	15.538.207
	<u>756.038.889</u>	<u>45.297.160</u>	<u>-</u>	<u>(584.772)</u>	<u>(919.059)</u>	<u>799.832.218</u>
Depreciações acumuladas e imparidade:						
Edifícios e outras construções	(73.827.545)	(5.200.866)	-	-	-	(79.028.411)
Equipamento básico	(282.801.932)	(21.154.087)	-	539.810	-	(303.416.209)
Equipamento de transporte	(177.081)	(23.021)	-	17.159	-	(182.943)
Equipamento administrativo	(6.300.383)	(370.628)	-	-	-	(6.671.011)
Outros activos fixos tangíveis	(1.976.570)	(130.840)	-	-	-	(2.107.410)
	<u>(365.083.511)</u>	<u>(26.879.442)</u>	<u>-</u>	<u>556.969</u>	<u>-</u>	<u>(391.405.984)</u>
Valor líquido contabilístico	<u>390.955.378</u>					<u>408.426.234</u>

As adições verificadas no período incluem a aquisição de equipamentos para a Central Térmica da Vitória (CTV III), no montante de 19.063.758 Euros, trabalhos de reconstrução de infra-estruturas desenvolvidos no seguimento do temporal de Fevereiro de 2010, no montante de 8.276.572 Euros, e intervenções em linhas de transporte, distribuição de média tensão e redes de baixa tensão no montante de 8.373.583 Euros.

As transferências da rubrica de Activos fixos tangíveis em curso para as restantes rubricas de Activos fixos tangíveis reflectem, sobretudo, a conclusão da construção da Central Térmica da Vitória (CTV III), com a entrada em exploração dos Grupos 18 e 19, no montante de 23.225.077 Euros, e da turbina a vapor, no montante de 5.250.125 Euros.

Os movimentos na rubrica de Activos fixos tangíveis para o Grupo, durante o ano de 2009, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	6.009.176	306.692	-	-	106.161	6.422.029
Edifícios e outras construções	187.651.078	46.863	-	-	6.280.388	193.978.329
Equipamento básico	456.958.586	17.436.799	-	-	50.292.915	524.688.300
Equipamento de transporte	213.374	13.000	-	-	-	226.374
Equipamento administrativo	4.316.230	1.832.899	-	-	813.026	6.962.155
Outros activos fixos tangíveis	2.165.119	62.929	-	-	484.707	2.712.755
Património artístico	65.690	2.700	-	-	-	68.390
Activos fixos tangíveis em curso	41.274.118	37.683.636	-	-	(57.977.197)	20.980.557
	<u>698.653.371</u>	<u>57.385.518</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>756.038.889</u>
Depreciações acumuladas e imparidade:						
Edifícios e outras construções	(68.738.300)	(5.089.245)	-	-	-	(73.827.545)
Equipamento básico	(263.128.388)	(19.673.544)	-	-	-	(282.801.932)
Equipamento de transporte	(154.061)	(23.020)	-	-	-	(177.081)
Equipamento administrativo	(6.143.751)	(156.632)	-	-	-	(6.300.383)
Outros activos fixos tangíveis	(1.845.854)	(130.716)	-	-	-	(1.976.570)
	<u>(340.010.354)</u>	<u>(25.073.157)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(365.083.511)</u>
Valor líquido contabilístico	<u>358.643.017</u>					<u>390.955.378</u>

Os movimentos na rubrica de Activos fixos tangíveis em base individual, durante o ano de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	6.422.029	-	-	-	-	6.422.029
Edifícios e outras construções	190.768.077	13.208	-	-	1.835.966	192.617.251
Equipamento básico	497.595.788	14.333.404	-	(556.868)	32.991.588	544.363.912
Equipamento de transporte	182.261	-	-	(17.159)	-	165.102
Equipamento administrativo	6.822.121	227.907	-	-	242.088	7.292.116
Outros activos fixos tangíveis	2.712.755	89.572	-	-	50.795	2.853.122
Activos fixos tangíveis em curso	20.980.557	30.564.381	-	-	(36.039.496)	15.505.442
	<u>725.483.588</u>	<u>45.228.472</u>	<u>-</u>	<u>(574.027)</u>	<u>(919.059)</u>	<u>769.218.974</u>
Depreciações acumuladas e imparidade:						
Edifícios e outras construções	(72.695.060)	(5.099.591)	-	-	-	(77.794.651)
Equipamento básico	(279.309.698)	(19.737.079)	-	539.810	-	(298.506.967)
Equipamento de transporte	(158.275)	(11.993)	-	17.159	-	(153.109)
Equipamento administrativo	(6.203.466)	(355.920)	-	-	-	(6.559.386)
Outros activos fixos tangíveis	(1.976.604)	(130.839)	-	-	-	(2.107.443)
	<u>(360.343.103)</u>	<u>(25.335.422)</u>	<u>-</u>	<u>556.969</u>	<u>-</u>	<u>(385.121.556)</u>
Valor líquido contabilístico	<u>365.140.485</u>					<u>384.097.418</u>

Os movimentos na rubrica de Activos fixos tangíveis em base individual, durante o ano de 2009, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	6.009.176	306.692	-	-	106.161	6.422.029
Edifícios e outras construções	184.511.689	35.081	-	-	6.221.307	190.768.077
Equipamento básico	451.151.665	16.674.624	-	-	29.769.499	497.595.788
Equipamento de transporte	182.261	-	-	-	-	182.261
Equipamento administrativo	4.196.618	1.812.477	-	-	813.026	6.822.121
Outros activos fixos tangíveis	2.165.119	62.929	-	-	484.707	2.712.755
Activos fixos tangíveis em curso	22.008.017	36.367.240	-	-	(37.394.700)	20.980.557
	<u>670.224.545</u>	<u>55.259.043</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>725.483.588</u>
Depreciações acumuladas e imparidade:						
Edifícios e outras construções	(67.707.024)	(4.988.036)	-	-	-	(72.695.060)
Equipamento básico	(260.700.090)	(18.609.608)	-	-	-	(279.309.698)
Equipamento de transporte	(146.282)	(11.993)	-	-	-	(158.275)
Equipamento administrativo	(6.058.955)	(144.511)	-	-	-	(6.203.466)
Outros activos fixos tangíveis	(1.856.926)	(119.678)	-	-	-	(1.976.604)
	<u>(336.469.277)</u>	<u>(23.873.826)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(360.343.103)</u>
Valor líquido contabilístico	<u>333.755.268</u>					<u>365.140.485</u>

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foram capitalizados na rubrica de Activos fixos tangíveis os seguintes montantes:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Trabalhos para a própria entidade:				
Activos fixos tangíveis				
Materiais	4.546.327	5.590.787	4.546.327	5.590.787
Fornecimentos e serviços externos	5.619.579	7.110.115	5.619.579	7.110.115
Pessoal	3.240.135	3.589.500	3.240.135	3.589.500
Outros	45.140	84.697	45.140	84.697
	<u>13.451.181</u>	<u>16.375.099</u>	<u>13.451.181</u>	<u>16.375.099</u>
Activos fixos tangíveis em curso				
Materiais	1.003.753	808.387	1.003.753	808.387
Fornecimentos e serviços externos	2.689.076	2.727.495	2.689.076	2.727.495
Pessoal	1.771.979	1.194.045	1.771.979	1.194.045
Outros	36.237	84.905	36.237	84.905
	<u>5.501.045</u>	<u>4.814.832</u>	<u>5.501.045</u>	<u>4.814.832</u>
	<u>18.952.226</u>	<u>21.189.931</u>	<u>18.952.226</u>	<u>21.189.931</u>

No decorrer do exercício de 2010, o valor dos gastos incorridos com estes activos ascendeu a 18.952.226 Euros (2009: 21.189.931 Euros), estando o correspondente rendimento registado na rubrica Trabalhos para a própria entidade da demonstração dos resultados.

Durante o período foram capitalizados nesta rubrica e registados em gastos dispêndios de carácter ambiental nos montantes 1.680.182 Euros e 1.007.294 Euros, respectivamente.

Durante o período foram capitalizados nesta rubrica custos de empréstimos obtidos no montante de 1.081.055 Euros, tendo sido utilizada a taxa de capitalização de 4,04% para determinar esses custos (ver Nota 39).

7 Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Valor Bruto:				
Software	16.962.699	14.832.648	16.946.072	14.822.411
Licenças de emissão de CO2	6.560.851	7.128.641	6.560.851	7.128.641
Propriedade industrial e outros direitos	146.538	117.408	146.538	117.408
	<u>23.670.088</u>	<u>22.078.697</u>	<u>23.653.461</u>	<u>22.068.460</u>
Amortizações acumuladas e imparidade:				
Amortização do período	(7.173.232)	(8.214.962)	(7.171.526)	(8.213.256)
Amortização acumulada de períodos anteriores	(7.839.293)	(5.523.958)	(7.835.881)	(5.522.252)
	<u>(15.012.525)</u>	<u>(13.738.920)</u>	<u>(15.007.407)</u>	<u>(13.735.508)</u>
Valor líquido contabilístico	<u>8.657.563</u>	<u>8.339.777</u>	<u>8.646.055</u>	<u>8.332.952</u>

Os movimentos nesta rubrica para o Grupo, durante o ano de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Valor bruto:						
Software	14.832.648	1.240.122	-	-	889.929	16.962.699
Licenças de emissão de CO2	7.128.641	7.408.285	-	(7.976.075)	-	6.560.851
Propriedade industrial e outros direitos	117.408	-	-	-	29.130	146.538
	<u>22.078.697</u>	<u>8.648.407</u>	<u>-</u>	<u>(7.976.075)</u>	<u>919.059</u>	<u>23.670.088</u>
Amortizações acumuladas e imparidade:						
Software	(7.832.580)	(2.494.794)	-	-	-	(10.327.374)
Licenças de emissão de CO2	(5.899.627)	(4.671.968)	-	5.899.627	-	(4.671.968)
Propriedade industrial e outros direitos	(13.738.920)	(7.173.232)	-	5.899.627	-	(15.012.525)
	<u>(13.738.920)</u>	<u>(7.173.232)</u>	<u>-</u>	<u>5.899.627</u>	<u>-</u>	<u>(15.012.525)</u>
Valor líquido contabilístico	<u>8.339.777</u>					<u>8.657.563</u>

As adições à rubrica de Software referem-se, essencialmente, ao cadastro e caracterização da rede eléctrica no sistema de gestão integrada da rede eléctrica da Região Autónoma da Madeira (SIT), bem como ao investimento efectuado no âmbito do desenvolvimento dos sistemas informáticos da EEM para efeitos da aplicação do novo normativo contabilístico SNC.

A EEM procedeu ao registo na rubrica Licenças de emissão de CO2, com referência a 1 de Janeiro de 2010, de um montante de 7.408.285 Euros relativo às licenças de emissão de CO2 atribuídas a título gratuito em 2010 por parte do Instituto do Ambiente (577.419 toneladas de Emission Unit Allowance: EUA).

A redução verificada na rubrica Licenças de emissão de CO2 inclui 5.899.627 Euros relativos à entrega das licenças correspondentes às emissões de CO2 verificadas em 2009 (402.980 toneladas de EUA), conforme referido na Nota 42.

Adicionalmente, no decorrer deste exercício, a EEM efectuou diversas operações no âmbito das quais procedeu à venda de 150.000 toneladas de EUA pelo montante de 2.037.270 Euros (líquido de comissões), tendo gerado um impacto em resultados no mesmo montante, por via de reconhecimento de uma menos valia na venda das EUA (39.178 Euros incluindo comissões de 15.000 Euros: ver Nota 42) e do subsídio associado às EUA atribuídas a título gratuito que foram alienadas (2.076.448 Euros: ver Nota 37). Por via do mecanismo de regulação, o impacto total em resultados decorrente das transacções com licenças de emissão de CO2 ascende a 21.636 Euros (incluindo o efeito em resultados da compensação tarifária de 2010).



A depreciação registada na rubrica Licenças de emissão de CO₂, no montante de 4.671.968 Euros (2009: 5.899.627 Euros), corresponde aos consumos de CO₂ efectuados pela EEM no âmbito do desenvolvimento da sua actividade operacional, conforme referido na Nota 3.2 o).

Os movimentos nesta rubrica para o Grupo, durante o ano de 2009, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Valor bruto:						
Software	12.983.042	1.849.606	-	-	-	14.832.648
Licenças de emissão de CO ₂	9.604.717	8.453.414	-	(10.929.490)	-	7.128.641
Propriedade industrial e outros direitos	58.597	58.811	-	-	-	117.408
	<u>22.646.356</u>	<u>10.361.831</u>	<u>-</u>	<u>(10.929.490)</u>	<u>-</u>	<u>22.078.697</u>
Amortizações acumuladas e imparidade:						
Software	(5.520.803)	(2.311.777)	-	-	-	(7.832.580)
Licenças de emissão de CO ₂	(8.910.725)	(5.899.627)	-	8.910.725	-	(5.899.627)
Propriedade industrial e outros direitos	(3.155)	(3.558)	-	-	-	(6.713)
	<u>(14.434.683)</u>	<u>(8.214.962)</u>	<u>-</u>	<u>8.910.725</u>	<u>-</u>	<u>(13.738.920)</u>
Valor líquido contabilístico	<u>8.211.673</u>					<u>8.339.777</u>

Os movimentos nesta rubrica em base individual, durante o ano de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Valor bruto:						
Software	14.822.411	1.233.733	-	-	889.929	16.946.073
Licenças de emissão de CO ₂	7.128.641	7.408.285	-	(7.976.075)	-	6.560.851
Propriedade industrial e outros direitos	117.408	-	-	-	29.130	146.538
	<u>22.068.460</u>	<u>8.642.018</u>	<u>-</u>	<u>(7.976.075)</u>	<u>919.059</u>	<u>23.653.462</u>
Amortizações acumuladas e imparidade:						
Software	(7.829.168)	(2.493.088)	-	-	-	(10.322.256)
Licenças de emissão de CO ₂	(5.899.627)	(4.671.968)	-	5.899.627	-	(4.671.968)
Propriedade industrial e outros direitos	(6.713)	(6.470)	-	-	-	(13.183)
	<u>(13.735.508)</u>	<u>(7.171.526)</u>	<u>-</u>	<u>5.899.627</u>	<u>-</u>	<u>(15.007.407)</u>
Valor líquido contabilístico	<u>8.332.952</u>					<u>8.646.055</u>

Os movimentos nesta rubrica em base individual, durante o ano de 2009, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Valor bruto:						
Software	12.248.116	2.574.295	-	-	-	14.822.411
Licenças de emissão de CO2	9.604.717	8.453.414	-	(10.929.490)	-	7.128.641
Propriedade industrial e outros direitos	58.597	58.811	-	-	-	117.408
	<u>21.911.430</u>	<u>11.086.520</u>	<u>-</u>	<u>(10.929.490)</u>	<u>-</u>	<u>22.068.460</u>
Amortizações acumuladas e imparidade:						
Software	(5.519.097)	(2.310.071)	-	-	-	(7.829.168)
Licenças de emissão de CO2	(8.910.725)	(5.899.627)	-	8.910.725	-	(5.899.627)
Propriedade industrial e outros direitos	(3.155)	(3.558)	-	-	-	(6.713)
	<u>(14.432.977)</u>	<u>(8.213.256)</u>	<u>-</u>	<u>8.910.725</u>	<u>-</u>	<u>(13.735.508)</u>
Valor líquido contabilístico	<u>7.478.453</u>					<u>8.332.952</u>

No decorrer do exercício de 2010, o valor dos gastos incorridos com estes activos intangíveis ascendeu a 463.511 Euros (2009: 358.434 Euros), estando o correspondente rendimento registado na rubrica Trabalhos para a própria entidade da demonstração dos resultados.

8 Participações financeiras – Método de equivalência patrimonial

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Empresas subsidiárias	-	-	3.021.019	2.379.812
Empresas associadas	9.993.240	9.694.995	9.993.240	9.694.995
	<u>9.993.240</u>	<u>9.694.995</u>	<u>13.014.259</u>	<u>12.074.807</u>

O detalhe desta rubrica, em base individual, é analisado como segue:

	Dez 2010			Dez 2009		
	Valor bruto Euros	Imparidade Euros	Valor líquido Euros	Valor bruto Euros	Imparidade Euros	Valor líquido Euros
Subsidiárias:						
Museu - Casa da Luz	2.352.007	(2.352.007)	-	2.397.955	(2.397.955)	-
Enereem	2.555.525	-	2.555.525	1.867.833	-	1.867.833
Emacom	465.494	-	465.494	511.979	-	511.979
	<u>5.373.026</u>	<u>(2.352.007)</u>	<u>3.021.019</u>	<u>4.777.767</u>	<u>(2.397.955)</u>	<u>2.379.812</u>
Associadas:						
Teleféricos da Madeira	1.017.233	-	1.017.233	694.995	-	694.995
EEM & BFS	8.976.007	-	8.976.007	9.000.000	-	9.000.000
	<u>9.993.240</u>	<u>-</u>	<u>9.993.240</u>	<u>9.694.995</u>	<u>-</u>	<u>9.694.995</u>
	<u>15.366.266</u>	<u>(2.352.007)</u>	<u>13.014.259</u>	<u>14.472.762</u>	<u>(2.397.955)</u>	<u>12.074.807</u>

Conforme referido na política contabilística 3.2 a) e de acordo com o disposto na NCRF 13, em base individual, as participações financeiras em subsidiárias e associadas em que a EEM exerce, respectivamente, controlo ou influência significativa, são registadas pelo método de equivalência patrimonial. No entanto, em base consolidada, os investimentos em subsidiárias são consolidados pelo método integral.

O movimento das participações financeiras no exercício de 2010, em base individual, é analisado como segue:

	Saldo inicial Euros	Adições / Aumentos Euros	Alienações / Reduções Euros	Método de equivalência patrimonial Euros	Outras variações Euros	Saldo final Euros
Valor bruto:						
Museu - Casa da Luz	2.397.955	-	-	3.739	(49.687)	2.352.007
Enereem	1.867.833	-	-	804.092	(116.400)	2.555.525
Emacom	511.979	-	-	(46.485)	-	465.494
Teleféricos da Madeira	694.995	-	-	322.238	-	1.017.233
EEM & BFS	9.000.000	-	-	(23.993)	-	8.976.007
	<u>14.472.762</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.059.591</u>	<u>(166.087)</u>	<u>15.366.266</u>
Imparidade:						
Museu - Casa da Luz	(2.397.955)	-	45.948	-	-	(2.352.007)
	<u>(2.397.955)</u>	<u>-</u>	<u>45.948</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.352.007)</u>
	<u>12.074.807</u>					<u>13.014.259</u>

Na coluna Método de equivalência patrimonial encontram-se apresentados os efeitos da aplicação deste método de consolidação, sendo esta variação do investimento resultado da apropriação do resultado do período das empresas subsidiárias e associadas, no montante de 1.526.621 Euros, e de variações negativas dos capitais próprios destas subsidiárias e associadas, no montante de 467.030 Euros.

A rubrica Outras variações resulta do reembolso dos suprimentos considerados como instrumentos de capital próprio no âmbito das NCRF.

A informação financeira resumida referente às empresas subsidiárias e associadas é apresentada na Nota 5.

O movimento das participações financeiras no exercício de 2009, em base individual, é analisado como segue:

	Saldo inicial Euros	Adições / Aumentos Euros	Alienações / Reduções Euros	Método de equivalência patrimonial Euros	Outras variações Euros	Saldo final Euros
Valor bruto:						
Museu - Casa da Luz	2.154.711	-	-	346.633	(103.389)	2.397.955
Enereem	1.455.620	-	-	276.589	135.625	1.867.834
Emacom	1.110.354	-	-	(598.375)	-	511.979
Teleféricos da Madeira	706.897	-	-	(11.903)	-	694.994
EEM & BFS	4.612.500	4.387.500	-	-	-	9.000.000
	<u>10.040.082</u>	<u>4.387.500</u>	<u>-</u>	<u>12.944</u>	<u>32.236</u>	<u>14.472.762</u>
Imparidade:						
Museu - Casa da Luz	(2.107.569)	(290.386)	-	-	-	(2.397.955)
	<u>(2.107.569)</u>	<u>(290.386)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.397.955)</u>
	<u>7.932.513</u>					<u>12.074.807</u>

Na coluna Método de equivalência patrimonial encontram-se apresentados os efeitos de aplicação deste método de consolidação, sendo esta variação do investimento resultado da apropriação do resultado do período das empresas subsidiárias e associadas, no montante de 837.638 Euros, e de variações negativas dos capitais próprios destas subsidiárias e associadas, no montante de 824.694 Euros.

A rubrica Outras variações resulta do reembolso dos suprimentos considerados como instrumentos de capital próprio no âmbito das NCRF.

9 Participações financeiras – Outros métodos

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Método	Dez 2010			Dez 2009		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
		Euros	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros
Banif - SGPS, S.A.	Justo valor	6.694.393	-	6.694.393	8.445.834	-	8.445.834
Luso Carbon Fund	Justo valor	964.805	-	964.805	981.624	-	981.624
Horários do Funchal, S.A.	Custo aquisição	611.027	(611.027)	-	611.027	(611.027)	-
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	Custo aquisição	50.000	-	50.000	50.000	-	50.000
Madibel Indústrias de Alimentos e Bebidas, S.A.	Custo aquisição	20.141	(20.141)	-	20.141	(20.141)	-
Comboio do Monte, S.A.	Custo aquisição	16.000	-	16.000	16.000	-	16.000
Centro de Empresas e Inovação da Madeira, Lda.	Custo aquisição	3.990	-	3.990	3.990	-	3.990
		8.360.356	(631.168)	7.729.188	10.128.616	(631.168)	9.497.448

O movimento das participações financeiras, durante o ano 2010, é analisado como segue:

	Saldo inicial Euros	Adições Euros	Alienações Euros	Variação justo valor Euros	Imparidade Euros	Saldo final Euros
Banif - SGPS, S.A.	8.445.834	973.022	-	(2.724.462)	-	6.694.394
Luso Carbon Fund	981.624	-	-	(16.820)	-	964.804
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	50.000	-	-	-	-	50.000
Comboio do Monte, S.A.	16.000	-	-	-	-	16.000
Centro de Empresas e Inovação da Madeira, Lda.	3.990	-	-	-	-	3.990
	<u>9.497.448</u>	<u>973.022</u>	<u>-</u>	<u>(2.741.282)</u>	<u>-</u>	<u>7.729.188</u>

No decorrer do exercício de 2010, o Grupo EEM procedeu à subscrição de 973.022 acções do Banif – SGPS, S.A., pelo preço de 1 Euro por acção, num investimento total de 973.022 Euros. Esta aquisição insere-se no âmbito do aumento de capital realizado pelo Banif – SGPS, S.A. através de uma Oferta Pública de Subscrição reservada aos seus accionistas, no montante de 80.000.000 Euros. Com referência a 31 de Dezembro de 2010, o investimento financeiro detido no Banif – SGPS, S.A. desvalorizou 2.724.462 Euros, tendo esta desvalorização sido registada por contrapartida de Reduções de justo valor (ver Nota 36).

O movimento das participações financeiras, durante o ano 2009, é analisado como segue:

	Saldo inicial Euros	Adições Euros	Alienações Euros	Variação justo valor Euros	Imparidade Euros	Saldo final Euros
Banif - SGPS, S.A.	6.130.042	1.135.192	-	1.180.600	-	8.445.834
Luso Carbon Fund	1.039.203	-	-	(57.579)	-	981.624
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	50.000	-	-	-	-	50.000
Comboio do Monte, S.A.	16.000	-	-	-	-	16.000
Centro de Empresas e Inovação da Madeira, Lda.	3.990	-	-	-	-	3.990
	<u>7.239.235</u>	<u>1.135.192</u>	<u>-</u>	<u>1.123.021</u>	<u>-</u>	<u>9.497.448</u>



Em 14 de Outubro de 2009, o Banif – SGPS, S.A. realizou um aumento de capital reservado a accionistas no montante de 140.000.000 Euros através da emissão de 140 milhões de novas acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal de 1 Euro cada. No âmbito deste aumento de capital, a EEM procedeu à aquisição de 1.135.192 acções ao preço unitário de 1 Euro. Com referência a 31 de Dezembro de 2009, o investimento financeiro detido no Banif – SGPS, S.A. valorizou 1.180.600 Euros, tendo esta valorização de justo valor sido registada por contrapartida de Aumentos de justo valor (ver Nota 36).

10 Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Valor bruto:				
Activo não corrente:				
Entidades oficiais com protocolo	35.874.045	37.906.727	35.874.045	37.906.727
	<u>35.874.045</u>	<u>37.906.727</u>	<u>35.874.045</u>	<u>37.906.727</u>
Activo corrente:				
Entidades oficiais com protocolo	3.840.090	3.580.306	3.840.090	3.580.306
Entidades oficiais sem protocolo	66.566.233	62.415.240	66.564.569	62.415.240
Clientes particulares	30.932.381	25.909.686	30.839.770	25.829.224
Outros clientes e devedores	512.002	990.320	518.288	990.572
	<u>101.850.706</u>	<u>92.895.552</u>	<u>101.762.717</u>	<u>92.815.342</u>
	<u>137.724.751</u>	<u>130.802.279</u>	<u>137.636.762</u>	<u>130.722.069</u>
Imparidade:				
Activo não corrente	(8.033.046)	(8.708.685)	(8.033.046)	(8.708.685)
Activo corrente	(26.373.959)	(24.110.831)	(26.371.293)	(24.108.165)
	<u>(34.407.005)</u>	<u>(32.819.516)</u>	<u>(34.404.339)</u>	<u>(32.816.850)</u>
Valor líquido:	<u>103.317.746</u>	<u>97.982.763</u>	<u>103.232.423</u>	<u>97.905.219</u>

A rubrica Entidades oficiais com protocolo, no montante de 39.714.135 Euros (2009: 41.487.033 Euros), corresponde a um conjunto de protocolos celebrados com algumas entidades oficiais regionais com vista ao recebimento dos valores devidos por essas entidades num período que varia entre os 10 e os 30 anos, sem juros e com planos de reembolso mensais. Ao abrigo dos referidos protocolos, a EEM recebeu em 2010 o montante de 2.171.985 Euros (2009: 2.484.431 Euros).

A rubrica Entidades oficiais sem protocolo, no montante de 66.566.233 Euros (2009: 62.415.240 Euros), corresponde a valores facturados a entidades oficiais regionais até 31 de Dezembro de 2010 relativos ao fornecimento de energia eléctrica e outros serviços prestados em dívida à data e que não se encontram abrangidos por protocolos para o seu recebimento. Deste montante, 29.427.735 Euros (2009: 28.944.438 Euros) referem-se a facturação de iluminação pública.

Em 2010 os movimentos nas perdas por imparidade, para o Grupo, são analisados como segue:

	I de Janeiro Euros	Perdas Euros	Reversões Euros	31 de Dezembro Euros
Perdas por imparidade:				
Activo não corrente:				
Entidades oficiais com protocolo	(8.708.685)	-	675.639	(8.033.046)
	(8.708.685)	-	675.639	(8.033.046)
Activo corrente:				
Entidades oficiais com protocolo	(71.927)	(1.995)	-	(73.922)
Entidades oficiais sem protocolo	(14.899.542)	(670.090)	-	(15.569.632)
Cientes particulares	(9.139.362)	(1.591.043)	-	(10.730.405)
	(24.110.831)	(2.263.128)	-	(26.373.959)
	(32.819.516)	(2.263.128)	675.639	(34.407.005)

Em 2009 os movimentos nas perdas por imparidade, para o Grupo, são analisados como segue:

	I de Janeiro Euros	Perdas Euros	Reversões Euros	31 de Dezembro Euros
Perdas por imparidade:				
Activo não corrente:				
Entidades oficiais com protocolo	(9.140.718)	-	432.033	(8.708.685)
	(9.140.718)	-	432.033	(8.708.685)
Activo corrente:				
Entidades oficiais com protocolo	(70.271)	(1.656)	-	(71.927)
Entidades oficiais sem protocolo	(14.446.637)	(452.905)	-	(14.899.542)
Cientes particulares	(8.014.823)	(1.124.539)	-	(9.139.362)
	(22.531.731)	(1.579.100)	-	(24.110.831)
	(31.672.449)	(1.579.100)	432.033	(32.819.516)

II Outras contas a receber

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Valor bruto:				
Activo não corrente:				
Compensação tarifária	18.380.509	2.076.207	18.380.509	2.076.207
Convergência tarifária	8.545.828	12.767.168	8.545.828	12.767.168
	26.926.337	14.843.375	26.926.337	14.843.375
Activo corrente:				
Compensação tarifária	43.596.671	49.717.485	43.596.671	49.717.485
Convergência tarifária	9.575.377	5.319.654	9.575.377	5.319.654
REN	5.843.259	1.964.941	5.843.259	1.964.941
Energia a facturar	7.984.494	8.569.803	7.985.899	8.571.292
Outros	3.064.283	3.018.139	3.063.062	3.020.962
	70.064.084	68.590.022	70.064.268	68.594.334
	96.990.421	83.433.397	96.990.605	83.437.709
Imparidade:				
Activo não corrente	(584.358)	(1.072.076)	(584.358)	(1.072.076)
Activo corrente	(88.056)	(88.056)	(88.056)	(88.056)
	(672.414)	(1.160.132)	(672.414)	(1.160.132)
Valor líquido:	96.318.007	82.273.265	96.318.191	82.277.577



A rubrica Compensação tarifária, no montante de 61.977.180 Euros (2009: 51.793.692 Euros), corresponde à diferença entre os valores efectivamente facturados pela EEM (baseados nas tarifas publicadas pela ERSE em Dezembro do ano anterior) e os proveitos calculados com base em valores reais. A compensação tarifária detalha-se como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Activo				
Compensação tarifária de 2006	6.027.640	6.027.640	6.027.640	6.027.640
Compensação tarifária de 2007	30.601.468	6.428.282	30.601.468	6.428.282
Compensação tarifária de 2008	6.967.563	37.261.563	6.967.563	37.261.563
Compensação tarifária de 2009	-	2.076.207	-	2.076.207
Compensação tarifária de 2010	18.380.509	-	18.380.509	-
	<u>61.977.180</u>	<u>51.793.692</u>	<u>61.977.180</u>	<u>51.793.692</u>
Passivo (ver Nota 28)				
Compensação tarifária de 2009	(22.178.622)	-	(22.178.622)	-
	<u>(22.178.622)</u>	<u>-</u>	<u>(22.178.622)</u>	<u>-</u>
	<u>39.798.558</u>	<u>51.793.692</u>	<u>39.798.558</u>	<u>51.793.692</u>

A rubrica Convergência tarifária, no montante de 18.121.205 Euros (2009: 18.086.822 Euros), corresponde à diferença entre os valores registados na conta de exploração nos exercícios de 1998 a 2002 e os efectivamente recebidos ao abrigo do contrato assinado entre a EEM, o Governo da Região Autónoma da Madeira e o Governo da República, o qual prevê o pagamento do valor em dívida em 40 prestações trimestrais. Ao abrigo deste contrato, a EEM recebeu do Governo da República, em exercícios anteriores, o montante de 26.713.636 Euros (incluindo capital e juros de mora) acrescido de IVA à taxa de 4%. O valor recebido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 inclui juros de mora no montante de 2.091.040 Euros.

A rubrica REN, no montante de 5.843.259 Euros (2009: 1.964.641 Euros), corresponde ao valor da convergência tarifária do mês de Dezembro de 2010, transferido mensalmente para a EEM.

Em 2010, os movimentos nas perdas por imparidade, para o Grupo, são analisados como segue:

	1 de Janeiro Euros	Perdas Euros	Reversões Euros	31 de Dezembro Euros
Perdas por imparidade:				
Activo não corrente:				
Convergência tarifária	(1.072.076)	-	487.718	(584.358)
	<u>(1.072.076)</u>	<u>-</u>	<u>487.718</u>	<u>(584.358)</u>
Activo corrente:				
Convergência tarifária	(88.056)	-	-	(88.056)
	<u>(88.056)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(88.056)</u>
	<u>(1.160.132)</u>	<u>-</u>	<u>487.718</u>	<u>(672.414)</u>

As perdas por imparidade relativas à convergência tarifária resultam da determinação do valor actual do plano de pagamentos acima referido, o qual prevê o pagamento do valor em dívida em 40 prestações trimestrais sem juros. A reversão verificada no período corresponde ao unwinding do valor a receber por via deste plano.

Em 2009, os movimentos nas perdas por imparidade, para o Grupo, são analisados como segue:

	1 de Janeiro Euros	Perdas Euros	Reversões Euros	31 de Dezembro Euros
Perdas por imparidade:				
Activo não corrente:				
Convergência tarifária	(1.684.657)	-	612.581	(1.072.076)
	(1.684.657)	-	612.581	(1.072.076)
Activo corrente:				
Convergência tarifária	(88.056)	-	-	(88.056)
	(88.056)	-	-	(88.056)
	(1.772.713)	-	612.581	(1.160.132)

12 Activos e passivos por impostos diferidos

A EEM regista nas suas demonstrações financeiras consolidadas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, o qual é analisado como segue:

	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Ajustamento de transição	584.570	730.712	-	-
Prejuízos fiscais	-	15.975	-	-
Provisões não aceites fiscalmente	11.858.128	11.967.945	-	-
Amortizações sem consequência fiscal	-	-	183.364	183.764
Reavaliações contabilísticas	-	-	932.063	1.009.497
Subsídios não reembolsáveis	-	-	6.489.654	7.297.415
	12.442.698	12.714.632	7.605.081	8.490.676

A EEM regista nas suas demonstrações financeiras individuais o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, o qual é analisado como segue:

	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Ajustamento de transição	584.570	730.712	-	-
Provisões não aceites fiscalmente	11.858.128	11.967.945	-	-
Investimentos financeiros	470.402	479.591	-	-
Amortizações sem consequência fiscal	-	-	9.105	-
Reavaliações contabilísticas	-	-	932.063	1.009.497
Subsídios não reembolsáveis	-	-	6.460.733	7.263.886
	12.913.100	13.178.248	7.401.901	8.273.383



Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos para o Grupo e em base individual, nos exercícios de 2010 e 2009, são os seguintes:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	4.223.956	2.980.224	4.904.865	3.522.842
Dotação a resultados	694.153	1.243.732	686.826	1.382.023
Dotação a reservas	(80.492)	-	(80.492)	-
Saldo em 31 de Dezembro	4.837.617	4.223.956	5.511.199	4.904.865

I3 Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Activo:				
Imposto sobre o rendimento	1.032.335	60.580	1.199.218	-
IVA a recuperar	377.206	1.279.666	454.705	1.276.608
Outros impostos	5	-	-	-
	1.409.546	1.340.246	1.653.923	1.276.608
Passivo:				
Imposto sobre o rendimento	-	657.218	-	657.161
Retenções de imposto sobre o rendimento	433.543	302.727	425.450	298.153
IVA a pagar	-	56.799	-	-
Outros impostos	44.484	32.747	44.499	32.747
Contribuições para a Segurança Social	698.603	615.184	696.124	613.039
Tributos das autarquias locais	18.117	18.918	18.117	18.918
	1.194.747	1.683.593	1.184.190	1.620.018

I4 Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Valor bruto:				
Mercadorias	10.167.545	11.741.444	10.126.873	11.634.794
Matérias-primas e subsidiárias	6.538.518	2.647.686	6.538.517	2.647.686
	16.706.063	14.389.130	16.665.390	14.282.480
Imparidade:				
Imparidade por depreciação de existências	(257.226)	(322.423)	(255.173)	(255.173)
	(257.226)	(322.423)	(255.173)	(255.173)
	16.448.837	14.066.707	16.410.217	14.027.307

A rubrica Mercadorias inclui valores relativos a cabos eléctricos, material a ser incorporado nas redes de transporte e distribuição e peças de reserva para as centrais térmicas.

O movimento das imparidades dos inventários no exercício de 2010, para o Grupo, é analisado como segue:

	I de Janeiro Euros	Aumentos Euros	Reduções Euros	31 de Dezembro Euros
Perdas por imparidade:				
Mercadorias	(248.521)	-	65.197	(183.324)
Matérias-primas e subsidiárias	(73.902)	-	-	(73.902)
	<u>(322.423)</u>	<u>-</u>	<u>65.197</u>	<u>(257.226)</u>

15 Accionistas/sócios

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Activo corrente:				
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira EEM & BFS	1.053.390	1.009.497	1.053.390	1.009.497
	59.984	25.428	59.984	25.428
	<u>1.113.374</u>	<u>1.034.925</u>	<u>1.113.374</u>	<u>1.034.925</u>
Passivo corrente:				
Emacom	-	-	(400.000)	-
	-	-	(400.000)	-
	<u>1.113.374</u>	<u>1.034.925</u>	<u>713.374</u>	<u>1.034.925</u>

16 Diferimentos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Activo:				
Gastos a reconhecer:				
Seguros	166.966	142.881	120.539	142.805
Outros gastos a reconhecer	107.730	107.730	630	630
	<u>274.696</u>	<u>250.611</u>	<u>121.169</u>	<u>143.435</u>
Passivo:				
Rendimentos a reconhecer:				
Prestação de serviços	550.000	-	-	-
	<u>550.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, para o Grupo, os gastos a reconhecer correspondem, essencialmente, aos valores pagos relativos ao seguro multirrisco dos centros produtores e ao contrato celebrado com a Vestas Portugal para a garantia e manutenção dos parques eólicos da Enereem até Abril de 2011.

Em 2010, para o Grupo, os rendimentos a reconhecer correspondem aos valores recebidos pela Emacom por via de um contrato de aluguer de circuitos para um período de 5 anos, com maturidade em 2015.

17 Capital realizado

O capital social de 20.000.000 Euros, representado por 4.000.000 acções ordinárias com o valor nominal de 5 Euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado a 31 de Dezembro de 2010, sendo detido na sua totalidade pelo Governo da Região Autónoma da Madeira.

18 Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da EEM, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da EEM. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. Considerando que em exercícios anteriores a EEM já atingiu o limite da reserva legal, nos termos referidos anteriormente, não foi afecto a esta rubrica qualquer montante do resultado líquido do exercício de 2009.

19 Resultados transitados

Em 2010, a variação desta rubrica, para o Grupo, inclui a aplicação do resultado líquido do exercício de 2009 no montante de 5.650.041 Euros. Adicionalmente, esta variação inclui a realização de excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis, no montante de 890.497 Euros, a reclassificação para a rubrica de Ajustamentos em activos financeiros do valor de resultado líquido que a EEM se apropriou relativamente às suas associadas por via da aplicação do método de equivalência patrimonial e não distribuído, no montante de 288.097 Euros, e a reclassificação para Outras variações no capital próprio do imposto diferido associado aos subsídios reconhecidos em capital próprio que foram reclassificados para resultados do exercício em 2010.

20 Ajustamentos em activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Método de equivalência patrimonial:				
Lucros não distribuídos	614.184	326.087	1.959.584	1.383.149
Outras variações	9.378	-	171.156	188.183
	<u>623.562</u>	<u>326.087</u>	<u>2.130.740</u>	<u>1.571.332</u>

21 Excedentes de revalorização

Esta rubrica corresponde às reservas de reavaliação originadas pelas reavaliações que a EEM efectuou em exercícios anteriores ao abrigo dos respectivos diplomas legais sobre os seus Activos fixos tangíveis, no montante de 11.812.572 Euros (2009: 12.703.069 Euros).

22 Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Subsídios	32.448.275	36.487.075	32.303.671	36.319.433
Imposto diferido - Subsídios	(6.489.654)	(7.297.415)	(6.460.733)	(7.263.886)
Doações	63.295	68.390	-	-
	<u>26.021.916</u>	<u>29.258.050</u>	<u>25.842.938</u>	<u>29.055.547</u>

Os movimentos ocorridos na rubrica, para o Grupo e em base individual, para os exercícios de 2010 e 2009, são os seguintes:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Saldo a 1 de Janeiro	29.258.050	32.266.528	29.055.547	32.048.295
Subsídios reconhecidos no exercício	402.461	710.856	402.461	710.856
Imposto diferido dos subsídios reconhecidos no exercício	(80.492)	(142.172)	(80.492)	(142.172)
Subsídios reclassificados por resultados	(4.441.260)	(4.474.828)	(4.418.222)	(4.451.790)
Imposto diferido dos subsídios reclassificados por resultados	888.252	894.966	883.644	890.358
Outras variações	(5.095)	2.700	-	-
Saldo a 31 de Dezembro	<u>26.021.916</u>	<u>29.258.050</u>	<u>25.842.938</u>	<u>29.055.547</u>

23 Interesses minoritários

A rubrica Interesses minoritários corresponde ao investimento detido pela Aream – Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira na Enereem.

A participação de 92,5%, detida directa e indirectamente pela EEM, foi consolidada pelo método integral, dando origem aos interesses minoritários correspondentes a 7,5% dos capitais próprios e dos resultados da Enereem, no montante de 222.058 Euros (2009: 151.110 Euros).

24 Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Taxa municipal de ocupação 2006	6.027.640	6.027.640	6.027.640	6.027.640
Outros riscos e encargos	4.676.667	3.134.667	4.676.667	3.134.667
	<u>10.704.307</u>	<u>9.162.307</u>	<u>10.704.307</u>	<u>9.162.307</u>

No decorrer exercício de 2007, foi constituída uma provisão por contrapartida de resultados transitados no montante de 6.027.640 Euros, considerando os riscos de recuperabilidade do montante pago pela EEM pela ocupação do domínio público municipal relativo a 2006, conforme referido na Nota 28.

Adicionalmente, no decurso do exercício de 2010, a EEM contabilizou uma provisão para outros riscos e encargos no montante de 4.600.000 Euros para outras contingências decorrentes da sua actividade.

Nos termos dos parâmetros da regulação das actividades de distribuição e comercialização de energia eléctrica definidos pela ERSE e aplicáveis ao actual período regulatório (2009-2011), e considerando os pressupostos adoptados na determinação das tarifas para 2010, a EEM constituiu, com referência a 31 de Dezembro de 2009, uma provisão no montante de 3.058.000 Euros tendo por base a expectativa relativamente à existência de perdas em 2010 nesse montante nas referidas actividades reguladas. Esta provisão foi determinada com base em estimativas definidas pela EEM, nomeadamente os consumos previstos em 2010 e a manutenção dos actuais parâmetros de regulação. Considerando que esta perda já se encontra reflectida nos resultados das actividades

reguladas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a EEM procedeu à reversão desta provisão.

Em 2010, o movimento na rubrica de Provisões para o Grupo é analisado como segue:

	I Janeiro Euros	Adições Euros	Utilizações Euros	Reversões Euros	Unwinding Euros	31 Dezembro Euros
Taxa municipal de ocupação 2006	6.027.640	-	-	-	-	6.027.640
Outros riscos e encargos	3.134.667	4.600.000	-	(3.058.000)	-	4.676.667
	9.162.307	4.600.000	-	(3.058.000)	-	10.704.307

Em 2009, o movimento na rubrica de Provisões para o Grupo é analisado como segue:

	I Janeiro Euros	Adições Euros	Utilizações Euros	Reversões Euros	Unwinding Euros	31 Dezembro Euros
Taxa municipal de ocupação 2006	6.027.640	-	-	-	-	6.027.640
Outros riscos e encargos	76.667	3.058.000	-	-	-	3.134.667
	6.104.307	3.058.000	-	-	-	9.162.307

25 Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Passivo não corrente:				
Financiamento estrangeiro	308.286.327	286.222.459	308.286.327	286.222.459
Outros empréstimos	51.180.309	27.561.566	31.183.558	7.156.707
	359.466.636	313.784.025	339.469.885	293.379.166
Passivo corrente:				
Contas correntes caucionadas	21.593.337	49.029.618	21.593.337	49.029.618
Financiamento estrangeiro	4.835.215	4.754.189	4.835.215	4.754.189
Outros empréstimos	6.978.665	11.926.133	6.537.927	11.500.710
	33.407.217	65.709.940	32.966.479	65.284.517
	392.873.853	379.493.965	372.436.364	358.663.683

Em 28 de Maio de 2010, a EEM contratou uma linha de crédito junto do BEI (Banco Europeu de Investimento) no montante de 75.000.000 Euros com o objectivo de melhorar as infra-estruturas de produção, transmissão e distribuição de electricidade na Região Autónoma da Madeira. Durante o exercício de 2010, a EEM utilizou esta linha no montante de 25.000.000 Euros, a qual se encontra registada na rubrica de Financiamento estrangeiro.

Em Setembro de 2010, a EEM procedeu à contratação de um financiamento por via da emissão de 20.000.000 Euros de papel comercial, com maturidade a 3 anos, que se encontra registado na rubrica de Outros empréstimos. Este montante foi utilizado, essencialmente, para pagamento dos valores em dívida obtidos através de contas correntes caucionadas.

Em 2010, a análise da rubrica de Financiamentos obtidos para o Grupo, por maturidade, é a seguinte:

	Até 1 ano Euros	1 a 5 anos Euros	Mais 5 anos Euros	Total Euros
Passivo não corrente:				
Financiamento estrangeiro	-	33.247.565	275.038.762	308.286.327
Outros empréstimos	-	38.455.103	12.725.206	51.180.309
	-	71.702.668	287.763.968	359.466.636
Passivo corrente:				
Contas correntes caucionadas	21.593.337	-	-	21.593.337
Financiamento estrangeiro	4.835.215	-	-	4.835.215
Outros empréstimos	6.978.665	-	-	6.978.665
	33.407.217	-	-	33.407.217
	33.407.217	71.702.668	287.763.968	392.873.853

Em 2009, a análise da rubrica de Financiamentos obtidos para o Grupo, por maturidade, é a seguinte:

	Até 1 ano Euros	1 a 5 anos Euros	Mais 5 anos Euros	Total Euros
Passivo não corrente:				
Financiamento estrangeiro	-	28.761.210	257.461.249	286.222.459
Outros empréstimos	-	13.018.474	14.543.092	27.561.566
	-	41.779.684	272.004.341	313.784.025
Passivo corrente:				
Contas correntes caucionadas	49.029.618	-	-	49.029.618
Financiamento estrangeiro	4.754.189	-	-	4.754.189
Outros empréstimos	11.926.133	-	-	11.926.133
	65.709.940	-	-	65.709.940
	65.709.940	41.779.684	272.004.341	379.493.965

À data de 31 de Dezembro de 2010, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, para o Grupo, são analisados como segue:

	2011 Euros	2012 Euros	2013 Euros	2014 Euros	2015 Euros	Anos seguintes Euros	Total Euros
Passivo não corrente	-	21.044.113	30.761.813	10.784.878	9.111.864	287.763.968	359.466.636
Passivo corrente	33.407.217	-	-	-	-	-	33.407.217
	33.407.217	21.044.113	30.761.813	10.784.878	9.111.864	287.763.968	392.873.853

À data de 31 de Dezembro de 2009, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, para o Grupo, são analisados como segue:

	2010 Euros	2011 Euros	2012 Euros	2013 Euros	2014 Euros	Anos seguintes Euros	Total Euros
Passivo não corrente	-	7.413.463	18.086.778	8.142.953	8.136.490	272.004.341	313.784.025
Passivo corrente	65.709.940	-	-	-	-	-	65.709.940
	65.709.940	7.413.463	18.086.778	8.142.953	8.136.490	272.004.341	379.493.965



A crise financeira que afecta a liquidez nos mercados internacionais, bem como a redução do *rating* da EEM, por arrastamento da redução do *rating* da República Portuguesa e, consequentemente da Região Autónoma da Madeira, levaram ao aumento dos *spreads* aplicados aos financiamentos bancários. No que respeita ao empréstimo sindicado de 220 milhões de Euros, a referida redução de *rating* para um *note* inferior a Baa2 exige a obtenção de uma garantia incondicional e irrevogável (aval) do Governo da Região Autónoma da Madeira, implicando um agravamento dos respectivos custos financeiros.

26 Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Nos termos definidos no Acordo de Empresa a EEM assumiu, sob a forma de um plano de benefícios definidos, a responsabilidade relativa a complementos de reforma e pré-reforma para com os trabalhadores que, à data do Acordo, se encontravam abrangidos pela Caixa Nacional de Pensões.

Conforme referido na política contabilística apresentada na Nota 3.2. a EEM optou, na transição para as NCRF, por adoptar uma política contabilística que prevê o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais por contrapartida de resultados do exercício, nos mesmos termos do que se verificava no anterior referencial contabilístico. Os ganhos actuariais reconhecidos em resultados dos exercícios de 2010 e 2009 ascendem a 1.405.763 Euros e 425.698 Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades por serviços passados associadas ao plano de pensões são as seguintes:

	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Evolução das responsabilidades:		
Responsabilidades no início do exercício	32.878.110	33.914.668
Custo do serviço corrente	243.442	263.655
Custo dos juros	1.561.710	1.610.947
Pensões pagas	(2.288.380)	(2.485.462)
Ganhos e perdas actuariais	(1.405.763)	(425.698)
Responsabilidades no fim do exercício	30.989.119	32.878.110

A variação das responsabilidades no decorrer do exercício de 2010 resulta, essencialmente, da redução do número de participantes neste plano em situação de pré-reforma. Esta alteração resulta numa redução da responsabilidade uma vez que a EEM passa apenas a suportar o diferencial entre a pensão de reforma por limite de idade ou invalidez atribuída pelas Instituições de Previdência e o último vencimento auferido pelo trabalhador.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de participantes abrangidos pelo plano de pensões era o seguinte:

	Dez 2010	Dez 2009
Activos	68	70
Pré-reformados	19	24
Reformados	236	233
	323	327

No apuramento das responsabilidades associadas ao plano de pensões, foram utilizados os seguintes pressupostos actuariais:

	Dez 2010	Dez 2009
Taxa de crescimento salarial	2,75% (a)	2,75%
Taxa de crescimento das pensões de pré-reforma	1,75%	1,75%
Taxa de crescimento das pensões de reforma	1,75%	1,75%
Taxa de retorno dos activos	4,75%	4,75%
Taxa de desconto	4,75%	4,75%
Tábua de mortalidade:		
Mulheres	TV88/90	TV88/90
Homens	TV73/77	TV73/77
	+ 1 ano	+ 1 ano
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80

(a) Em 2011, 2012 e 2013 não foi considerado qualquer crescimento salarial.

As responsabilidades efectivas com o plano de pensões encontram-se cobertas por um seguro específico e por provisões para pensões, conforme se apresenta de seguida:

	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Responsabilidades efectivas em 31 de Dezembro:		
Activos	9.542.349	10.063.001
Pré-reformados	3.745.537	5.310.672
Reformados	17.701.233	17.504.437
	<u>30.989.119</u>	<u>32.878.110</u>
Responsabilidades objecto de cobertura:		
Valor do seguro	5.161.911	4.963.376
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	<u>25.827.208</u>	<u>27.914.734</u>
Responsabilidades não cobertas	<u>-</u>	<u>-</u>

No ano de 2010, a EEM registou custos com complementos de reforma e pré-reforma no montante de 200.854 Euros (2009: 1.258.005 Euros), os quais são analisados como segue:

	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Custo do exercício:		
Custo dos serviços correntes	243.442	263.655
Custo dos juros	1.561.710	1.610.947
Ganhos e perdas actuariais	(1.405.763)	(425.698)
Retorno dos activos projectados	<u>(198.535)</u>	<u>(190.899)</u>
Custo líquido do exercício	<u>200.854</u>	<u>1.258.005</u>



27 Fornecedores

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Fornecedores c/c:				
Gerais	47.701.188	42.399.055	47.679.321	42.386.071
Empresas subsidiárias	-	-	2.061.859	221.409
Fornecedores de imobilizado	6.039.838	8.886.541	6.039.838	8.654.660
	<u>53.741.026</u>	<u>51.285.596</u>	<u>55.781.018</u>	<u>51.262.140</u>

A rubrica Fornecedores c/c – Gerais inclui, essencialmente, fornecimentos de combustíveis e de energia. Em base individual, a rubrica Fornecedores c/c – Empresas subsidiárias inclui o montante de 1.771.307 Euros de energia adquirida à Enereem e o montante de 290.552 Euros (2009: 221.409 Euros) relativo a serviços prestados pela Emacom à EEM.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de Fornecedores de imobilizado inclui, essencialmente, dívidas a liquidar à Wartsila Italia, CME Madeira e Luzosfera no âmbito do investimento no Projecto CTV III e da instalação das redes de distribuição de energia e fibra óptica. Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Fornecedores de imobilizado incluía, essencialmente, dívidas a liquidar à Siemens e à Energetus no âmbito do investimento na remodelação e ampliação de subestações e rede de distribuição e no desenvolvimento do Projecto CTV III.

28 Outras contas a pagar

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Acréscimos de gastos:				
Convergência tarifária 2011 (ver Nota 11)	22.178.622	-	22.178.622	-
Taxa municipal de ocupação	7.476.180	7.305.443	7.476.180	7.305.443
Encargos com férias	3.892.123	4.102.847	3.888.931	4.089.257
Sistema Eléctrico Nacional (CO2)	1.888.884	1.229.013	1.888.884	1.229.013
Outros credores	3.543.951	4.209.970	3.416.877	4.139.063
	<u>38.979.760</u>	<u>16.847.273</u>	<u>38.849.494</u>	<u>16.762.776</u>

A rubrica Taxa municipal de ocupação corresponde à taxa municipal relativa ao exercício de 2010 devida pela EEM pela ocupação de domínio público municipal. Esta taxa foi fixada em 7,5% do valor anual das vendas de energia eléctrica em baixa tensão em cada Município, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/M, de 8 de Janeiro, o qual produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

A rubrica Sistema Eléctrico Nacional (CO2) corresponde às licenças de CO2 atribuídas a título gratuito e ainda não consumidas, conforme referido na Nota 42.

Na rubrica Outros credores estão incluídos os depósitos de garantia, referentes a cauções prestadas pelos consumidores de electricidade, no montante de 2.476.200 Euros (2009: 2.505.099 Euros).

29 Outros passivos financeiros

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Swaps de taxa de juro	5.186.320	4.285.378	5.186.320	4.285.378
Opções de taxa de juro	9.570	35.523	9.570	35.523
	<u>5.195.890</u>	<u>4.320.901</u>	<u>5.195.890</u>	<u>4.320.901</u>

A rubrica Swaps de taxa de juro corresponde ao justo valor do derivado de taxa de juro contratado para cobertura da variabilidade da taxa de juro associada à tranche de 66.000.000 Euros do empréstimo de 220.000.000 Euros, contratado em 2005 pela EEM no âmbito do processo de reestruturação do seu passivo financeiro (ver Nota 25). Por via deste swap, com vencimento em 15 de Novembro de 2017, a EEM recebe uma taxa de juro variável (Euribor 6M) e paga uma taxa de juro fixa de 3,55% sobre o montante acima referido.

30 Vendas e serviços prestados e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Vendas:				
Energia	117.493.451	116.166.461	117.512.347	116.182.571
Compensação de tarifário	55.866.573	35.503.914	55.866.573	35.503.914
Serviços prestados	977.607	966.748	611.197	803.384
Mercadorias	159.211	621.555	159.138	621.376
	<u>174.496.842</u>	<u>153.258.678</u>	<u>174.149.255</u>	<u>153.111.245</u>
Custo das vendas:				
Matérias-primas	47.040.685	40.018.001	47.040.685	40.018.001
Energia adquirida a terceiros	31.412.874	23.458.821	34.758.121	25.673.994
Mercadorias	8.753.268	9.707.741	8.752.488	9.707.312
	<u>87.206.827</u>	<u>73.184.563</u>	<u>90.551.294</u>	<u>75.399.307</u>

A rubrica Compensação de tarifário inclui os montantes de 36.857.204 Euros relativos à convergência tarifária de 2010, 18.008.807 Euros referentes ao ajustamento tarifário de 2010 a recuperar em 2012 e 1.177.628 Euros correspondentes à revisão pela ERSE da estimativa do ajustamento tarifário de 2009 a recuperar por via da tarifa de energia eléctrica em 2011.

31 Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Subsídios à exploração:				
Fundo Social Europeu	196.341	-	196.341	-
Outros subsídios	4.693	-	4.693	-
	<u>201.034</u>	<u>-</u>	<u>201.034</u>	<u>-</u>



32 Rendimentos/(gastos) resultantes de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Os Rendimentos/(gastos) resultantes de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial analisam-se da seguinte forma:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Ganhos:				
Subsidiárias	-	-	1.037.753	444.226
Associadas	494.779	488.097	494.779	488.097
	<u>494.779</u>	<u>488.097</u>	<u>1.532.532</u>	<u>932.323</u>
Perdas:				
Subsidiárias	-	-	-	(94.685)
Associadas	(5.911)	-	(5.911)	-
	<u>(5.911)</u>	<u>-</u>	<u>(5.911)</u>	<u>(94.685)</u>
	<u>488.868</u>	<u>488.097</u>	<u>1.526.621</u>	<u>837.638</u>

33 Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de Trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Trabalhos para a própria entidade:				
Activos fixos tangíveis	13.451.181	16.375.099	13.451.181	16.375.099
Activos fixos tangíveis em curso	5.501.045	4.814.832	5.501.045	4.814.832
Activos intangíveis	339.638	-	339.638	-
Outros	83.493	83.944	83.493	83.944
	<u>19.375.357</u>	<u>21.273.875</u>	<u>19.375.357</u>	<u>21.273.875</u>

34 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Fornecimentos e serviços externos:				
Subcontratos	8.197.902	8.577.240	8.197.704	8.577.240
Serviços especializados	3.504.211	3.958.136	2.981.004	3.499.198
Energia e fluidos	370.638	326.496	368.029	324.950
Deslocações, estadas e transportes	240.368	194.509	240.368	194.059
Serviços diversos	3.058.616	3.923.286	3.187.523	4.086.283
	<u>15.371.735</u>	<u>16.979.667</u>	<u>14.974.628</u>	<u>16.681.730</u>

A rubrica de Serviços especializados inclui gastos com consultoria financeira, jurídica e informática e com a fiscalização de obras.

35 Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Gastos com pessoal:				
Remunerações dos órgãos sociais	233.639	243.113	233.639	243.113
Remunerações e outros gastos do pessoal	28.495.637	26.330.694	28.375.196	26.243.352
Benefícios pós-emprego	200.855	1.258.005	200.855	1.258.005
Encargos sobre remunerações	6.193.769	5.710.765	6.170.404	5.692.784
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	232.316	220.014	231.487	219.708
	<u>35.356.216</u>	<u>33.762.591</u>	<u>35.211.581</u>	<u>33.656.962</u>

O número médio de pessoas ao serviço das empresas do Grupo no período foi de 864 (2009: 867).

36 Aumentos/reduções de justo valor

A rubrica de Aumentos/reduções de justo valor é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Ganhos:				
Participações financeiras - Outros métodos	-	1.180.600	-	1.180.600
Instrumentos financeiros derivados	25.953	-	25.953	-
	<u>25.953</u>	<u>1.180.600</u>	<u>25.953</u>	<u>1.180.600</u>
Perdas:				
Participações financeiras - Outros métodos	(2.741.282)	(57.579)	(2.741.282)	(57.579)
Instrumentos financeiros derivados	(900.942)	(1.219.904)	(900.942)	(1.219.904)
	<u>(3.642.224)</u>	<u>(1.277.483)</u>	<u>(3.642.224)</u>	<u>(1.277.483)</u>
	<u>(3.616.271)</u>	<u>(96.883)</u>	<u>(3.616.271)</u>	<u>(96.883)</u>

37 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Licenças de emissão de CO2	6.748.415	7.918.393	6.748.415	7.918.393
Subsídios ao investimento	4.441.259	4.474.828	4.418.221	4.451.790
Outros rendimentos e ganhos	244.327	290.521	203.084	294.212
	<u>11.434.001</u>	<u>12.683.742</u>	<u>11.369.720</u>	<u>12.664.395</u>

A rubrica Licenças de emissão de CO2 corresponde à amortização do subsídio que resulta da atribuição de licenças de emissão de CO2 a título gratuito, conforme referido na Nota 3 o).

38 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Taxa municipal de ocupação	7.476.180	7.305.443	7.476.180	7.305.443
Imposto do Selo	735.617	884.534	722.814	867.875
Outros	538.002	976.829	522.538	956.826
	<u>8.749.799</u>	<u>9.166.806</u>	<u>8.721.532</u>	<u>9.130.144</u>

A rubrica Taxa municipal de ocupação corresponde à taxa municipal relativa ao exercício de 2010 devida pela EEM, conforme referido na Nota 28.

39 Rendimentos e gastos financeiros

As rubricas de Juros e rendimentos similares obtidos e Juros e gastos similares suportados são analisadas como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Juros e rendimentos similares obtidos:				
Juros de mora	472.211	515.293	472.211	515.293
Juros do ajustamento tarifário	371.702	1.377.924	371.702	1.377.924
Juros da convergência tarifária	34.382	647.012	34.382	647.012
Unwinding da convergência tarifária	487.718	612.581	487.718	612.581
Dividendos	272.446	368.938	272.446	368.938
Outros	83.960	201.009	83.960	99.699
	<u>1.722.419</u>	<u>3.722.757</u>	<u>1.722.419</u>	<u>3.621.447</u>
Juros e gastos similares suportados:				
Juros dos financiamentos obtidos	14.307.894	14.335.656	13.992.005	13.619.632
Juros do ajustamento tarifário	1.259.271	-	1.259.271	-
Comissões e serviços bancários	1.075.810	754.265	1.071.956	741.170
Juros de empréstimos obtidos capitalizados	(1.081.055)	(347.235)	(1.081.055)	-
Outros	13.652	2.818	13.652	2.369
	<u>15.575.572</u>	<u>14.745.504</u>	<u>15.255.829</u>	<u>14.363.171</u>
Resultados financeiros	<u>(13.853.153)</u>	<u>(11.022.747)</u>	<u>(13.533.410)</u>	<u>(10.741.724)</u>

Nos termos do referido na Nota 11, a convergência tarifária atribuível no período de 1998 a 2002 será liquidada em prestações trimestrais sem juros, tendo a EEM registado o valor actual deste activo na transição para as NCRF por contrapartida de capitais próprios. Nesta base, a EEM registou o respectivo unwinding nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 nos montantes de 487.718 Euros e 612.581 Euros, respectivamente.

Conforme referido na política contabilística 3.2 d) e conforme previsto na NCRF 10, a EEM passou a capitalizar, em base individual, os juros dos empréstimos obtidos atribuíveis à aquisição, construção ou produção dos activos que se qualificam a partir de 1 de Janeiro de 2010, tendo sido capitalizado em 2010 o montante de juros de 1.081.055 Euros.

40 Imposto sobre o rendimento do período

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Imposto corrente	458.002	1.165.686	249.437	1.163.182
Imposto diferido	(694.153)	(1.243.732)	(686.826)	(1.382.023)
	<u>(236.151)</u>	<u>(78.046)</u>	<u>(437.389)</u>	<u>(218.841)</u>

A rubrica Imposto diferido corresponde aos activos e passivos por impostos diferidos, de acordo com o referido na Nota 12.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC para o Grupo, em 2010 e 2009, é analisada como segue:

	2010			2009		
	Taxa	Base fiscal	Imposto	Taxa	Base fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	20,00%	4.659.940	931.988	20,00%	5.997.948	1.199.590
Benefícios fiscais	(4,35%)	(1.014.630)	(202.926)	(7,61%)	(2.283.059)	(456.612)
Subsídios	(19,06%)	(4.441.260)	(888.252)	(12,55%)	(3.763.971)	(752.794)
Equivalência Patrimonial	(2,03%)	(471.841)	(94.368)	(1,64%)	(490.797)	(98.159)
Dividendos não tributados	(0,58%)	(136.223)	(27.245)	(0,62%)	(184.469)	(36.894)
Tributação autónoma	0,67%	156.975	31.395	0,57%	171.866	34.373
Prejuízos fiscais não dedutíveis	0,57%	131.712	26.342	0,38%	115.160	23.032
Alterações de estimativa	0,10%	23.186	4.637	0,01%	2.137	427
Provisões s/consequência fiscal	(0,45%)	(104.036)	(20.807)	0,00%	-	-
Outros ajustamentos	0,07%	15.422	3.085	0,15%	44.953	8.991
	<u>(5,06%)</u>	<u>(1.180.755)</u>	<u>(236.151)</u>	<u>(1,31%)</u>	<u>(390.232)</u>	<u>(78.046)</u>

A Lei n.º 10/2009, de 10 de Março, cuja vigência foi prorrogada para o exercício de 2010 através da Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2011), introduziu um pacote de medidas de incentivo ao investimento e emprego, entre as quais se destaca o regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI). A EEM, na estimativa de IRC de 2010, beneficiou do incentivo fiscal previsto neste diploma sobre a forma de uma dedução à colecta no valor de 73.346 Euros (2009: 374.693 Euros).

41 Locações operacionais

O total dos futuros pagamentos mínimos das locações operacionais não canceláveis apresenta-se como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Pagamentos futuros:				
Menos de um ano	70.526	183.944	70.526	183.944
Entre um e cinco anos	30.669	501.760	30.669	501.760
	<u>101.195</u>	<u>685.704</u>	<u>101.195</u>	<u>685.704</u>

A rubrica de locações operacionais corresponde aos contratos de locação da frota automóvel da EEM.



42 Licenças de emissão de CO2

Os movimentos na carteira de Licenças de CO2 são analisados como segue:

	Dezembro 2010		Dezembro 2009	
	CO2 (Ton)	Preço (Ton) Euros	CO2 (Ton)	Preço (Ton) Euros
Licenças de CO2 em 1 de Janeiro	83.949	14,64	33.510	20,71
Licenças de CO2 atribuídas a título gratuito no exercício	577.419	12,83	577.419	14,64
Licenças de CO2 adquiridas	-	-	-	-
Licenças de CO2 alienadas	(150.000)	13,84	(124.000)	16,28
	511.368		486.929	
Licenças de CO2 a devolver por consumos ocorridos no exercício	(364.144)		(402.980)	
Excesso / (Insuficiência) de licenças de CO2	147.224	12,83	83.949	14,64
Activos / (Responsabilidades) - Euros	1.888.884		1.229.013	

As licenças de emissão de CO2 atribuídas para o período de 2008-2012 ascendem a 2.887.095 toneladas de EUA, a imputar de forma linear a cada um dos anos referidos (577.419 toneladas/ano), em conformidade com o disposto no PNALE II.

Conforme referido na Nota 7, no decorrer do exercício de 2010, a EEM procedeu à alienação de 150.000 toneladas de EUA atribuídas a título gratuito, tendo gerado uma menos valia contabilística líquida no montante de 39.178 Euros (ver Nota 7). Por via do mecanismo de regulação, o impacto total em resultados decorrente das transacções com licenças de emissão de CO2 ascende a 21.636 Euros (incluindo o efeito em resultados da Compensação tarifária de 2010).

As licenças correspondentes ao total das emissões efectuadas em cada ano civil são entregues ao Instituto do Ambiente de cada país até ao final do quarto mês do ano seguinte (ver Nota 7).

43 Divulgações de partes relacionadas

Accionistas

Com referência a 31 de Dezembro de 2010, o capital social da EEM é integralmente detido pelo Governo da Região Autónoma da Madeira, conforme referido na Nota 17.

Remunerações dos Órgãos Sociais

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o custo com as remunerações dos membros do Conselho de Administração apresentam-se como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Benefícios de curto prazo dos empregados	279.946	292.159	279.946	292.159
	279.946	292.159	279.946	292.159

Saldos e transacções com subsidiárias, associadas e outras participadas

Os saldos e transacções entre a EEM e as suas subsidiárias, associadas e outras participadas, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, são analisados como segue:

	Activo			Passivo	
	Clientes	Acréscimos de proveitos	Empréstimos a participadas	Fornecedores	Outros credores
Enereem	2.875	-	38.863	(1.771.307)	-
Museu - Casa da Luz	2.875	1.297	1.943.051	-	-
Emacom	3.205	108	-	(290.552)	(400.000)
EEM & BFS	-	-	59.984	-	-
Teleféricos da Madeira	11.267	-	-	-	-
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira	23.690	-	-	-	-
	<u>43.912</u>	<u>1.405</u>	<u>2.041.898</u>	<u>(2.061.859)</u>	<u>(400.000)</u>

	Transacções				
	Vendas	Proveitos suplementares	Proveitos financeiros	Custo das vendas	FSE
Enereem	-	-	-	3.345.247	-
Museu - Casa da Luz	(17.062)	-	-	-	38.750
Emacom	(1.834)	(4.658)	-	-	276.640
Teleféricos da Madeira	(64.284)	-	-	-	-
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira	(147.153)	-	(44.124)	-	-
	<u>(230.333)</u>	<u>(4.658)</u>	<u>(44.124)</u>	<u>3.345.247</u>	<u>315.390</u>

Os saldos e transacções entre a EEM e as suas subsidiárias são anulados no âmbito do processo de consolidação, conforme referido na Nota 3.1.

Os saldos e transacções entre a EEM e as suas subsidiárias, associadas e outras participadas, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, são analisados como segue:

	Activo			Passivo	
	Clientes	Acréscimos de proveitos	Empréstimos a participadas	Fornecedores	Outros credores
Enereem	-	-	155.264	-	-
Museu - Casa da Luz	-	1.210	1.992.739	-	-
Emacom	253	4.016	-	(221.409)	-
Teleféricos da Madeira	44.867	4.944	-	-	-
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira	23.690	14.894	1.009.497	-	(7.228)
	<u>68.810</u>	<u>25.064</u>	<u>3.157.500</u>	<u>(221.409)</u>	<u>(7.228)</u>

	Transacções				
	Vendas	Proveitos suplementares	Proveitos financeiros	Custo das vendas	FSE
Enereem	-	-	-	2.215.173	-
Museu - Casa da Luz	(14.490)	-	-	-	31.200
Emacom	(1.619)	(3.737)	-	-	240.246
Teleféricos da Madeira	(64.284)	-	29.474	-	-
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira	(147.153)	-	(49.531)	-	6.341
	<u>(227.546)</u>	<u>(3.737)</u>	<u>(20.057)</u>	<u>2.215.173</u>	<u>277.787</u>



44 Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os compromissos que não figuram no balanço, referentes a garantias bancárias, são analisados como se segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2009 Euros
Garantias bancárias prestadas em nome da EEM	90.000.000	68.133.371	90.000.000	65.000.000
Garantias bancárias prestadas pela EEM	142.780	129.147	142.780	129.147
	<u>90.142.780</u>	<u>68.262.518</u>	<u>90.142.780</u>	<u>65.129.147</u>

A responsabilidade da EEM por garantias bancárias prestadas em seu nome diz respeito a garantias bancárias contratadas junto das seguintes entidades bancárias: Banco Espírito Santo, Banco Português de Investimento, Caixa Geral de Depósitos, Banco Espírito Santo de Investimento e Banco Santander Totta, em benefício do Banco Europeu de Investimento, no montante de 90.000.000 Euros.

O montante de 142.780 Euros referente a garantias bancárias prestadas pela EEM refere-se essencialmente à garantia bancária em benefício da Câmara Municipal do Funchal – Concurso público do projecto “Comboio do Monte”, no montante de 129.147 Euros.

45 Acontecimentos após a data de balanço

Em 23 de Março de 2011, na sequência do downgrade dos ratings da República Portuguesa e da Região Autónoma da Madeira, a agência de rating Moody's efectuou um downgrade do rating da EEM de Baa1 para Ba1. Segundo esta agência, esta redução é justificada pelo efeito que as referidas reduções de rating da República Portuguesa e da Região Autónoma da Madeira poderão ter nas entidades públicas regionais, clientes da EEM, as quais têm montantes em dívida significativos e com antiguidade elevada, e ainda pelo facto de existir uma possibilidade da EEM ter de recorrer extraordinariamente ao apoio do seu accionista (Governo da Região Autónoma da Madeira).

De acordo com a agência Moody's, o potencial recurso extraordinário ao accionista decorre da forma de remuneração do empréstimo sindicado de 220 milhões de Euros, a qual se encontra indexada ao rating da EEM e que exige uma garantia incondicional e irrevogável (aval) do Governo da Região Autónoma da Madeira, no caso de aquele ser inferior a Baa2.

Desta forma, o desenvolvimento das operações da EEM poderá ser afectado por alterações das condições contratuais dos actuais financiamentos, nomeadamente por via do agravamento dos *spreads* associados a estas operações e do consequente agravamento dos custos financeiros associados.



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO CONTAS CONSOLIDADAS

Exmos. Senhor Accionista da
EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., apresentar o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o Relatório de gestão consolidado, contas consolidadas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., relativamente ao período findo em 31 de Dezembro de 2010.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e das suas subsidiárias e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do período findo em 31 de Dezembro de 2010, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciámos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o Relatório de gestão consolidado, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas que compreendem o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas com três reservas e três ênfases, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- As demonstrações financeiras consolidadas permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade e do conjunto das subsidiárias incluídas na consolidação;
- As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- O Relatório de gestão consolidado apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade e do conjunto de subsidiárias incluídas na consolidação, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.



Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de gestão consolidado e as contas consolidadas referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2010;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 31 de Maio de 2011

O FISCAL ÚNICO


 KPMG & Associados
 Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
 representada por
 Jean-éric Gaign (ROC n.º 1013)



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 667.191.082 euros e um total de capital próprio de 130.297.152 euros, incluindo um resultado líquido de 4.823.412 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 7.2 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.



- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

- 7 No âmbito das obrigações previstas na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, que estabelece o quadro legal de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais e se define a competência dos Municípios relativamente à iluminação pública rural e urbana e de acordo com a Lei das Finanças Locais, os Municípios da Região Autónoma da Madeira (RAM) aprovaram, por deliberação das respectivas Assembleias Municipais, com referência a 1 de Janeiro de 2006, a constituição de uma Associação de Municípios para a qual transferiram as responsabilidades relativas à iluminação pública rural e urbana, incluindo a competência para a cobrança de uma taxa única anual pela ocupação do domínio público municipal pelos equipamentos de produção e pelas redes de transporte e distribuição de energia eléctrica da EEM (taxa municipal de ocupação).

Neste contexto, foi publicado o Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/M, que regula a transferência da responsabilidade relativa à iluminação pública rural e urbana do Governo Regional para os Municípios da RAM e que limita a taxa municipal de ocupação.

Tendo em consideração a legislação supra referida, a qual suporta legalmente a exigibilidade e liquidação da referida taxa, a EEM procedeu ao registo, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e em exercícios anteriores, de custos com a taxa municipal de ocupação no montante total de 34.205.108 euros. Considerando o pressuposto de que os custos incorridos com a taxa municipal de ocupação são elegíveis para efeitos da determinação de tarifas de exercícios futuros, foram constituídos activos regulatórios no mesmo montante por contrapartida dos resultados dos exercícios respectivos.

- 7.1 No final do exercício de 2007, e com base na apreciação da proposta de tarifas e preços para 2008 por parte do Conselho Tarifário, a ERSE considerou que a taxa municipal de ocupação relativa ao exercício de 2006 não deveria ser incluída para efeitos da determinação das tarifas. Na sequência desta decisão, a EEM procedeu, com referência a 31 de Dezembro de 2007, ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos por contrapartida de resultados transitados no montante de 6.027.640 euros, equivalente ao montante da taxa municipal de ocupação registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

Com referência a 31 de Dezembro de 2010, entendemos que os activos e os passivos da EEM se encontram sobrevalorizados no montante de 6.027.640 euros, na medida em que a referida provisão deverá ser apresentada como uma redução ao activo.



- 7.2 Relativamente aos exercícios de 2007 a 2010, conforme referido nos documentos relativos à determinação das tarifas, a ERSE tem vindo a considerar que é devido à EEM o valor correspondente à liquidação da referida taxa municipal de ocupação, considerando que esta deverá ser imputada aos consumidores da RAM, não devendo ser repercutida e consequentemente suportada de forma equitativa pelos consumidores do Continente e da RAM. Considerando a diferente interpretação da EEM relativamente à repercussão da referida taxa nas tarifas de todos os consumidores nacionais, a ERSE aceitou a proposta da EEM de não reflectir os custos com a taxa municipal de ocupação exclusivamente nas tarifas dos consumidores da RAM.

À data da emissão desta Certificação Legal das Contas ainda não se encontram definidas e implementadas as medidas e os mecanismos que permitem assegurar a forma de recuperação dos activos referentes aos custos com a taxa municipal de ocupação relativa aos exercícios de 2007 a 2010, e que ascendem ao montante de 28.177.468 euros. Consequentemente, não nos é possível prever a data em que os valores em dívida serão realizados e o impacto, caso exista, nos capitais próprios e resultados do exercício da EEM à data de 31 de Dezembro de 2010.

- 8 Nos termos dos parâmetros da regulação das actividades de distribuição e comercialização de energia eléctrica definidos pela ERSE e aplicáveis ao actual período regulatório (2009-2011), e considerando os pressupostos adoptados na determinação das tarifas para 2010, a EEM procedeu ao registo, com referência a 31 de Dezembro de 2009, de uma provisão no montante de 3.058.000 euros tendo por base a sua expectativa de perdas a ocorrer em 2010 nas referidas actividades reguladas. À data da emissão da nossa Certificação Legal das Contas Consolidadas relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foi nosso entendimento que a referida provisão respeitava ao reconhecimento antecipado de perdas operacionais futuras, pelo que não satisfazia a definição de passivo nem os critérios gerais de reconhecimento de uma provisão.

No decorrer do período findo em 31 de Dezembro de 2010, e considerando que esta perda já se encontra reflectida nos resultados das actividades reguladas deste período, a EEM reverteu a referida provisão. Assim sendo, com referência a 31 de Dezembro de 2010, consideramos que os resultados do exercício da EEM se encontram sobrevalorizados no montante de 3.058.000 euros e os resultados transitados subvalorizados no mesmo montante.

Opinião com reservas

- 9 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7.2 acima, e excepto quanto aos efeitos das situações descritas nos parágrafos 7.1 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



Ênfases

10 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:

10.1 A Certificação Legal das Contas Consolidadas do período findo em 31 de Dezembro de 2009, emitida em 31 de Março de 2010, incluía uma reserva relativa à existência de valores em dívida relacionados com a iluminação pública e outros serviços prestados a entidades oficiais regionais, relativamente aos quais a EEM celebrou nos exercícios de 2000, 2001, 2003 e 2006 um conjunto de protocolos com vista ao recebimento dos valores devidos num período que varia entre os 10 e os 30 anos, sem juros e com planos de pagamento mensais. Adicionalmente, esta reserva referia a existência de valores a receber do Governo da República no âmbito do Contrato Relativo à Convergência Tarifária da Energia Eléctrica celebrado entre a EEM, o Governo da RAM e o Governo da República, o qual estabelece que o pagamento à EEM dos montantes referentes à compensação pela redução do tarifário para os anos de 1998 a 2002 será efectuado em prestações trimestrais sem juros. As condições dos créditos referidos relativamente aos quais foi celebrado um acordo para o seu recebimento sem juros, implicavam que o valor actual da dívida vincenda fosse substancialmente inferior ao seu valor nominal. À data da emissão da nossa Certificação Legal das Contas relativa a 31 de Dezembro de 2009, a EEM não tinha determinado o efeito da actualização financeira dos referidos planos de pagamentos nos seus capitais próprios e resultados do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2010, esta situação encontra-se resolvida, na medida em que no decorrer do período então findo, a EEM determinou o efeito das referidas actualizações financeiras, tendo procedido ao seu registo a essa data.

10.2 A Certificação Legal das Contas Consolidadas do período findo em 31 de Dezembro de 2009, emitida em 31 de Março de 2010, incluía uma reserva relativa à existência de dívidas significativas e com antiguidade elevada de entidades oficiais regionais que não se encontram protocoladas, relativamente às quais não era possível prever a data da sua realização.

Em 31 de Dezembro de 2010, esta situação encontra-se resolvida, na medida em que no decorrer do período então findo, a EEM determinou o efeito das perdas associadas às dívidas não protocoladas, tendo procedido ao seu registo a essa data.

10.3 Conforme divulgado no anexo às demonstrações financeiras, em 23 de Março de 2011, na sequência do *downgrade* dos *ratings* da República Portuguesa e da Região Autónoma da Madeira, a agência de *rating* Moody's efectuou um *downgrade* do *rating* da EEM de Ba1 para Ba1. Este *downgrade* é justificado pela Moody's pelo efeito que as referidas reduções de *rating* da República Portuguesa e da Região Autónoma da Madeira poderão ter nas entidades públicas regionais, as quais têm montantes em dívida à EEM, e ainda pelo facto de existir a possibilidade da EEM ter de recorrer extraordinariamente ao apoio do seu accionista (Governo da Região Autónoma da Madeira).

A necessidade de um potencial recurso extraordinário ao accionista decorre da forma de remuneração de um empréstimo sindicado, a qual se encontra indexada ao *rating* da EEM e que determina a necessidade de existir uma garantia incondicional e irrevogável (aval) do Governo da Região Autónoma da Madeira considerando a referida redução de *rating*.



Desta forma, o desenvolvimento das operações da EEM poderá ser afectado por alterações das condições contratuais dos actuais financiamentos, nomeadamente por via do agravamento dos *spreads* associados a estas operações e do consequente agravamento dos custos financeiros associados.

Relato sobre outros requisitos legais

- 11 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Lisboa, 31 de Maio de 2011

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Jean-éric Gaign (ROC n.º 1013)

ACTA NÚMERO VINTE E DOIS

- «Aos vinte e três dias do mês de Maio de dois mil e onze, pelas quinze horas, reuniu nos termos do disposto no n.º I do art.º 376º do Código das Sociedades Comerciais, a Assembleia Geral da EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., na sua sede à Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses número trinta e dois, no Funchal, com o número único de pessoa colectiva e matrícula na Conservatória do Registo Comercial do Funchal 511010435. Encontravam-se presentes a Presidente da Mesa da Assembleia Geral Srª Drª Maria de Fátima Castro Fernandes e Freitas, o Vice – Presidente Sr. Dr. Rui Antero Fernandes Pestana, a Secretária Srª Drª Ana Cristina Dantas Andrade, os membros do Conselho de Administração Sr. Dr. Rui Alberto Faria Rebelo e Sr. Engº Mário Eugénio Jardim Fernandes e bem assim o único accionista desta sociedade, a Região Autónoma da Madeira, representada pelo Sr. Dr. Paulo Jorge Figueiroa de França Gomes, representando a totalidade do capital social, no valor de vinte milhões de euros, pelo que se encontrava a Assembleia em condições de poder funcionar e deliberar validamente nos termos legais, relativamente à seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2010;

PONTO DOIS: Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

PONTO TRÊS: Deliberar sobre a apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade.

- Aberta a sessão, foram apresentadas pelos membros do Conselho de Administração da EEM - Empresa de Electricidade da Madeira S.A., o Relatório e Contas do Exercício do ano 2010 e bem assim a proposta de aplicação de resultados, relativamente à qual foi sugerido que ao resultado líquido positivo do exercício, no montante de 4 860 171,09 € seja dada a seguinte aplicação:

Resultados transitados – 4 374 153,98 €

Reserva de investimento – 86 017,11 €

- Uma vez apreciado o documento em questão e a proposta apresentada, foi deliberado aprovar por unanimidade.
- No que respeita ao ponto três, a accionista Região Autónoma da Madeira, representada pelo Sr. Dr. Paulo Jorge Figueiroa de França Gomes reiterou a confiança concedida à Administração desta Empresa extensiva também à Fiscalização da mesma.
- E nada mais havendo a tratar foi, encerrada a reunião e lavrada a presente acta que depois de lida e achada conforme vai ser devidamente assinada.»



ACTA NÚMERO VINTE E TRÊS

- «Aos vinte e três dias do mês de Maio de dois mil e onze, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu nos termos do disposto no nº I do art.º 376º do Código das Sociedades Comerciais, a Assembleia Geral da EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., na sua sede à Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses número trinta e dois, no Funchal, com o número único de pessoa colectiva e matrícula na Conservatória do Registo Comercial do Funchal 511010435. Encontravam-se presentes a Presidente da Mesa da Assembleia Geral Sr^a Dr^a Maria de Fátima Castro Fernandes e Freitas, o Vice – Presidente Sr. Dr. Rui Antero Fernandes Pestana, a Secretária Sr^a Dr^a Ana Cristina Dantas Andrade, os membros do Conselho de Administração Sr. Dr. Rui Alberto Faria Rebelo e Sr. Eng^o Mário Eugénio Jardim Fernandes e bem assim o único accionista desta sociedade, a Região Autónoma da Madeira, representada pelo Sr. Dr. Paulo Jorge Figueiroa de França Gomes, representando a totalidade do capital social, no valor de vinte milhões de euros, pelo que se encontrava a Assembleia em condições de poder funcionar e deliberar validamente nos termos legais, relativamente à seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO: Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas do Exercício de 2010.

- Aberta a sessão, foram apresentadas pelos membros do Conselho de Administração da EEM - Empresa de Electricidade da Madeira S.A., o Relatório e Contas Consolidadas do Exercício do ano 2010, com o resultado líquido positivo do exercício, no montante de 4 896 089,65 €
- Uma vez apreciado o documento em questão e a proposta apresentada, foi deliberado aprovar por unanimidade.
- E nada mais havendo a tratar foi, encerrada a reunião e lavrada a presente acta que depois de lida e achada conforme vai ser devidamente assinada.»

